



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVIII — Nº 164

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 26 DE OUTUBRO DE 1963

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 13 de novembro do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais aos Projetos de Lei (nº 4 760, de 1954 na Câmara dos Deputados e nº 81, de 1955 no Senado Federal, — que considera como ocorrida em serviço a morte do Major da Armada Rubens Florentino Vaz, para efeito de montepio, pensão e demais vantagens estabelecidas no Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares — e nº 1 567, de 1960 na Câmara e nº 10, de 1963, no Senado — que instituiu Dia de Deodoro).

Senado Federal, 22 de outubro de 1963

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1963

Aprova o texto da Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República de Portugal, assinado em Lisboa a 9 de agosto de 1960.

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção sobre Assistência Judiciária

Gratuita, entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República de Portugal assinado em Lisboa a 9 de agosto de 1960.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal em 25 de outubro de 1963

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 1963

Aprova o texto do Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo, firmado, entre o Brasil e o Chile, a 5 de julho de 1961.

Art. 1º É aprovado o texto do Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo, firmado, entre o Brasil e o Chile, no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1961.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

ATA DA 191ª SESSÃO, EM 25 DE OUTUBRO DE 1963 — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE E ADALBERTO SENA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.
José Kairola.
Eduardo Levi.
Eugênio Barros.
Waldemar Alcântara.
Dix-Eulit Rosado.
Dinarte Mariz.
Walfredo Gurgel.
Silvestre Péricles.
Júlio Leite.
Aloysio de Carvalho.
Aurílio Viana.
Nogueira da Gama.
Moura Andrade.
Filinto Müller.
Bezerra Neto.
Adolpho Franco.
Melo Braga.
Irineu Bornhausen.
Guido Mondim.
Mem de Sá (21).

O SR. PRESIDENTE:

— A lista de presença acusa o comparecimento de 21 Srs. Senadores.

SENADO FEDERAL

Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser a lida a Ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, de 23 do mês em curso, de restituição de dois autógrafos das seguintes leis, promulgadas pelo Presidente do Senado e enviadas àquele Gabinete para fins de numeração, registro e publicação:

Lei nº 4 269, de 22-10-63 — Da nova redação ao art. 19 da Lei nº 4 154, de 23-12-62, que dispõe sobre a legislação de rendas;

Lei nº 4 270, de 22-10-63 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, consignado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00, para atender aos encargos de implantação básica, melhoramentos e pavimentação de trechos das rodovias BR-36 e BR-59.

AVISO

Nº DOP-DAO-38-890 (42) (85k), de 21 do mês em curso, do Sr. Ministro

das Relações Exteriores — Encaminha informações solicitadas pelo Sr. Senador Jefferson de Aguiar em seu Requerimento nº 280, de 1963.

OFÍCIO

Nº 256-C, do Sr. Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, nos seguintes termos:

Ofício nº 256-C

8 de outubro de 1963.

Senhor Presidente.

Com a finalidade de constituir um grupo altamente representativo do valor nacional para frequentar a Escola Superior de Guerra em 1964, como estagiários especiais, de acordo com o Art. 41 do seu Regulamento, o Estado-Maior das Forças Armadas sente-se honra em pôr à disposição de Vossa Excelência uma (1) vaga para o referido Curso.

2. Tendo em vista a proximidade do encerramento das matrículas, sinto-me privado da satisfação de fazer este convite pessoalmente, como era de meu desejo.

3. Certo de que a Escola Superior de Guerra contará em 1964, em seus cursos, com um ilustre representante

da Câmara Alta apresento a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — General-de-Exército Osvaldo de Araújo Motta, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

REGULAMENTO

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

DECRETO Nº 50.352 — DE 17 DE MARÇO DE 1961

Capítulo IX

Dos Estagiários Especiais

Art. 41. Os Oficiais-Generais das Forças Armadas de posto correspondente a General-de-Exército ou General-de-Divisão, bem como civis de alta projeção na vida nacional poderão participar, como Estagiários especiais, das atividades do Curso Superior de Guerra sem prejuízo de suas funções mediante convite do Chefe do EMFA.

Parágrafo único. O Chefe do EMFA a título excepcional poderá facultar a matrícula, como Estagiários especiais, a outras personalidades não pertencentes à Administração Pública e que satisfaçam às condições do § 3º do art. 40, no sentido de conciliar os interesses da Escola e os das entidades que representam.

Art. 42. Os Estagiários especiais ficam obrigados a atender às atividades do Curso programadas para a parte da manhã e a participar de tra-

ballos individuais ou de equipe que lhe forem atribuídos, segundo normas estabelecidas pela Escola.

Parágrafo único. A participação dos Estagiários especiais nas visitas e viagens de estudos será facultativa, ficando na dependência de conciliação do interesse e possibilidades da Escola com os do Estagiário.

Art. 43. As prescrições contidas neste Regulamento e relativas, de modo geral, aos Estagiários, se aplicam, também, aos Estagiários especiais.

FOLHA DE INFORMAÇÕES

1 — Dados pessoais

- 1.1 — Nome (sublinhar aquele pelo qual é mais conhecido)
- 1.2 — Local e data de nascimento
- 1.3 — Filiação
- 1.4 — Estado civil
- 1.5 — Profissão
- 1.6 — Entidade proponente
- 1.7 — Cargo que exerce na entidade proponente, nesta data
- 1.8 — Cargos que exerce em outras entidades ou setores de atividade, nesta data
- 1.9 — Endereço e telefones:
 - 1.91 — Profissional
 - 1.92 — Escritório
 - 1.93 — Residencial
- 2 — Nível de formação (indicar: estabelecimento, local, período e título)
 - 2.1 — Curso secundário
 - 2.2 — Curso superior
 - 2.3 — Cursos técnicos, aperfeiçoamento, atualização etc., no País ou no estrangeiro
- 3 — Cargos, comissões ou atividades importantes que exerceu (indicar: Local e período)
- 4 — Títulos honoríficos
- 5 — Condecorações
- 6 — Livros e trabalhos publicados
- 7 — Associações e instituições importantes a que pertence
- 8 — Outros dados

Local e data

Assinatura do Candidato

NOTA: Enviar um original e duas (2) cópias.

OFÍCIO

Do Sr. Barros Carvalho, Líder da Maioria, como segue:

Em 25 de outubro de 1963.

Senhor Presidente:

Passo às mãos de V. Ex.^a o expediente anexo que trata de receber da Presidência da República, solicitando a concessão de providências, no sentido de serem apresentados ao Projeto de Orçamento, ora em estudos no Senado Federal, as emendas que propõe.

Aproveito a oportunidade para registrar a V. Ex.^a os protestos de minha e de outros Senadores e Senadoras, quanto à situação da maioria.

A Comissão de Finanças.

Parágrafo único. A emenda do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1963 (nº 4.583-C-58, na Casa de origem).

Relatório final da emenda do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1963 (nº 4.583-C-58, na Casa de origem).

Relator: Sr. Júlio Leite.

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1963 (nº 4.583-C-58, na Casa de origem), que concede a pensão especial de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) mensais a Herundina Martins da Silva, filha do ex-tesoureiro aposentado Francisco Josephino Maria da Silva.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1963. — **Dix-Huit Rosado**, Presidente. — **Júlio Leite**, Relator. — **Walfredo Gurgel**, — **Sebastião Archer**.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior			Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	50,00	Semestre	Cr\$	30,00
Ano	Cr\$	96,00	Ano	Cr\$	76,00
Exterior			Exterior		
Ano	Cr\$	136,00	Ano	Cr\$	108,00

— Exceções para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão ser tomadas, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dilação preferencial à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

ANEXO AO PARECER Nº 629-63

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1963 (nº 4.583-C-58, na Casa de origem), que concede a pensão especial de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) mensais a Herundina Martins da Silva, filha do ex-tesoureiro aposentado Francisco Josephino Maria da Silva.

Nº 1

I — Ao art. 1º

Onde se diz: "... Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) ..."

diga-se "... Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) ..."

II — Faça-se na emenda a necessária retificação.

Parecer nº 630, de 1963

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1963 (nº 4.307-B-62, na Casa de origem).

Relator: Sr. Sebastião Archer.

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1963 (nº 4.307-B-62, na Casa de origem), que concede isenção de direitos de importação e outros, para mercadorias doadas pela General Conference of Seventh-Day Adventists, dos Estados Unidos da América do Norte à União Sul-Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1963. — **Dix-Huit Rosado**, Presidente. — **Sebastião Archer**, Relator. — **Walfredo Gurgel** — **Júlio Leite**.

ANEXO AO PARECER Nº 630-63

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1963 (nº 4.307-B-62, na Casa de origem), que concede isenção de direitos de importação e outros para mercadorias doadas pela General Conference of Seventh-Day Adventists, dos Estados Unidos da América do Norte à União Sul-Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

EMENDA Nº 1

(da C. F.)

Ao art. 1º

Onde se diz:

"... roupas usadas ..."

Diga-se:

"... roupas ..."

Parecer nº 631, de 1963

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1963 (nº 160-A, de 1962, na Casa de origem).

Relator: Sr. Júlio Leite.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1963 (nº 160-A, na Casa de origem), que ratifica o Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha, firmado no Rio de Janeiro aos 29 de agosto de 1957.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1963. — **Dix-Huit Rosado**, Presidente. — **Júlio Leite**, Relator. — **Walfredo Gurgel** — **Sebastião Archer**.

ANEXO AO PARECER Nº 631-63

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1963 (nº 160-A, de 1962, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº 1, da Constituição Federal e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº DE 1963

Retifica o Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha, firmado no Rio de Janeiro aos 29 de agosto de 1957.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É ratificado o Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha, firmado no Rio de Janeiro aos 29 de agosto de 1957.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Parecer nº 632, de 1963

Redação do parecer em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1962.

Relator: Sr. Júlio Leite.

A Comissão apresenta a redação do parecer em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1962, que dispõe sobre a aquisição, no estrangeiro, de automóveis de passageiros para revenda entre motoristas profissionais.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1963. — **Dix-Huit Rosado**, Presidente. — **Júlio Leite**, Relator. — **Walfredo Gurgel** — **Sebastião Archer**.

ANEXO AO PARECER Nº 632-63

Redação do parecer em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1962, que dispõe sobre a aquisição, no estrangeiro, de automóveis de passageiros para revenda entre motoristas profissionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É a Federação Nacional dos Condutores Automóveis de Veículos Rodoviários autorizados a adquirir, no estrangeiro, através dos seus sindicatos e por intermédio das repartições governamentais ligadas à importação, automóveis usados, em perfeito estado de funcionamento.

Parágrafo único. Os veículos adquiridos pela Federação Nacional dos Condutores de Veículos Rodoviários serão vendidos, a preço de custo, aos motoristas profissionais de veículos, em transação financiada que não exceda a 3 (três) anos e a 12 (doze) meses por cento) do valor de venda.

Art. 2º Quando contiverem a inscrição dos veículos no Brasil, os motoristas que contiverem a inscrição dos veículos no Brasil, a 5 (cinco) anos no período de validade.

Art. 3º Os veículos de que trata esta Lei não poderão ser vendidos, a preço de custo, aos motoristas profissionais de veículos, em transação financiada que não exceda a 3 (três) anos e a 12 (doze) meses por cento) do valor de venda.

Parágrafo único. A infração do disposto neste artigo faz cessar para o infrator, o direito de preferência sobre o veículo, o qual reverterá ao dono. O infrator será obrigado a pagar a restituição das parcelas já pagas pelo infrator.

Art. 4º Incumbe ao Ministério da Fazenda a fiscalização quanto à fiel execução da presente Lei.

Art. 5º O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias contados da pu-

publicação desta Lei, baixará os atos necessários à sua execução.
Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 633, de 1963

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1963 (nº 2.794-C-61, na Casa de origem).

Relator: Sr. Sebastião Archer.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1963 (nº 2.794-C-61, na Casa de origem), que transforma a 2ª Coletoria Federal no Estado do Rio de Janeiro, em Coletoria Federal de Miguel Pereira e a Coletoria Federal de Itabapoana, no Estado do Espírito Santo, em Coletoria Federal de Apiacá.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1963. — Dir. Huit Rosado, Presidente. — Sebastião Archer, Relator. — Jélio Leite — Walfredo Gurgel.

ANEXO AO PARECER Nº 633-63

Redação final das emendas do Senado ao projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1963 (nº 2.794-C-61, na Casa de origem), que transforma a 2ª Coletoria Federal, no Estado do Rio de Janeiro, em Coletoria Federal de Miguel Pereira e a Coletoria Federal de Itabapoana, no Estado do Espírito Santo, em Coletoria Federal de Apiacá.

Nº 1.

(de redação).

A emenda.

Dê-se à ementa do projeto a seguinte redação:

"Transforma a 2ª Coletoria Federal, no Município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, em Coletoria Federal do Município de Miguel Pereira, no mesmo Estado".

Nº 2.

(Corresponde à emenda nº 1 CSEC).
Ao art. 2º.
Suprima-se este artigo.

Nº 3.

(Corresponde à emenda nº 2 CSEC).
Ao art. 3º (Passa a ser art. 2º em virtude da supressão indicada na emenda nº 2).

Dê-se a seguinte redação ao artigo:

"Art. 2º Essa transformação não importará em nenhum aumento de despesa para a União".

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário. E' lido e apoiado o seguinte

Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1963

Torna obrigatório o estágio rural no último ano do curso médico e dá outras providências.

Art. 1º Os estabelecimentos de ensino médico, oficiais ou particulares, incluirão obrigatoriamente nos seus programas de treinamento em situação real um estágio obrigatório em comunidade rural onde não existe médico residente.

Art. 2º A prática rural realizar-se-á no último ano do curso médico sem que sofram prejuízo as cargas horárias e o estágio hospitalar nas diversas disciplinas do currículo.

Art. 3º O ano da prática rural coincidirá com o ano civil, podendo o primeiro mês ser utilizado pelo estagiário para trânsito e instalação.

Art. 4º Fica assegurado ao estagiário o exercício da medicina curativa e preventiva na zona para onde for destacado, sem prejuízo da subor-

diinação às normas que a Faculdade de origem haja por bem determinar para melhor aproveitamento do estágio.

Art. 5º A supervisão do estágio será exercida pela Faculdade onde o estagiário haja concluído o ano anterior, ou, por delegação desta, por estabelecimento congênere de outro Estado, Distrito Federal ou de Território.

Art. 6º Na distribuição dos estagiários terão preferência, em primeiro lugar, as zonas de Estado onde se localiza a Faculdade; depois, as zonas do Estado de que natural o estagiário, e por fim, as zonas rurais de outros Estados.

Art. 7º Concluídas as atividades escolares que antecedem ao estágio na zona rural, a Faculdade expedirá aos concludentes um certificado provisório, válido para os fins a que se refere o Art. 4º. O Diploma de médico, entretanto, somente será conferido quando o estudante tiver concluído o estágio e nele tenha sido aprovado, segundo as normas e exigências fixadas pela Faculdade a que está subordinado.

Art. 8º Excetuadas as prerrogativas asseguradas pelo Art. 4º, fica vedado aos estagiários o acesso a qualquer cargo ou função para a qual se exija diploma de médico, bem como aos cursos a que se refere a letra b do Art. 6º da Lei nº 4.024, de 12-7-1960, e às posições de "residente" ou a êde equivalentes, nos hospitais e outros estabelecimento técnicos de ensino e pesquisa.

Art. 9º A manutenção do estagiário na zona rural será assegurada pela concessão de bolsas de estudo de valor igual ao provento anual da classe inicial da Série das Classes de Médico criada pela Lei nº 3.780, de 12-7-1960, acrescido das vantagens e gratificações pertinentes àquela categoria, inclusive as referentes ao regime de tempo integral.

§ 1º A bolsa será paga em doze parcelas mensais, iguais e sucessivas.
§ 2º Fica igualmente assegurado ao estagiário passagem de ida e volta para a zona a que se destina.

Art. 10. A Faculdade assegurará a realização do estágio de prática rural no ano imediato ao da conclusão da série que o precede. O estudante poderá, entretanto, solicitar sua realocação em data posterior, dentro do prazo máximo de 5 anos. Findo esse prazo, precisará o estudante repetir a prática de prática rural, o estágio em regime de internato.

Art. 11. O Poder Público, as autoridades, as comissões de obras públicas e outras entidades existentes ou que venham a ser criadas para o desenvolvimento das áreas rurais, poderão solicitar os serviços dos estagiários, desde que se situem em zonas onde não residam médicos. Nessa hipótese, os organismos interessados encaminharão às Faculdades de Medicina da região, até o fim de junho de cada ano seu plano de trabalho médico para o exercício seguinte, com o número de estagiários de que necessita para a execução das tarefas que lhes são pertinentes.

Parágrafo único. Não havendo incompatibilidade entre o plano apresentado e as finalidades do estágio firmarão as duas entidades um convênio para utilização da parte das atividades do estagiário em expediente de trabalho nunca superior a 3 horas diárias.

Art. 12. O médico que tiver feito o estágio em determinada zona e nela houver fixado residência, terá preferência nas nomeações, contratos, indicações, credenciamentos ou qualquer outro tipo de vinculação com entidades de direito público, para o exercício de serviços médicos na mesma zona, excetuadas os casos de admissão por concurso, em que a fi-

xação de residência decidirá os casos de empate.

Art. 13. Para efeito de distribuição dos estagiários, o Ministério da Saúde, em setembro de cada ano, procederá ao levantamento dos municípios que não possuam médicos residentes do que data ciência a 1/6 das Faculdades de Medicina do País, informando-lhes por outro lado, das prioridades que houver por bem destacar, em função dos interesses do Ministério e das Secretarias de Saúde dos Estados.

Art. 14. Respeitadas as disposições do Art. 6º, a escolha das zonas de prática rural será feita pela ordem de classificação dos respectivos estagiários.

Art. 15. O ensino em regime de internato será obrigatório e realizar-se-á na série do curso médico que anteceder ao estágio rural devendo ter a duração de, pelo menos, 180 dias de trabalho efetivo.

Art. 16. Respeitado o currículo mínimo fixado pelo Conselho Federal de Educação, as Faculdades de Medicina promoverão as demais adaptações curriculares com vigência simultânea para todas as séries, de modo que os concludentes da última série no ano imediato ao da publicação desta Lei estejam aptos a realizar o estágio de prática rural, no exercício imediato.

Art. 17. As despesas com a execução desta Lei no que se refere ao estágio rural correrão por conta das dotações globais do Ministério da Saúde.

Art. 18. O Estudante de Medicina que seja simultaneamente funcionário público civil ou militar ficará automaticamente à disposição do Ministério da Educação e Cultura, durante seu estágio de prática rural. A disposição correrá sem ônus para os cofres públicos e durante sua vigência o servidor não poderá ser transferido.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto de lei representa mais uma tentativa no encaminhamento de soluções visando a certos aspectos da nossa realidade médico-social.

A população rural brasileira que anda em torno de 50% do total demográfico do país, só numa pequena parte dispõe de assistência médico-sanitária, mesmo deficiente e precária. A regra é não contar com recursos médicos de qualquer natureza.

Enquanto que nas capitais e centros urbanos mais desenvolvidas a relação médico-habitantes se expressa por números que podem ser aceitos como bons e até como ótimos (1 médico para 700 a 800 habitantes) no país, tomado como um todo, a relação é de 1 médico para 2.600 habitantes, aproximadamente. Assim é que, tomando como base os dados fornecidos pelo IBGE em relação ao ano de 1960, verifica-se que havia em todo o país 33.521 médicos dos quais 60% se confinavam em apenas dois Estados da Federação: São Paulo com 9.487 e Guanabara com 8.611.

Em trabalho deste ano, publicado sob o título "Missão Universitária e Atualidade Médico-Social" o Prof. Clementino Fraga Filho da Universidade do Brasil afirma que "Estados como o Acre, Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Espírito Santo apresentam proporções aproximadas de 1 médico para 10.000 habitantes". Não seria difícil aumentar a enumeração. Tomemos mais alguns exemplos citados pelo Dr. Henrique Maia Pennido (Situação Sanitária do Nordeste) — Conferência do XI Congresso Nacional de Medicina (1962).

O Estado da Bahia apresenta uma proporção médico-população calculada em 1 médico para 3.600 habitantes, mas só 16 dos seus municípios

exibem coeficientes que poderiam ser aceitos como razoáveis, isto é, abaixo de 1 médico para 3.000 habitantes; no Estado do Piauí, só 3 municípios apresentam proporções semelhantes.

O ilustre Senador Manoel Vilela em brilhante justificativa de Projeto de Lei de sua autoria apresentado a esta Casa, refere que dos 361 médicos existentes em Mato Grosso, 313 se distribuíam em 11 cidades e 48 no restante do Estado o que dá as seguintes proporções: em todo o Estado — 1 médico para 3.000 habitantes; em todo o Estado, excluídas as 11 cidades mais desenvolvidas, — 1 médico para 20.000 habitantes. Igual situação ocorre no Rio Grande do Norte, como ademais em todos os Estados do Nordeste. Em Natal a proporção chega a ser de 1 médico para 699 habitantes, enquanto que no conjunto do Estado desce igualmente para 1 médico para 20.000 habitantes.

Ante tal anomalia, muito mais sentida pelos que experimentam a sua dura realidade do que pelos índices acima expostos, é oportuno e é urgente que algo se faça visando a corrigir os seus efeitos, funestos para o indivíduo e de profundas repercussões sócio-econômicas.

A provável simplista de se aumentar o número de estabelecimentos de ensino médico, aumentando, conseqüentemente, o número de graduados por ano, não nos parece aconselhável. Em primeiro lugar, pelo vulto das despesas que a iniciativa condiciona, sabido quanto custa cada o ensino médico e, por outra parte, pela carência de pessoal docente no País como fora dele, particularmente para matérias e disciplinas que constituem o ciclo básico do curso médico.

Tão pouco nos parece razoável o aumento dos limites de matrícula o que fatalmente importaria no sacrifício da qualidade profissional se outras providências, inexequíveis no momento, não fossem adotadas visando a manutenção do equilíbrio discreto — instalações e equipamentos.

Por outro lado, conforme consta do CAPES (A Formação do Pessoal de Nível Superior e o Desenvolvimento Científico, 1962) verifica-se que no decênio 1952-62 aumentou o número de 12.326 médicos ou seja um milhão de 1.352 por ano. Já em 1960 este número elevou-se para 1.546. A mesma publicação examinando a relação médico-habitantes informa que em 1959, para 1.950 de 1953 habitantes por médico reduzindo-se, em 1959, para 1.873 habitantes por médico e estima que em 1970 o referido coeficiente chegaria para 1.500. Afirma ainda a referida publicação: "Será difícil imaginar uma elevação mais rápida no setor dos profissionais da medicina (...). Apesar das imposições sociais no sentido de ampliar-se o aparelho médico-sanitário do País (...) a expansão rápida dos efetivos não poderá ser alcançada facilmente, sendo cíclica a tendência à estagnação do número de vagas e de matrículas em muitas escolas de Medicina do País.

Com efeito, num total de 98.892 alunos matriculados em 1961 em cursos superiores os estudantes de medicina se representaram apenas com uma parcela de 10,5%, enquanto os de Direito o tiveram com 23,8%, os de Filosofia, Ciências e Letras com 22,5%, os de Engenharia com 11,6%. Dos graduados em 1963, em 1960 50% eram bacharéis em Direito, Filosofia, Ciências e Letras 9% eram engenheiros, 9% médicos, e só 2% agrônomos. E para ilustrar o ensino superior custa à Nação cerca de trinta bilhões de cruzeiros, anualmente, e só 16 estudantes por cada 10.000 habitantes dele usufruem.

Seja como for, o fenômeno existe e a sua presença é particularmente sentida por todos nós que conhecemos

as duras condições de abandono em que nascem, vivem e morrem os nossos rurícolas.

As causas que o determinam são também conhecidas e dentre elas podemos destacar as seguintes:

1 — insuficiente número de profissionais graduados, anualmente, pelas 32 Faculdades de Medicina existentes no país;

2 — incapacidade financeira das comunidades rurais de remunerarem condignamente o trabalho médico;

3 — Absorção dos profissionais médicos pelos centros urbanos, especificamente pelo mercado da Previdência Social que permite às famigeradas acumulações remuneradas;

4 — falta de condições mínimas de habitabilidade em certas zonas rurais bem assim inexistência de condições técnicas para o exercício da profissão com anuência quase absoluta de quase todos os atributos que propiciam a fixação do médico.

Conhecidos os fenômenos e suas causas, é oportuno que busquemos o remédio a oportuno o qual não se resumirá certamente na terapêutica simplória de aumentar o número de profissionais até a completa saturação dos atuais mercados urbanos. Também não consistirá na diligência de se formar através de um currículo reduzido um 1/2 profissional destinado às zonas rurais. A providência seria desastrosa e odiosa, a menos inevitavelmente o abastardamento na profissão.

Na falta de melhor solução e face à atualidade médico-sanitária brasileira, é que propomos a terapêutica heroica, segundo o projeto em justificação, tornando obrigatório um estágio rural para o estudante de medicina em fase da conclusão do seu curso.

Não terão as Faculdades de Medicina maiores dificuldades na execução do citado estágio que se fará sob a sua fiscalização e orientação. A ampla autonomia de que gozam as Escolas médicas facilitará uma distribuição racional das matérias e disciplinas que constituem o seu currículo mínimo de modo que fiquem reservados os dois últimos anos do curso para o treinamento em regime de internato e para a prática rural, respectivamente. Se necessário for, providenciarão as Faculdades no sentido de utilizarem parte dos longos e ociosos períodos de férias atualmente observados (quatro meses por ano), possibilitando um ensino mais intensivo e melhor execução dos programas adotados. Bastaria reduzir-se as férias a 2 meses por ano para que nenhum prejuízo se observasse no ensino dos chamados ciclos básico e pré-clínico. A formação profissional não seria prejudicada e ultimaria-se numa situação muito vantajosa de treinamento, autêntico e real.

Na impossibilidade atual de se localizar médicos nas zonas desassistidas, parece-nos aconselhável que pelo menos os estudantes, já enfeitados de profissionais, sejam mandados para o interior, onde prestariam relevantes serviços às comunidades rurais ao mesmo tempo que completariam a sua formação de médicos gerais. O preparo feito no internato habilita-os, pelo menos, para o exercício de uma medicina de massa, curativa e preventiva, destinada a acudir milhões de brasileiros vítimas das endemias rurais que assolam o país em proporções alarmantes. Basta lembrar que o anelostomose ataca a cerca de 20 milhões de pessoas, e esquistossomose a 4 milhões, a tripanossomose americana (Doença de Chagas) a outros tantos, chegando esta última em certos municípios de Minas Gerais a atingir uma incidência de 40%. Isto para não falar na Varíola, na Difteria, na Filariose, na Frete Tifóide, na Leishmaniose, na Boubã, no Tracoma, afora outras infecções. E as tragédias obstétricas evitáveis mul-

tas vezes pela só virtude de saber-se esperar? E os alarmantes coeficientes da mortalidade infantil e da mortalidade geral, invocadas muitas vezes pelos sociólogos e economistas como características da nossa condição de subdesenvolvidos?

E não é fácil imaginar quantas outras consequências imediatas e salutares, além das entrevistas, traria ao interior brasileiro a presença dos doutorandos em medicina. Não só as referentes ao desenvolvimento e à economia. Desejamos ainda salientar as possibilidades de movimentação que se abririam aos pequenos hospitais, postos de saúde, postos de puericultura, serviços médicos e maternidades que se edificam às custas de dotações orçamentárias, dispersas num sem número de instituições que fazem paradas precisamente a falta de quem as aacione. O doutorando-estagiário certamente interessaria-se pelo seu pronto funcionamento, transformando-os em oficina de trabalho e ao mesmo tempo despertando nas comunidades beneficiadas o interesse pela sua sobrevivência. Seria talvez um passo dado buscando a fixação de médico nas zonas rurais.

Disse-se que o projeto é unilateral quanto pretende que só o médico, ainda que remunerado, contribua com o seu trabalho em zona rural para acelerar o processo do desenvolvimento do país, excluindo-se os demais profissionais liberais. A crítica é procedente. Mas não cremos que o médico brasileiro se fure ao papel que lhe cabe na redenção econômica do país. Os outros profissionais liberais lerão igualmente a sua oportunidade.

Em outros países subdesenvolvidos, inclusive em certas áreas dos E.E.U.U., as soluções propostas, não diferem substancialmente da que ora apresentamos. Resta apenas saber se as Faculdades de Medicina se dispõem a, no uso de suas atribuições e dentro das prerrogativas de autonomia que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional lhes conferiu, reformular a sua organização didática e concorrer, ante tal conjuntura, para satisfazer as urgentes necessidades das zonas rurais.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1963. — Waldemar Alcântara

As Comissões de Constituição e Justiça; de Educação e Cultura; de Saúde; de Serviço Público Civil; e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

A Presidência julga de seu dever manifestar ao Plenário as suas apreensões em relação aos trabalhos orçamentários deste ano.

Nos anos anteriores, salvo 1962, os Anexos e Subanexos chegaram a esta Casa com grande atraso. O número de emendas foi elevadíssimo. Não houve possibilidade de fazer as publicações necessárias ao estudo da Comissão de Finanças nem ao do Plenário.

Os relatores trabalharam à base da confiança na Comissão e na Mesa.

No "Diário do Congresso" a publicação, por tais motivos, maior parte dos casos, só se fez quando já o projeto não estava mais no Senado.

Os autógrafos foram dactilografados. Os trabalhos da mecanografia exigiram um esforço imenso, que se desenvolveu em termos de sacrifício, martingadas a dentro, com grande desgaste para o pessoal e enorme desperdício de material.

Este ano, com a aquisição do equipamento gráfico, a Presidência tornou todas as providências para que os Senhores Senadores, como a Comissão, dispusessem de textos impressos. Foi para isso elaborado um esquema, que objetivava o melhor aproveitamento dos esforços e a perfeita regularidade dos trabalhos, sendo a composição dos textos aproveitada para todas as fases da elaboração orçamentária no

Senado — o estudo da Comissão, as deliberações do Plenário, a redação final e os autógrafos.

Desde 15 de setembro o pessoal gráfico e o seu equipamento têm estado à espera das emendas, cuja apresentação se vem fazendo com extrema lentidão. A fim de não ficar parada as oficinas tiveram que executar outros trabalhos, que só deveriam ser levados a efeito depois da fase orçamentária. Decorrido um mês e meio, ainda elas aguardam os originais das emendas.

A perda de todo esse tempo altera profundamente as condições do problema. Se a situação perdurar por mais alguns dias já os Serviços Gráficos não poderão enfrentar com sucesso a tarefa. E não haverá que contar com a Imprensa Nacional, sob o cuidado como está.

Vendo agravar-se de dia para dia a situação, a Presidência julgou de seu dever trazê-la ao conhecimento dos Srs. Senadores.

Se até o fim da próxima semana não forem entregues aos Serviços Gráficos os textos das emendas, para composição e impressão, será impossível evitar que o Plenário tenha que deliberar no escuro, isto é, sem publicações. Isto acarretará problemas de vulto para os serviços auxiliares da Casa, com a necessidade de se socorrer da dactilografia que o preparo das cópias das emendas e dos autógrafos.

Dando conhecimento da situação ao Plenário, a Presidência formula um veemente apelo aos Senadores no sentido de que, ultimem, até o fim desta semana, trabalhando no sábado e no domingo, se for preciso, a elaboração das suas emendas. O apelo se dirige também aos Srs. Relatores, a fim de que realizem com urgência o estudo das emendas e a Comissão de Finanças, coletivamente, para que profira no mais curto prazo possível os seus pronunciamentos, de modo a que o Plenário tenha o tempo necessário para as suas deliberações em condições favoráveis. (Pausa).

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Waldemar Alcântara.

O SR. WALDEMAR ALCÂNTARA:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, faz pouco tempo, precisamente em novembro de 1962, vim a esta cidade de Brasília participar de uma reunião sobre ensino médico, convocada pelo então Ministro da Educação, o Sr. Darcy Ribeiro. A referida reunião compareceram igualmente os vultos mais destacados do magistério médico nacional.

Pelo Sr. Ministro da Educação fomos dito, inicialmente, em exposição brilhante com que abriu os trabalhos, da reunião referida, que o Governo Federal se interessava vivamente pelos problemas da assistência médico-sanitária devida às populações rurais do Brasil.

Não foi, entretanto, essa manifestação do Sr. Ministro da Educação a primeira, nem a última; outras se lhe sucederam, bastando lembrar que o Professor Clementino Fraga Filho da Universidade do Brasil, em magnífica aula de sapiência, abrindo os cursos daquela Universidade em 1933, também se ocupou do assunto, larga e profundamente. Também o Dr. Henrique Maia Penido, por ocasião do XI Congresso Nacional de Medicina, realizado em 1962 — creio que na cidade de Recife — tratou exaustivamente do problema. Mais recentemente, o Senador Manoel Villaga apresentou a esta Casa um projeto de lei tratando igualmente do assunto. E ainda agora, precisamente no dia de hoje, a Associação Médica Brasileira, reunida na cidade de Fortaleza, no seu Congresso Anual, tratou do problema pelos seus membros de dois conferencistas inscritos naquele conclave. Tão eloquentes manifestações,

partidas de órgãos da maior responsabilidade, dão precisamente medida da extensão, importância e urgência com que o problema se apresenta no País. Basta dizer, para conhecimento de todos os Srs. Senadores, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em publicação referente ao ano de 1960, informava que existiam no País, naquela época, 3.521 médicos o que representava uma relação médico-população de um médico para 2.600 habitantes, sendo que desse total de médicos existentes no Brasil, em 1960, 9.487 estavam circunscriitos ao Estado de São Paulo e 8.641 ao Estado da Guanabara. Vale dizer, 66% dos médicos existentes no País se circunscreviam aos Estados de São Paulo e da Guanabara.

Se atentarmos para esses números oferecidos pelo IBGE, verificaremos que a percentagem de médicos existentes no País se traduz na proporção de um médico para 2.600 habitantes. Não seria, tão má, se não análise se circunscrevesse somente às capitais ou às cidades de maior desenvolvimento.

De modo geral, a percentagem médico-população não é tão ruim no Brasil. Sabemos, entretanto, que a Argentina, por exemplo, essa percentagem se traduz na proporção de um médico para 800 habitantes; na França, de um médico para 900; na Suécia, um médico para 1.050 enquanto nos Estados Unidos a proporção é de um médico para 750 habitantes. Para citar os extremos, basta referir que em Israel, essa proporção é de um médico para 420 habitantes, enquanto que na Nigéria desce para um médico para 96.000 habitantes.

Para dar o testemunho de que o universal o fenômeno basta dizer que existem, no mundo inteiro, 1.500 mil médicos para 3 bilhões de habitantes o que significa a proporção de um médico para 2.000 habitantes.

A situação, em números absolutos, é essa. Se investigarmos como se faz a distribuição dos médicos, em todo o território nacional, chegaremos a uma conclusão muito desanimadora.

Valho-me dos dados oferecidos pelo Dr. Henrique Maia Penido, em conferência pronunciada no XI Congresso Nacional de Médicos, realizado em 1962. Tomando como exemplo o Estado da Bahia, considerado como um todo, temos a proporção de um médico para 3.600 habitantes. Só em 14 de seus municípios a proporção chega a um médico para 5.000 habitantes. No Piauí, só em três municípios se observa a proporção de um por 5.000, isto é, um médico para 5.000 habitantes.

E acrescenta o Dr. Penido que no Estado do Acre, Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte e Espírito Santo a proporção desce para um médico para 10 mil habitantes.

Seria muito fácil aumentar essa enumeração. Essa proporção atinge, também, a todos os Estados do Nordeste e a alguns outros fora daquela área.

Lembro aos Srs. Senadores também, a estatística apresentada pelo Senador Manoel Villaga em relação a Mato Grosso, que evidencia ali existirem 361 médicos, dos quais 313 se confinam em 11 cidades e somente 48 se distribuem pelos restantes municípios do Estado. De um modo geral, a proporção relativamente a Mato Grosso é de um médico para 3.600 habitantes. No Rio Grande do Norte, que apresenta um total de 353 médicos, 253 exercem suas atividades na capital, o que dá uma proporção de um médico em Natal, para 690 habitantes. Excluídos dez das mais importantes cidades do Estado, a proporção desce para um médico para 20.000 habitantes.

Se pudéssemos alongar as nossas considerações, gostaríamos de nos referir à estatística que o Dr. Bichat Rodrigues apresenta, através de uma

publicação do Serviço Nacional de Tuberculose. Para não citar todos os Estados do País, tomo como exemplo os seguintes:

No Pará, o número de médicos existentes na Capital era de 288; nos municípios de apenas 40, mostrando que em 36 municípios, pelo menos, não havia médico, num total de 328 em todo o Estado.

Um exemplo muito claro como o do Ceará, em relação ao ano de 1958. Hoje, não se pode argumentar com o número de municípios que varia dia a dia nesta política suicida de multiplicação de municípios. Mas no Ceará os médicos existentes na Capital, do total de 477 em todo o Estado, eram de 331 e nos municípios do interior 146; e em 80 municípios, naquele ano de 1958, não existia um só médico.

Em Alagoas, a situação não era outra. Num total de 168 médicos em todo o Estado, 119 exerciam sua profissão na Capital, 49 em alguns municípios e em 16 municípios nem um só médico existia.

Em Minas Gerais a situação também não é diferente: num total de 2.782 médicos, 951 estão na Capital, 1.811 em municípios outros e em 128 municípios não existia médico.

A melhor situação era a do Rio Grande do Sul, que com total de 1.862 médicos, 1.053 pelo menos ficavam no interior.

No Paraná a situação era mais ou menos igual: 1.099 médicos, com 464 na Capital e 625 no interior e somente 20 municípios não tinham médicos.

Mais significativa é ainda outra estatística apresentada também pelo Dr. Bichat Rodrigues quanto à relação médico-habitante nos Estados e Territórios, excetuados os municípios da capital. Basta lembrar que, no Estado do Maranhão, segundo os números oferecidos por ele, a situação é a seguinte: um médico para 86.369 habitantes, enquanto que em São Paulo essa proporção era bem melhor: um médico para 281 habitantes. No Ceará a proporção era de 19.459 habitantes para um médico.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, este problema, não comumente tratado nesta Casa nem por isso deixa de ter importância excepcional, sobretudo quando nos preparamos para uma fase de desenvolvimento. Sei que o problema da saúde pública é de superestrutural. Enquanto não tivermos organizado a nossa infra-estrutura, não poderemos ter a velocidade de ver os serviços de saúde pública organizados. Já se disse, com certa propriedade, que as populações não têm saúde não pelo fato de não terem médicos; não têm saúde porque não dispõem de recursos. Ninguém é pobre porque não tenha saúde; não tem saúde precisamente porque não dispõe de recursos para comprá-la.

A saúde é um bem que se compra, e um bem que depende de recursos para adquiri-la, enquanto não tivermos um bem de desenvolvimento capaz de suportar este ônus, estamos longe de ter uma saúde pública eficiente e organizada no País.

O Sr. Aurélio Vianna — V. Exª permite um aparte?

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Pois não.

O Sr. Aurélio Vianna — V. Exª está tocando o problema de modo absolutamente aceitável. Tocou no ponto agudo da questão: nosso subdesenvolvimento. Pelas estatísticas que V. Exª apresentou, verificamos que quanto mais poderoso é o Estado componente da Federação tanto mais possibilidade tem sua população de cuidar-se, adquirindo sua saúde, comprando-a como diz V. Exª muito bem. Aquêlê quadro do Ceará impressionou-me. Há quem venha discutindo que há uma concentração demasiada de médicos nas capitais. A impressão que se tem da exposição de V. Exª é que

não existe tal concentração demasiada. O número de médicos que se encontram nas capitais, muito mal satisfaz a demanda, a procura. O que existe é uma falta de médicos no País inteiro; isto é o que existe, e V. Exª agora tocou no ponto: temos que operar a infra-estrutura econômica do País, para que a sua estrutura se apresente noutros moldes. Eu me paro aqui, e sem dúvida o Senado inteiro, pela exposição que V. Exª vem fazendo, seja, objetiva e esclarecedora.

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Muito agradecido a V. Exª. Seu aparte honra muito o meu trabalho.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, creio que já dei uma amostra de como se apresenta o problema entre nós, mas, se não fosse abusar da paciência dos Senhores Senadores, gostaria agora de analisar as causas que determinam esta situação verdadeiramente dramática, em relação à assistência médico-sanitária nacional.

Em primeiro lugar, é preciso referir que o problema só existe em virtude do pequeno número de médicos existentes no País. Dados que colhi, através de uma publicação da CAPES que referi, que no decênio 1950-1959 foram diplomados 13.525 médicos, ou seja, uma média anual de 1.352. Já em 1960, segundo a mesma publicação o número de graduados em medicina por ano se elevava a 1.450. Mas é de todo ponto interessante que eu leia o original dessas estatísticas que tive oportunidade de transcrever na justificativa do Projeto que, agora, ofereço à consideração dos Senhores Senadores.

(Lendo)

"Conforme divulga a CAPES (A Formação do Pessoal de Nível Superior e o Desenvolvimento Econômico, 1960) verifica-se que no decênio 1950-1959 concluíram o curso médico 13.526 médicos ou seja, uma média de 1.352 por ano. Já em 1960 este número elevou-se para 1.540. A mesma publicação examinando a relação médico-habitantes informa que era a mesma em 1950, de 1.033 habitantes por médico, reduzindo-se, em 1959, para 1.836 habitantes por médico e estima em 1970 o referido coeficiente para 1.500. Ainda mais referida publicação: "Será difícil imaginar uma elevação mais rápida no setor dos profissionais da medicina (...). Apesar das imposições sociais no sentido de ampliar-se o aparelho médico-sanitário do País (...) a expansão rápida dos efetivos não poderá ser alcançada facilmente, sendo verídica a tendência à estagnação do número de vagas e de matrículas em muitas escolas de medicina do País.

Com efeito, num total de 98.892 alunos, matriculados em 1961 em cursos superiores os estudantes de Medicina se representaram apenas com uma parcela de 10,5%, enquanto os de Direito o fizeram com 23,8%, os de Filosofia, Ciências e Letras com 22,6%, os de Engenharia com 11,6%. Dos graduados, 16.893, em 1960, 50% eram bacharéis em Direito, Filosofia, Ciências e Letras, 9% eram engenheiros, 9% médicos e só 2% agrônomos. E para ilustrar: o ensino superior custa à Nação cerca de 30 bilhões de cruzeiros anualmente, e só 16 estudantes por cada 10.000 habitantes dele usufruem".

Além do pequeno número de profissionais graduados anualmente, outra causa que influi decisivamente para esta má distribuição de médicos pelo

território nacional é, sem dúvida nenhuma, a incapacidade financeira das comunidades rurais para remunerarem o trabalho médico condignamente. Problema do subdesenvolvimento.

Também, é preciso citar como causa pelo menos, que o diplomado médico não encontra, nas zonas rurais do País condições técnicas para o exercício da sua atividade. Além disso — e aqui está um campo que é preciso caracterizar — há o mercado da previdência social. Falo com autoridade de Diretor de uma Faculdade de Medicina que via, anualmente os diplomados, ao saírem da Faculdade, ingressarem com a maior facilidade no mercado inencho da Previdência Social que, por cima de tudo, permite as amaldiçoadas — vamos dizer assim — condições de acumulação. O mercado da Previdência Social é, sem dúvida alguma, responsável, muito responsável mesmo, pelo problema de inexistência, ou de carência de médicos servindo às comunidades rurais.

Por outro lado, o pobre médico recém-formado, talvez cheio de propósitos os mais nobres, não encontra condições de habilitação nas comunidades rurais. E tudo isso são problemas que interferem estritamente com o problema do subdesenvolvimento.

Mas isto tem alguma importância, que justifique estar eu tomando o tempo, ou cansando a paciência dos nobres Senadores. (Não apoiado!) tratando de um problema dessa natureza? A meu ver, tem importância fundamental para o País, e me permito ressaltar o valor das idéias que estou sustentando, porque absolutamente convencido de que isto é base fundamental no processo de desenvolvimento do País.

Basta lembrar que a Organização Mundial da Saúde, ao procurar definir o que é saúde, disse com muita propriedade: Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidades ou invalidez.

Esta definição, que está inserida na Constituição da Organização Mundial da Saúde, por si só dá uma amostra do valor que esses problemas têm. Quanto o Governo não puder proporcionar o bem-estar físico, mental e social às populações juridicionadas por ele, não terá feito grande coisa e os problemas se constituirão, e virão a todo momento à tona porque o indivíduo além de não gozar da excepcional prerrogativa de bem-estar físico, mental e social, envereda também por caminhos escusos, que o levarão à conclusão social.

Se isto não bastasse para bem situar a importância do problema, gostaria de recordar que a inexistência de médicos no interior do País é muito responsável por esta calamidade que agora vou colocar em termos de número, a fim de convencer os Senhores Senadores.

As endemias rurais existentes neste País, são responsáveis em grande parte, pelo nosso atraso, pelo nosso subdesenvolvimento. Basta dizer que cerca de vinte milhões de brasileiros são portadores desta endemia que mina a energia dos nossos patriotas — a ancilostomose. Como se ainda não bastasse, há, também, a esquistossomose ou helmintose, de efeitos tremendos, que se representa, na sociologia brasileira por quatro milhões de habitantes. A doença de Chagas, ainda não estudada, ainda não conhecida através de um inquérito epidemiológico real, mas que sabemos atingir a uma população de cerca de quatro milhões de habitantes — bastando referir que no Estado de Minas Gerais, em certos municípios, ela se representa com uma incidência de cerca de 40%. 40% de certos indivíduos são portadores de doença de Chagas. Em função disto, a mortali-

dade geral do País se representa por índices verdadeiramente desoladores. O coeficiente de mortalidade geral no País, é de aproximadamente 26 a 30 por 1.000, para não citar a mortalidade infantil, que é uma das páginas negras e degradantes da nossa civilização. Ela se representa, em certos Estados do Nordeste, por um índice que se eleva de 350 a 400 por 1.000, o que quer dizer em termos absolutos que de cerca de 1.000 crianças, nascidas, morrem, de 350 a 400, no primeiro ano de vida.

Por outro lado e em função disto mesmo, a vida média do brasileiro é muito baixa. Ao nascermos, não temos muita perspectiva de vida. Nós outros, que já vivemos algum tempo, somos privilegiados, porque a regra é o brasileiro morrer em torno dos 40 anos de idade — 43,7, sendo que em Mato Grosso, onde colhi estes dados, recentemente, a vida média chega a ser de apenas 36 anos. E excepcionalmente no Rio Grande do Sul a vida chega a ter a duração média de 53 anos! Enquanto isso, nos países civilizados, essa vida média se eleva a números muito superiores: está em torno de setenta anos no Canadá, na Suécia e nos Estados Unidos.

Ora, isto tem importância? Tem muita, porque a perspectiva de vida no Brasil se verifica exatamente num grupo cuja rentabilidade é mínima, cerca de 50% da população brasileira é de vinte anos para baixo. E exatamente numa idade em que não se pode esperar rentabilidade econômica desses indivíduos.

Já conhecemos, assim, embora sumariamente, este problema da falta de médicos, problema da má distribuição de médicos. E conhecemos suas causas. É justo que a esta altura desta exposição, feita sem nenhum outro interesse senão o de divulgar dados, é justo que procuremos saber se existe solução para este problema. Existe. Várias têm sido as propostas, desde as mais simplórias até as mais complicadas.

Na reunião a que inicialmente me referi, onde estiveram presentes as maiores autoridades de ensino médico nacional, chegou-se a aventar inúmeras soluções. Mas nenhuma delas trazia um conteúdo que lhe desse autoridade para pressupor. Penso-se e era a solução mais imediata, mais simples que se apresentava, que o problema poderia ser ornado desde que se aumentasse a capacidade de diplomação de médicos anualmente. Era evidente que se se possuísse um maior número de médicos, estaria resolvido o problema da oferta e da procura. Saturando-se mercados médicos brasileiros das capitais os médicos teriam necessariamente de emigrar, ir para o interior exercer a sua profissão mas a análise mais profunda deste problema levou à conclusão de que as facilidades de matrícula no país em número de 32 não estão nem tecnicamente nem do ponto de vista do pessoal docente capacitados para aumentar ou para diplomação o maior número de médicos por ano e o problema não é só do Brasil, o problema é do mundo inteiro. Há uma carência, há uma falta de professores, sobretudo das cadeiras do círculo básico em todo o mundo. Então, é inútil querer vencer este problema ou oferecer soluções com base no aumento da capacidade didática das escolas. Poder-se-ia remediar até certo ponto, aproveitando-se a capacidade ofensiva de certos estabelecimentos de ensino médico que poderiam multiplicar ou aumentar o número de suas matrículas, de modo a oferecer um maior número de médicos por ano.

Esse problema não se resolve, a meu ver, tão simploriamente.

Pessoas também face a essa realidade médico-sanitária do País, lembraram a necessidade de providen-

que no sentido de se formar um médico — um médico — vamos dizer — uma medicina, uma medicina de produção, de modo a ir exercendo a sua profissão nas comunidades rurais, que tão urgentemente precisam de seus serviços.

Esta é uma outra solução que parece conveniente e correta porque implicaria na qualidade do profissional e levaria inevitavelmente, ao mesmo tempo, à melhoria da profissão. E, no entanto, na reunião a que me referi, não foi formalmente a essa ideia, que seria o abastardamento da profissão de médico.

Que outras soluções propõem?

O Senador Manoel Vilça, em projeto que tramita nesta Casa, propõe uma solução com a qual, data vinda, eu também não concordo. S. Exa., raciocinando muito corretamente, chegou também à conclusão de que há necessidade de um maior número de médicos para atender às necessidades do País. Mas, paradoxalmente, propôs no seu projeto uma ideia contrária, isto é, S. Exa. passava o curso médico, de seis, para sete anos, obrigando o médico recém-diplomado a passar mais um ano no interior, só depois o qual lhe seria entregue o diploma de médico, com o qual poderia exercer a profissão de melhor lhe aprouvesse. Em vez de, em seis anos, seria o curso médico em sete anos. Evidentemente, é uma solução que não condiz com as necessidades médicas do País.

Preocupado com este problema há algum tempo, pensei que a solução não seria esta. A contrário, deveria manter a mesma duração do curso médico em seis anos, aproveitando-se o sexto ano para realizá-lo, sob a forma de estágio rural, no interior. O estudante faria cinco anos na Faculdade, sendo o sexto realizado no interior do seu Estado, em prática rural, em situação real de treinamento. Deste modo, a duração do curso médico não se alteraria, ensejando-se a possibilidade de ser aproveitado o último ano para o exercício da profissão, sob a forma de treinamento, nas regiões rurais, tão necessitadas desse serviço.

O Sr. Walfredo Gurgel — V. Exa. permite um aparte?

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Com todo o prazer.

O Sr. Walfredo Gurgel — Naturalmente a diferença entre o projeto de V. Exa. e o do Senador Manoel Vilça é quanto ao tempo de duração dessa, de um ano. Segundo a proposição deste, o médico frequentaria seis anos a escola de medicina e teria um ano de estágio no interior. Pelo projeto de V. Exa. seriam cinco anos na escola e mais um no interior.

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Substancialmente, dá-se o seguinte: o projeto do Senador Manoel Vilça implica numa duração de sete anos para o curso médico, enquanto o meu, numa duração de cinco anos, porque o sexto ano já se fará com o trabalho médico dos estudantes.

O Sr. Walfredo Gurgel — Pelo projeto do Senador Manoel Vilça o sétimo ano não corresponde ao estágio no interior?

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Exatamente.

O Sr. Walfredo Gurgel — Corresponde ao sexto do projeto de Vossa Excelência. É um ano de diferença.

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — No meu projeto — não sei se tiveram oportunidade de ouvir sua leitura — o curso médico é mantido de acordo com deliberação do Conselho Federal de Educação, em seus estatutos. As Faculdades de Medicina, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, gozam de uma autonomia muito grande. Podem perfeita-

mente organizar-se, reformular o seu ensino e a distribuição das matérias. A primeira do curso médico pode ser perfeitamente reformulada, sem maiores complicações, de modo a que o curso básico, fundamental, seja feito em quatro anos. O quinto ano, mantido a duração de seis anos, que poderia ser a qualquer momento modificada pelo Conselho Federal de Educação, far-se-ia em regime de internato, na própria, dando ao estudante o treinamento de que ele, vai necessitar para prosseguir treinando, já agora, em zona rural. Tudo isto sob a orientação, sob a fiscalização da sua Faculdade de origem. O estudante, enviado ao interior pela sua Faculdade de Medicina, disciplinado e orientado de acordo com o meu projeto, não perderia a vinculação com ela; mandar-lhe-ia um relatório, semanalmente ou como a Faculdade entendesse melhor, das suas atividades: "Faço ao doente tal procedi da seguinte maneira". A Faculdade de Medicina, pelo órgão que viesse a criar e que seria dirigido por um Professor-Supervisor do externato em estágio rural, poderia imediatamente responder ao estudante: "A sua conduta face ao doente tal estava errada; em vez de ter sido feito nesse sentido deveria ser feito naquele outro". Independentemente disso, a Faculdade manteria um Professor visitador, mensalmente com os relatórios à mão, conversar com o seu estagiário; "Você não andou bem quando tomou determinada providência em relação ao doente A; deveria ter feito isto e não aquilo". Enfim, este é um problema da Faculdade, de fácil solução — uma questão de administração. As Faculdades têm autonomia para resolver esses problemas da maneira que entenderem melhor, segundo as peculiaridades da sua região, segundo as conveniências que, no momento, forem aconselháveis. Esse é o objetivo do projeto ora apresentado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao estudar esse assunto eu o fiz com muito interesse e não tive outro propósito se não o de trazer uma contribuição, mesmo desvaliosa, para o seu equacionamento. Sei que tramita nesta Casa o Projeto do Senador Manoel Vilça, com o qual o meu tem certa semelhança. É possível que a sabedoria da Casa mande juntar os dois projetos e deles retire o que há de melhor.

Estou convencido, pelo conhecimento que tenho da matéria — sobretudo pelo conhecimento que têm outros Professores de Medicina, de outros órgãos, muito mais credenciados que eu — de que o problema da medicina no Brasil precisa ser, realmente, encarado com seriedade e, pelo menos, com o desejo de encaminhar uma solução embora provisória. De fato, esta não é uma solução definitiva, mas temporária, de emergência, para a qual devemos dar o melhor de nosso interesse e de nossos conhecimentos.

Fazendo essas considerações em torno do projeto que acabou de ser lido no Expediente, espero não seja meu canto de cisne nesta Casa, pois minha situação aqui é fortuita, temporária. Já me apresto até para voltar ao meu Estado e retomar minhas atividades habituais, principalmente no setor da educação médica. Queria, neste instante, valendo-me da oportunidade de me encontrar na tribuna, não só agradecer — particularmente à Mesa, mas aos Srs. Senadores também — a pobreza com que ouviram estas desprezíveis considerações, com os meus nobres colegas um estudo sério a respeito da matéria e, afinal, aguardar a sua deliberação sobre o que se deve fazer para a solução desse problema, que me parece importante e urgente. Confio, portanto, à argúcia e sabedoria dos Srs. Senadores o destino desse projeto, que não tem outro objetivo se não alertar a consciência cívica de

S. Exas. para um problema com o qual talvez não estejam habituados, mas que é, sem dúvida, um problema nacional de primeiro plano. (Lendo bem; muito bem, Srs. Senadores. O orador é cumprimentado).

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Tem a palavra o nobre Senador Manoel Vilça, presidente do nobre Senado da Câmara de Mondaí.

O SR. MANOEL VILÇA:

(Sem leitura do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, começo por agradecer ao nobre Senador Manoel Vilça a gentileza de me haver cedido sua inscrição.

Após a crise por que passou o País, nos primeiros dias deste mês, culminando no episódio técnico do estado de sítio, estamos internamente gozando de período de acalmia pelo momento aparente.

Nosso desejo, o mais intenso e sincero, está em que a aparência se transforme em realidade e deixe de ser apenas uma breve interrupção entre duas crises, passando a situação normal de que o Brasil tanto carece para realizar seus sonhos de desenvolvimento. Infelizmente, fatos, os mais graves, que continuam existindo, mostram que não é possível nutrir grande otimismo a respeito dos dias próximos vindouros.

Digo isto, Sr. Presidente, sem fazer referência a inúmeras outras circunstâncias, limitando-me ao memorial, a que vou proceder, publicado no açucareiras de Pernambuco enviaram, esta semana, ao Presidente da República, ao Presidente do Senado Federal e ao Presidente da Câmara dos Deputados. Para a leitura do memorial, a que vou proceder, publicado no Diário do Congresso de ontem, peço a atenção dos eminentes colegas. Estão neste traçado fatos e episódios da maior gravidade, inimagináveis. E subscrito por personalidades de projeção social, de inegável responsabilidade.

Se há exagero no que nele se diz, se há pormenores falsos ou se há mesmo denúncias irreais, cumpre ao Poder Público, sobretudo ao Poder Público estadual, repór a verdade em seus legítimos termos, desfazer os exageros e cuidar de apurar o que contém de exato, para as providências indispensáveis.

Os representantes da agro-indústria canavieira afirmam que o colapso daquela indústria, da qual têm dependência, direta ou indiretamente, cerca de 1.500.000 pernambucanos — aproximadamente 40% da população do Estado — visa, através do desespero e do caos que possa gerar, ao aceleramento do processo revolucionário.

(Lendo)

"É perseguindo esses propósitos que se vêm organizando as invasões de propriedades rurais e fábricas de açúcar mobilizando-se grande massa camponesa armada de rifles, revólveres, espingardas, foices, facas e outros instrumentos contundentes. Simultaneamente, as depredações e ameaças de agressão vêm, com o mesmo fim, compelindo os pequenos e médios proprietários ao abandono das suas terras, ante o risco de vida que representa, hoje, em Pernambuco, a permanência nos estabelecimentos rurais. Aquêles que dispostos a reagir, ficam em suas fazendas e engenhos, são forçados a transferir para as cidades as suas famílias. Isto acarreta pesados ônus a essas unidades econômicas cuja produtividade decresce cada dia, em função mesmo da desordem e do reduzido índice de rendimento resultante da campanha de não colaboração fomentada entre os rurícolas.

As fábricas de açúcar, por seu turno, onde há maior agitação, não realizam os seus padrões de produção diária, o que acarreta a diminuição do faturamento e, sendo a impossibilitar a continuação do trabalho produtivo, pelo déficit que se verifica entre o valor na produção e o dispêndio do custo semanal das empresas.

Apercebidos de que se trata de etapa de um plano geral, revolucionário para examinar economicamente e conduzir ao desmoronamento o parque agro-açucareiro, os produtores de açúcar e os plantadores de cana vem denunciar à Nação e a Vossa Excelência a agitação e a desordem, amparadas e estimuladas pela convivência e a ação das autoridades governamentais, apontando os reais objetivos das forças políticas que, em pronunciamentos públicos se confessam revolucionárias, comunistas e detentoras do Poder em Pernambuco".

E noutro ponto:

"Registram-se, diariamente, fatos da maior gravidade. Autoridades executivas estaduais desmoralizam a Justiça, não lhe garantindo o cumprimento dos mandados. A Polícia Civil e a Força Pública mantêm-se inermes diante das repetidas invasões dos centros urbanos, sua ocupação por centenas de homens armados que fecham o comércio, invadem os sindicatos, arrombam-lhes portas, cofres e arquivos, proíbem o acesso à cidade de todo e qualquer veículo, sem que haja uma punição, uma medida preventiva, mesmo quando se sabe dos desígnios das hordas invasoras. Situa-se propriedades, com a mobilização de mais de mil homens, também armados de rifles, garruchas, clivins e fones, ocupam-se as casas grandes, sequestrando as armas de defesa que lá encontram episódicamente, sem que se dissolvam as turbas desordeiras.

(Lendo)

"As graves se deflagram por motivos políticos, processando-se a mobilização e a condução das rurícolas em transportes oficiais até às sedes dos municípios e à Capital do Estado, para, depois, se exigir o pagamento dos salários correspondentes aos dias de greve, sob a ameaça de novas paralisações. Prega-se abertamente a revolução em comícios onde líderes comunistas, incitam à invasão das propriedades, ao assassinio e ao encaminhamento do processo reivindicatório "na marra, no cacete e na bala". Isto em reunião pública a que comparece e fala o próprio Governador, onde se diz que, o Partido Comunista já é o Governo em Pernambuco e o que resta para emancipação do camponês e do operário, é a revolução nos moldes da cubana. Líderes comunistas reúnem-se e ministram cursos de ativismo e liderança política dentro dos presídios estaduais preparando, como se pode claramente perceber, as hordas que deverão cumprir a missão de terror na hora da convulsão.

Há, agora, este trecho que me parece extremamente sugestivo e revelador:

(Lendo):

"Deixando evidente a existência do propósito de fazer sucumbir a agro-indústria açucareira, atente-se para o fato de que essa mobilização de camponeses cinge-se à zona do açúcar, enquanto nos municípios do Agreste, que lhe são

vizinhos, não se registrem fatos semelhantes. Vale considerar que os salários pagos na região do açúcar aos trabalhadores de campo são cerca de duas vezes mais altos do que os atribuídos aos camponeses que se dedicam a outros gêneros de cultura nas várias regiões do Estado; enquanto os operários de usina percebem, por sua vez, remuneração mais elevada do que os servidores de qualquer atividade industrial ou comercial no Nordeste, e ambas, além dos salários em numerário, têm assistência médica, lancha, sem nada lhes ser descontado, recebendo ainda o industrial luz e gás".

A denúncia com esta referência especial — aqui a ênfase se circunscreve à zona açucareira — abalança que se trata de um plano geral para levar essa atividade econômica do Nordeste a um colapso total.

À esse respeito, entra em jogo o próprio interesse nacional. Além dos aspectos sociais, que são da maior relevância, há aqui, também, o aspecto econômico.

Como é sabido, dos gêneros alimentícios de matérias-primas o açúcar desfruta, hoje, de uma situação excepcional no mundo. E' dos poucos que têm tido o seu preço em permanente ascensão, sobretudo, depois da revolução cubana e do afastamento da produção da Ilha do Caribe dos mercados consumidores, principalmente do norte-americano.

O Brasil tem condições, para gozar de uma situação privilegiada aproveitando essa brecha que se lhe oferece. Depois de ter estado afastado do famoso "Sugar Act" americano, conseguiu entrar, obtendo uma cota muito pequena, e muito inferior às suas reais possibilidades, sabido que o mercado norte-americano é o que paga melhor em todo mundo.

No ano de 1931, o Brasil conseguiu obter um proveito que, se não fora substancial, era pelo menos auspicioso, permitindo a produção de um futuro colapso.

Neste ano, em 1931, 653 milhões de dólares o que representava 47% do total das nossas exportações. Mas, já em 1932 a exportação brasileira caiu substancialmente, ficando em 39,5 milhões de dólares. No primeiro semestre deste ano, houve uma reação e segundo leito no último número de Conjuntura Econômica, exportamos trinta milhões de dólares. Mas o que é digno de nota e de atenção é que a produção brasileira de açúcar, nos últimos dez anos, em alienado faturamento superior — quase seis por cento ao ano. Assim é que estamos a riscas, continuando essas tendências, a ficar sem cota para exportação e até se não tivermos prudência a começar a sofrer de escassez no mercado doméstico.

Isto só acontecerá, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se houver total desídia e incapacidade por parte dos governantes. Há cerca de ano e meio foi criada uma taxa especial para o chamado Fundo de Fomento da agro-indústria açucareira.

A arrecadação dessa taxa é estimada em treze e quinze bilhões de cruzeiros por ano.

Não se compreende portanto que quando o Governo através do seu órgão administrativo específico, de criação substancial como este não de nio a um plano para aumento da produtividade da agricultura canavieira no Nordeste.

O Sr. Ruy Carneiro — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MEM DE SA — Pois não.

O Sr. Ruy Carneiro — Nesta oportunidade, em que Cuba se encontra nas garras do comunismo e está com sua agricultura, pelas informações que temos, desorganizada, será o momento de o Brasil grande produtor de açúcar entrar no mercado e expor-

tar, em vez de produzir exclusivamente para consumo interno, como V. Exa., agora mesmo acha que é possível.

O SR. MEM DE SA — Por isso é que fiz esta intervenção. Temos possibilidades de aumentar a produtividade da agricultura canavieira, sobretudo no Nordeste, cujo rendimento já é muito inferior ao rendimento do sul, devido precisamente à falta de elementos técnicos e de boa orientação.

Por isso, porém, deve ter essa finalidade para que, do aumento da produtividade, possa advir melhoria da situação. É preciso conduzir a política econômica de forma a que a receita, tirada da economia nacional e destinada a aumentar a produtividade não reduza apenas em benefício dos proprietários mas, como se faz na Norte-América e no Mundo Ocidental, o aumento da produtividade seja o fundo real da melhoria de salários.

O que é importante — e este ponto desejo ressaltar — é que não adiantará um Fundo de Fomento Agropecuário não adiantará a adoção de técnicas modernas para a agricultura, se o ambiente social na zona continuar o que é, denunciado neste documento. Porque, então, falta a primeira condição, porque então, ao invés de marcharmos para uma posição que nos leva a desfrutar o mercado internacional, estaremos marchando nas pegadas da revolução cubana.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Dou o aparte a V. Exa.

O Sr. Aurélio Viana — Acredito que, antes do último período, V. Exa. situou a questão muito bem, e não sei quem poderia contestar-lhe os argumentos. A inquietação é fruto da situação que V. Exa. apresentou há alguns instantes. Vi — e ainda hoje as há no Nordeste — usinas que extraem por tonelada de cana uma média de cento e vinte quilos de açúcar, ao lado de usinas outras que não extraem noventa e cinco. Estes, empregando na estufa vinte e trinta homens; aquelas, dois, três e quatro. Quando a inquietação que impetra em Pernambuco e, em particular, nos dois agitados citados no documento, o Governador Arroz deu, hoje, uma resposta, dizendo que um deles foi morto a tiros de rifle, no cangaço Oriente e que o outro encontra-se preso na Casa de Detenção do Recife, por determinação da Justiça. O Sr. Juscelino Kubitschek, ex-Presidente da República, líder incontestado das forças populares possedistas — falou em tese — deixou no Recife, quando do seu embarque para Fortaleza;

"Deixo Recife satisfeito com a tranquilidade e ordem que aqui observo, prova evidente do objetivo pernambucano de trabalhar e acompanhar o ritmo de progresso do País".

Então, fico em perplexidade. Não estou lá, estou aqui e ouço a leitura de um relatório publicado que nos apresenta Pernambuco numa convulsão de tal natureza que não se trabalha mais. O Estado paralisou; o colapso é iminente. Se não real. E, depois, ouço um líder centro-conservador...

O SR. MEM DE SA — Um candidato à Presidência da República!

O Sr. Aurélio Viana — ...um candidato à Presidência da República, que foi Presidente da República e que sempre liderou, trabalhou lado a lado com as classes conservadoras do País, fazer essa declaração incisiva; e, antes, ouço aquela outra de que um dos agitadores foi morto a bala e o outro está preso. Eu gostaria de um esclarecimento.

O SR. MEM DE SA — É justamente o ponto a que vou chegar. A declaração do Sr. Juscelino Kubitschek não me causa a menor preocupação. S. Exa. quer ser Presidente da República. Para qualquer preço. Não discute preço, tanto mais que não sabe do bolso dele esse preço; tanto isto é verdade que, prazerosamente, aceita a companhia do Sr. Miguel Arraes para Vice-Presidente.

O Sr. Ruy Carneiro — Barando em que V. Exa. afirma isso? Como membro do PSD, gostaria de saber com que fundamento V. Exa. faz essa declaração. V. Exa. presume...

O SR. MEM DE SA — Foi o meu conhecimento dos homens e dos fatos e essa declaração do ex-Presidente é a confirmação.

O Sr. Ruy Carneiro — O Sr. Juscelino Kubitschek chega a Recife e encontra a cidade calma. V. Exa. está relatando ocorrências nos engenhos no interior do Estado. Ali pode até estar pagando fogo e a capital não!

O SR. MEM DE SA — O ponto mais importante, para mim, a ressaltar, é que, pela denúncia, a agro-indústria açucareira de Pernambuco está entrando em colapso e a produção, evidentemente, ameaçada. Essa denúncia atrola doze Municípios e cerca de quarenta engenhos, em que toda sorte de violências têm sido praticadas.

Paralisação de trabalho; destruição de benfeitorias; canos d'água arrebentados num engenho, cujo proprietário passou a fazer o transporte em lombo de animais; elementos subversivos impedindo esse transporte em animais. Outros, os animais foram envenenados. As ameaças são de toda natureza: incêndio de canaviais, destruição de cana já cortada. Em suma, um rol de episódios da maior significação, todos demonstrando que na zona de doze municípios existe uma situação subversiva impossibilitando uma produção normal.

Acabo de receber um recorte de jornal que transcreve telegrama de Recife dizendo:

"AGRAVA-SE A SITUAÇÃO DA USINA DE BULHÕES"

Recife, 23 ("O Globo") — Agravou-se, nas últimas horas, a situação da Usina de Bulhões, com o rompimento, por parte dos trabalhadores, do acordo firmado na noite de ontem, no Palácio do Governo. A greve interrompeu a última segunda-feira prosseguir hoje, com maior intensidade, não podendo a empresa colher as quatro mil toneladas de cana queimadas na véspera e que ficarão inutilizadas se não forem moídas nas próximas 24 horas. Por outro lado, elementos não identificados arrancaram trilhos da ferrovia da Usina de Bulhões, forçando a paralisação do fornecimento de cana de uma área agrícola da empresa que ainda se achava em funcionamento. O Sindicato da Indústria do Açúcar decidiu dirigir-se por telegrama, às autoridades estaduais e federais, aos comandos militares, Tribunais de Justiça, Câmara, Senado, Supremo Tribunal Federal e outros setores governamentais, expondo as ocorrências e solicitando providências "que possam assegurar a continuidade da vida econômica da agro-indústria açucareira e em particular, da Usina de Bulhões".

Receio que o Brasil, por força desta situação tão perigosa, desenhada em Pernambuco, sofra não apenas um prejuízo social mas, sobretudo, um prejuízo econômico, num dos setores de maiores possibilidades.

O Sr. Padre Calazans — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento)

de orador) — o documento fala também numa pregação constante revolucionária, como V. Exa. fez referência.

O SR. MEM DE SA — Trato.

O Sr. Padre Calazans — Recentemente, o ex-Ministro Paulo de Tarso, falando em São Paulo em um comício, ao lado de personalidades comunistas, pregou a revolução imediata, aconselhando o povo a que se aposse dos bancos, das casas comerciais porque tudo aquilo pertencia ao povo. Os jornais deram a notícia e as estações de rádio transmitiam os discursos dessas autoridades, principalmente o do Senhor Paulo de Tarso. Realmente, há uma abusiva pregação nesse sentido. Apresentarei à Casa dentro em breve, documentação de alta importância, que comprova a existência de um plano de agitação para o Brasil, em 1963, realizado pelos estudantes comunistas do Brasil.

O SR. MEM DE SA — Muito agradável V. Exa.

O Senhor Paulo de Tarso, como muitos outros, tem revelado que, embora sem serem inocentes, são extremamente úteis à causa da subversão do Brasil.

O Manifesto ou Proclamação, que eu não vou ler, porque é muito longa, passa, numa segunda parte a enumerar cronologicamente, dia a dia, desde abril, os episódios havidos na zona canavieira pernambucana.

Fiz um levantamento, e verifiquei que ocorreram episódios subversivos naquela zona em 8 dias do mês de abril; no mês de maio, em 12 dias; no mês de junho, em 3; no mês de julho, em 9 dias; no mês de agosto, em 13 dias; no mês de setembro, em 7; e em outubro, até o dia 12, em 6 dias.

Desse diário de episódios, eu vou ler, se achar, alguns deles:

"Dia 23 de abril — Organizam uma marcha, partindo do engenho "Florescente", com 400 a 500 homens, e percorrem vários engenhos, rumo à casa grande da usina. Na propriedade "Flores", soltam o gado nos canaviais cortados os arreios dos cavalos carregados de cana e obrigam os cambedeiros a aderir ao movimento.

Maio

Dia 1º — Fala vermelha na concentração memorialista do "Dia do Trabalho", no Recife. Os discursos incitam à luta de classe e à revolução nos moldes de cubana, oradores são notórios comunistas e o próprio Governador comparece e fala, durante o "meeting". A imprensa documenta, com fatos, várias faixas e cartazes subversivos, entre os quais estão com os dizeres: "Os comunistas de Santo Amaro saúdam o 1º de Maio e exigem a legalidade do PCB". "Saúdamos Miguel Arraes, o comunista número um de Pernambuco".

Dia 2 — Vinte e cinco homens armados, no Engenho "Oriente" em Rio Formoso, invadem o canavial e proíbem os trabalhadores de tirar "contas". Na mesma data, greve no Engenho "Caceté", em Ipojuca, onde, cercado por 30 elementos, o líder grevista Amaro dos Santos agitado moralmente o proprietário, Senhor Manuel Felipe de Souza Leão.

Dia 3 — Trabalhadores de engenhos da Usina União e Indústria, Município de Escada, param o trabalho ao meio-dia. Os proprietários da Usina "Arribu" pedem, na Secretaria da Segurança, garantia para o desenvolvimento normal das atividades agrícolas

em suas propriedades, ante a greve registrada em cinco engenhos.

Dia 9 — Inicia-se a terceira greve no Engenho "Bento Velho", Usina "Bulhões", Município de Jabotão. Os camponeses são instigados pelo Diretor da Casa de Detenção, bacharel Ivanilo Avelar, e seu colaborador, José Santana.

Dia 13 — O Presidente das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão, Alfredo Felix da Silva, mata com seis tiros de revólver o camponês João José da Silva.

Dia 18 — No Engenho "Roncari", em São Lourenço da Mata, o administrador é esfaqueado pelo trabalhador Manuel Marcelino, vulgo "Canhoto".

Dia 21 — Param mais dois engenhos da Usina "Jabotão", no Município do mesmo nome.

Dia 22 — Param os engenhos filiados aos Sindicatos Rurais de Jabotão, Pandalho Moreno, Glória do Goltá e São Lourenço da Mata. Os grevistas tentam impedir o tráfego pelas estradas tronco que cortam as propriedades em greve. O movimento determina a paralisação em mais de 70 engenhos.

Dia 23 — Camponeses fazem passeata na cidade de Vitória de Santo Antão e são levados a desordem por agitadores profissionais. Há 72 horas de agitação naquele e em municípios vizinhos. As desordens são comandadas por Celso Vital, João Virgílio da Silva e o sapateiro Valfredo Cebola, todos não camponeses. Os manifestantes invadem composições ferroviárias na estação de Tapera e recusam pagar os bilhetes de passagem. Em Moreno fazem refeições nos bares e restaurante e não pagam as despesas. Um hoteleiro que protestou é agredido e subjugado por 50 homens, que o levaram à força à Delegacia. A Polícia nada faz.

Dia 27 — Maria Ivonete de Lima camponesa, mãe de seis filhos, residente no Engenho "Sassuna", da Usina "Jabotão", é espancada por José Marcolino de F. e o Sindicato Rural. Motivo a senhora recusara participar de uma reunião subversiva, no Engenho "São Aleixo", a quatro quilômetros de sua casa. Recebe peixe na mão e na cabeça e é ameaçada de morte.

Julho

Dia 11 — 600 homens invadem engenhos da Usina "Olho d'água" e "També", e obrigam os trabalhadores a parar. O Delegado de Polícia nega-se a adotar providências. O líder Jeremias, fuge com a chegada de dois investigadores, mas é capturado logo depois. Conduzia uma clavina (tipo de metralhadora portátil de 18 mm). A turba não deixou o pretexto da greve e os que tentaram furá-la foram ameaçados de prisão e até de esfacelamento.

Dia 8 — O Engenho "Oriente", da família João Borba é invadido por um grupo armado de camponeses. Há tiroteio e resulta morte do líder dos invasores, Jeremias, que não era camponês, mas estudante especialmente designado para agitar a zona de També.

Dia 8 — O Sindicato dos Químicos oficial ao Governador do Estado denunciando violências contra a classe, nas usinas, exercida pela Polícia. O Diretório Acadêmico da Escola de Química

formula denúncia de intranquilidade na zona canavieira, a propósito dos acontecimentos de Santo André, quando foi invadida a residência do químico Auriberto Alves, e acusa o governo de conivência "porque não toma as providências para impedir abusos e excessos".

Dia 11 — Programada para a data a invasão da Usina "Cacaú" e com esse objetivo o agitador Júlio Santana aliciou camponeses de vários engenhos das redondezas da Usina "Trapiche", em Sirinhaem. O Sindicato da Indústria de Açúcar envia, a propósito, carta-denúncia ao Governador.

Dia 11 — A população de Barreiros está em constante sobresalto e a Polícia é indiferente, declara o Senhor José de Almeida Cavalcanti, Presidente da Associação dos Comerciantes Retalhistas do Município. Registra-se pânico, ante a perspectiva de graves acontecimentos. Centenas de camponeses aglomeram-se diante da sede do Sindicato Rural, no centro da cidade, fazem tumultuadas reuniões, "onde são bem claras as ameaças de atitude violentas contra as usinas do Município". Observa-se terror entre os barreirenses que, temendo consequências funestas, cerram as suas portas. O Sr. Pompeu Veloso, Presidente do Sindicato dos Agricultores de Timbaúba, Tambe, Alibança, São Vicente Ferrer e Macaparana, solidário com os proprietários do Engenho "Oriente", afirma que o agitador Jeremias era uma ameaça grave à vida rural. Informa, também, que os engenhos "Santo Antônio" e "Paraíso" estão paralisados há dois meses, em consequência de greves ilegais deflagradas por influência do mesmo Jeremias. Registram-se incêndios em canaviais de toda a zona.

Dia 12 — Contingentes de 20 soldados concentra-se em Sirinhaem para impedir a invasão da Usina "Trapiche", tendo em vista a rebelião camponesa pela falta notícia de prisão do agitador Júlio Santana. A polícia mantém-se impassível, sem tomar nenhuma atitude. Os rebeldes tentam depredar a usina e danificam o veículo em que viajava o Delegado Regional do Trabalho, o Deputado Gilberto Azevedo e o advogado Rildo Souto Maior, na suposição de que as três citadas pessoas fossem prender, em Barreiros, o agitador Júlio Santana. O Sr. Jonas Pereira Sales, identificador do Ministério do Trabalho, fugiu de Barreiros, ante a "recepção" que ali foi dada pelos camponeses ao Delegado do Trabalho. A cidade permanece ocupada pelos camponeses durante cerca de 8 horas.

Dia 11 — As classes empresariais do Estado pelos seus órgãos de classe, dirigem-se, em memorias, ao Governador, reclamando medidas contra os agitadores e resguardo da segurança da população. Anexam ao documento folheto da "Vanguarda Leninista", no qual se lê: "É preciso que os camponeses e operários façam e apliquem a Lei dos Pobres decretando greve geral no campo e na cidade, ocupando os engenhos, propriedades, formando tribunais populares e matando os assassinos do povo". E mais adiante: "Tudo pela ocupação das terras e pela greve geral no campo e na cidade".

Dia 13 — O Sr. Lívio Tenório veio de Barreiros pedir ao Tribunal de Tropa Federal para restabelecer a ordem na cidade de Barreiros. Na mesma data, o Governador do Estado recebeu, em audiência especial e privada o agitador Júlio Santana, à frente de um grupo de camponeses de Barreiros, Sirinhaem e Rio Formoso.

Dia 17 — O administrador do Engenho "Bor Jardim" Sr. Raimundo Luiz, é trucidado por 400 homens sob o comando do agitador José Mariano Honório, quando, ocasionalmente, — transitava, a cavalo, pelo Engenho "Matas". Estava desarmado, foi abatido com um tiro e assim mesmo lutou com a tribuna sendo mutilado, após morrer, com golpes, facas e enxadas. Deixou viúva e três filhos menores. O grupo agressor estava ocupando o Engenho "Matas" e pretendia invadir a Usina "Sibéria". Na mesma data são também ameaçados de invasão o Engenho "Brilhante", no Cabo, e outras propriedades.

Dia 20 — As 19 horas da manhã, grupo armado de 25 camponeses irrompe na Secretaria da Segurança Pública, a procura do aguçador José Mariano, para "retirá-lo na marra". Mariano fôra o chefe do trucidamento no Engenho "Matas" e estava preso. O escravo Holanda fugiu, com o prisioneiro, pelas portas do fundo da Secretaria da Segurança e mandou o agitador, em liberdade e em jipe oficial, de volta à cidade do Cabo.

E o relatório prossegue:

Dia 26 — Param os trabalhadores rurais de Jabotão protestando contra decisão do Juiz da Comarca em favor da diretoria eleita do Sindicato Rural. Grupo de 900 deles invade a cidade de Jabotão, insulta o Juiz e a Igreja e o padre Paulo Crespo orientador do Sindicato Rural, é obrigado a fugir para o Recife. Antes, 3.000 camponeses cercaram a sede do Sindicato Rural para impedir se efetivasse a eleição da diretoria.

Dia 29 — Dois mil camponeses concentram-se na cidade de Sirinhaem após deflagrar greve em mais de 20 dos 38 engenhos, da Usina "Trapiche". A greve é de protesto contra a destituição, pela Justiça, do agitador Júlio Santana, do Sindicato Rural do Município. Os cinco soldados de Polícia existentes em Sirinhaem são assistentes dos acontecimentos.

Dia 30 — Agitadores, liderados por Júlio Santana levam os camponeses à recusa do salário estabelecido no acordo celebrado no Palácio e assinado pelo próprio Santana. Em consequência disso, ficam paralisadas as Usinas "Trapiche" e "São José" que estavam iniciando a moagem.

Dia 30 — Greve nas três usinas de Jabotão — "Bulhões", "Jabotão" e "Muribeca". Os grevistas querem receber os salários correspondentes a quatro dias em que não trabalharam, em decorrência das divergências entre eles mesmos, a propósito da eleição do Sindicato Rural. Registra-se greve, também, contra a tabela de tarefas no campo, nos municípios de Sirinhaem, Jabotão, São Lourenço da Mata, Maratá e Ribeirão. Famílias receiosas, deixam a cidade de Jabotão.

Dia 30 — Agitadores em Sirinhaem formam júri para "condenar" camponeses não grevistas (cerca de 300 que se recusaram a invadir a Usina "Trapiche"), prendendo alguns deles no presídio público local.

Setembro

Dia 2 — Camponeses orientados por padre, que vinham desarmados fazer passeata no Recife, protestando contra a agitação no campo e contra a política na Delegacia do Trabalho são obstados por piquetes policiais em todas as vias de acesso à cidade. Ainda assim, mais de cinco mil conseguem fazer a passeata, furando os piquetes.

Dia 4 — Registram-se violências policiais contra o Padre Antônio Melo, orientador camponês no Município do Cabo. Agitadores tentam impedir a reunião do Sindicato para homologação da tabela de tarefas, em Ipojuca, Anaraji e Escada.

Dia 9 — A Assembléia Legislativa de Alagoas formula apelo para que sejam restabelecidas a paz e a tranquilidade em Pernambuco.

Dia 9 — Há concentração camponesa em Palmares com a presença do Governador que é também um dos oradores, e notórios líderes comunistas concitam os trabalhadores a obter as suas reivindicações "no cacete e na bala". Pregam também a greve geral e a revolução.

E continua o relatório.

Quer-me referir, agora, à figura que o Governador Miguel Arraes de Alencar está preso. É o episódio ocorrido em 3 de outubro.

Dia 3 — Júlio Santana à frente de 400 camponeses invade a cidade de Barreiros. Reporters dos jornais recifenses são ameaçados pelos invasores e obstados de fazer fotografias dos acontecimentos. O Prefeito do Município responsabiliza pela agitação o Governador Miguel Arraes.

Dia 7 — Param quase todos os engenhos da Palmares, Aguiar Preta e Catende, para que camponeses viessem ao Recife participar de uma concentração convocada pelo Governador Miguel Arraes contra a decretação do estado de sítio. O agitador Júlio Santana tem à sua disposição os jipes oficiais de placas 3 425 e 5.083.

Dia 8 — Conflito entre camponeses grevistas e não grevistas em Sirinhaem. Usina "Trapiche", provoca a morte de um e ferimento em vários. O agitador João Alfredo em jipe oficial parou de frente da usina, ameaçando em altos brados atear fogo à fábrica.

Antes as depredações verificadas inclusive a vireda de um trem de cana, e reclamação levada ao Governo do Estado o Sr. Miguel Arraes promete enviar um assessor para resolver o problema. Manda o Sr. Djaci Maranhães, conhecido agitador, comunista confesso e advogado das Ligas Camponesas. Júlio Santana é conduzido de Sirinhaem ao Recife em avião do Estado, conferência com o Governador e é mandado de volta num automóvel oficial.

Dia 8 — Estão paralisadas as atividades em 12 usinas e mais de 100 engenhos, ante a greve que foi deflagrada.

Dia 11 — Cumprindo mandado do Juiz de Sirinhaem, o Tenente Nelson Lucena da Polícia Milí-

tar prende no Recife o agitador Júlio Santana, denunciado por crimes previstos na Lei de Segurança Nacional e no Código Penal. Santana é trancafiado na Casa de Detenção.

Dia 12 — Membros do Sindicato Rural de Barreiros prendem o Tenente Nelson Lucena e vão "julga-lo" por ter prendido Júlio Santana. Tomam-lhe a metralhadora e prendem, também, na sede do Sindicato, um soldado que acompanhava o Tenente. O oficial da Polícia conseguiu fugir, vai até à Delegacia e volta para libertar o soldado, travando-se um tiroteio de cinco horas, no centro da cidade, ao fim do qual a falta de munição, os sublevados se rendem. Saem feridos sete pessoas que tomaram parte no conflito.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador) Não entendo muito bem essas contradições. O Governador Miguel Arraes protege os comunistas e, como Governador do Estado, permite, determina — não sei — que a Polícia vá tirear, enfrentando o grupo agitador. Não entendo muito bem. Não estou compreendendo bem essa situação.

O Governador Miguel Arraes ajuda o Presidente da República — segundo certos oposicionistas — no seu movimento para liquidar com a ordem constitucional brasileira. E' ele quem organiza, no Recife, a reação contra o estado de sítio, contra cujo estado de sítio estava toda a oposição ao Sr. João Goulart. Tal agitador é preso pela polícia do Governador de Pernambuco.

O SR. MEM DE SA — Havia ordem judicial.

O Sr. Aurélio Viana — Sim. Respeitou e prendeu. E a causa da prisão é que deu nessa luta. Então eu continuo dizendo: estou em perplexidade.

O SR. MEM DE SA — Eu também. Todos nós estamos.

O Sr. Aurélio Viana — ... sem chegar a uma conclusão acerca disso tudo que está se passando. Talvez tenhamos a explicação de algum representante de Pernambuco, nesta Casa, sobre este assunto, porque é importante para um esclarecimento melhor.

O SR. MEM DE SA — Teríamos inclusive o próprio Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar as campainhas) — Lembro ao nobre orador de que está a esgotar-se o tempo de que dispunha.

O SR. MEM DE SA — Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que me conceda mais 20 minutos, para falar como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex^a dispõe de mais 20 minutos, na qualidade de Líder da Minoria.

O SR. MEM DE SA — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. José Ermírio — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MEM DE SA — Tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. José Ermírio — Pernambuco tem 125 municípios, dos quais talvez 40 na zona açucareira. Eu gostaria de saber quais são os 12 municípios de que V. Ex^a falou.

O SR. MEM DE SA — Lerei os que arrolei. V. Ex^a poderá ler tudo isto no Diário do Congresso de ontem. São os seguintes municípios: — Aliança, Cabo, Ipojuca, Jaboatão, Riachão, Também, Vitória do Santo Antão, Escada, Moreno, Condado, Goiânia.

São estes os municípios arrolados. O Sr. José Ermírio — Também não é município açucareiro.

O SR. MEM DE SA — Alegam que nesse município foram atingidos os

engenhos de Pangamá, Merepes e Santa Rita.

O Sr. José Ermírio — Também não é município açucareiro, apenas uma pequena parte. Está situado no norte do Estado, já na zona do agreste. Em Aliança o único engenho que existe é de um sobrinho meu, que está com a moagem adiantadíssima, isto posso afirmar. Quanto aos outros municípios, devemos observar que ocorre com a lavoura, o que aconteceu com a indústria toda vez que há uma sindicalização de classe, surgem os exageros. Uns, dirigidos por homens responsáveis e outros, por agitadores. O resultado é que a sindicalização da lavoura em Pernambuco criou uma certa intranquilidade no interior do Estado. Mas esta situação não foi provocada pelo Governo, porque, em reunião realizada há três dias no Palácio do Governo, a que compareci, fizemos um acordo geral com classes camponesas, ficando decidido o tipo de empreitada para todo serviço agrícola. E o acordo está sendo cumprido. Não houve incêndio em Pernambuco. No ano passado, durante o Governo do Sr. Cid Sampaio, o Estado foi vítima de incêndios. Este ano não houve qualquer incêndio, mesmo porque a época ainda não é de seca exagerada.

O SR. MEM DE SA — V. Ex^a não está atribuindo a responsabilidade desses incêndios ao Sr. Cid Sampaio?

O Sr. José Ermírio — Não estou dizendo isto, não atribuo ao ex-governador Cid Sampaio a responsabilidade dos incêndios como V. Ex^a não pode dizer que o Governador Miguel Arraes e o responsável, hoje, pelas ocorrências de Pernambuco.

O SR. MEM DE SA — Não vou dizer que o Governador Miguel Arraes seja causador de tudo isto.

O Sr. José Ermírio — A sindicalização trouxe, para todos os lugares, essas consequências. A Usina da Aliança não está em dificuldades, afirmo. A Aliança, usina fundada por um sobrinho meu, está com a moagem organizada e produz duas vezes mais do que no ano passado. O que existe em Pernambuco é descuido, por parte das classes patronais, do plantio, da produção, da melhoria da cana. Talvez isso ocorra por falta de auxílio financeiro para o tipo de cana plantada. Por outro lado, a cultura é às vezes realizada em local onde não haja irrigação. A irrigação é um dos pontos mais importantes a ser cumprido.

O SR. MEM DE SA — Peço que V. Ex^a seja breve no seu aparte; disponho de menos de vinte minutos para terminar a minha oração.

O Sr. José Ermírio — O que posso dizer é que o Santana, de fato, é um agitador. Estêve presente a essa reunião do Palácio Dias depois foi preso. Portanto, não sei se há algum fato novo pelo qual possa condenar o Governador Miguel Arraes. Não condeno o Governador Cid Sampaio pelos incêndios nos canaviais de Pernambuco, o que reafirmo é que este ano não houve um só incêndio.

O SR. MEM DE SA — Não disse, no meu discurso, nenhuma palavra contra o Governador Miguel Arraes.

O Sr. José Ermírio — Mas indiretamente, eu entendi.

O SR. MEM DE SA — Estou simplesmente me referindo ao que consta do memorial dirigido ao Senhor Presidente da República e ao Congresso Nacional. Com os que assinaram, centerrâneos de V. Ex^a, que lá se encontram e que lá moram, V. Ex^a, pode discutir.

O Sr. José Ermírio — Nós desejamos tranquilizar.

O SR. MEM DE SA — Centerrâneos que têm suas usinas e suas atividades lá.

O Sr. José Ermírio — Nós temos duas usinas em Pernambuco ...

O SR. MEM DE SA — Mas V. Ex^a mora aqui ou em São Paulo.

O Sr. José Ermírio — ... que produzem quase um milhão de sacas de açúcar.

O SR. MEM DE SA — V. Ex^a, deve discutir com eles e não comigo que desconheço o que se passa na realidade mas repito fatos que não foram inventados, foram denunciados pelos seus centerrâneos ...

O Sr. José Ermírio — Certo.

O SR. MEM DE SA — ... colegas industriais residentes lá, que lá vivem ...

O Sr. José Ermírio — Cumprindo com o seu dever de patrões.

O SR. MEM DE SA — ... e que dizem que estão sofrendo isto. Também não estou responsabilizando o Governador Miguel Arraes. Repito apenas o que se afirma a respeito da participação do Governador em comícios. No memorial não se diz, em nenhum tópico, que ele responde como mandante das agitações. Diz-se que ele tem participado de comícios e que tem emprestado jipes oficiais para agitadores.

O que eu justamente pretendo acentuar, ao concluir esta exposição, é que os fatos foram denunciados. Não se trata de denúncias vagas e sim de fatos concretos que podem ser provados ou negados. Trata-se de denúncia objetiva, com indicação de datas, de nomes de pessoas. Em face de um documento desta natureza, assinado por industriais pernambucanos, que vivem e moram em Pernambuco, na zona teatro dessas agitações, e não em Brasília ou São Paulo ...

O Sr. José Ermírio — Vou a Pernambuco todos os meses.

O SR. MEM DE SA — ... em face desta denúncia, assinada por esses homens que devem ter o mesmo gabarito social do Senador José Ermírio, é preciso que o Governo responda. E' só o que eu quero.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MEM DE SA — Quero que o Governo responda, porque ele não está em face de um artigo de jornal, em que não aparece o autor ou responsável; não está em face de denúncia anônima, vaga e imprecisa, mas de um documento assinado por pessoas que são colegas de classe do Senador José Ermírio. Portanto, têm a mesma responsabilidade e autoridade de S. Ex^a, como industrial, e devem merecer resposta oficial, para que o Governo desminta o que aqui se diz, ou então, se não desmente, se não tem como contestar, que tome as providências, para impedir que os fatos se repitam e para determinar que os responsáveis sejam punidos.

Dou o aparte ao eminente Senador Argemiro de Figueiredo.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Desejava congratular-me com V. Ex^a, pelo brilhante discurso que está proferindo em defesa da Democracia e das Instituições republicanas. Vê V. Ex^a, que a defesa da democracia não distingue partidos; pertencem ao Partido do Trabalhista Brasileiro mas aplaudo a atitude de V. Ex^a.

O SR. MEM DE SA — Muito agradecido.

E' isto o que desejo, que os fatos sejam apurados. Somos sistematicamente contrários à violência na repressão de greves, à violência na repressão das reivindicações operárias, e frontalmente contrários a toda brutalidade a esses proletários; mas também não podemos compreender que agitadores, explorando esses trabalhadores, levem a violência e a brutalidade às propriedades privadas e à vida de pessoas humanas. E' preciso que o direito de proteção ao indivi-

du seja estendido a todas as classes sociais, ao pobre e também ao rico, aos proprietários e também aos proletários; e preciso que o Governo tome providências para evitar, quer a exploração do trabalhador, quer a depredação da propriedade, porque está em jogo a tranquilidade social e a economia açucareira, portanto a economia do Brasil.

Quero ressaltar, também, a falta de homogeneidade na conduta do Governo. O Governo Federal queria decretar o estado de sítio para intervir nos Estados da Guanabara e de São Paulo. Não há quem duvide ou negue isto: o objetivo era a prisão dos Governadores da Guanabara e de São Paulo, sob a alegação de que eles agiam e conspiram contra o País.

A descoberta de onze fuzis metralhadoras de 1923 deu margem a que o Sr. Ministro da Justiça pronunciasse que o Governador da Guanabara ajudaria a família do Presidente da República.

Sou contra a intervenção no Estado de Pernambuco. Estarei ao lado dos que a combaterem. Mas entendo que é preciso assegurar, no Estado de Pernambuco, a mesma ordem que deve ser assegurada no Estado da Guanabara.

E' preciso que o Exército assegure a ordem material. Li ontem, em jornal, que o Ministro da Guerra declarara que o Exército não mais enviaria reforços para garantir a ordem nos Estados; que os Governadores a garantissem.

Não sei se é verdade. Duvido que o General Jair Dantas Ribeiro tenha se abalado a uma afirmação de tal gravidade; porque, a ser verdade, é o convite, o incitamento à desordem e à anarquia nos Estados, pois é sabido que as Forças policiais dos Estados não estão em condições de reprimir movimento de maior densidade popular.

Então, se o Ministro da Guerra declara que o Exército não enviará reforços, está feito o convite à desordem, à anarquia.

Nós não queremos a intervenção federal, como não queremos o estado de sítio, ambas medidas cerceadoras das liberdades, dos direitos. Mas entendemos que, em inúmeros casos, a simples intervenção da Força federal tranquiliza e dá ordem ao ambiente, possibilitando evitar e prevenir, antes de remediar, pela repressão. Movimentos populares devem ser conduzidos com extrema prudência e disciplina, para que não haja violência. Só o Exército, em certos casos, pode fazer isto: intervir sem violência, trazer a disciplina, ao número e à capacidade da força militar, enquanto a força estadual, por insuficiente numericamente, por deficiente quanto ao armamento, quando chamada a intervir, facilmente cai em desmoralização e violências para não ser desmoralizada, humilhada.

Se o Ministro da Guerra ameaça que não dará auxílio aos Estados então é porque deseja, novamente, o estado de sítio; deseja a criação de zonas de zonas ou centros de agitação. Como os governos dos Estados não os podem dominar, cria-se a situação desejada para a decretação do estado de sítio.

Se é esta a intenção do Ministro da Guerra, desde já o denuncio, como cunho a inércia, a indiferença e a passividade do Presidente da República em face do quadro desenhado em Pernambuco pelos pernambucanos que lá moram.

Queria neste contexto, Sr. Presidente, inserir a nota oficial do PSD, como o discurso ontem proferido pelo Senador Jefferson de Aguiar. A nota oficial do PSD tem uma significação excepcional, porque não se trata de

A Presidência pede que o resultado dos encontros das lideranças neste sentido, com a indicação do nome escolhido, no caso de conclusão rem pela aceitação do comitê, seja comunicado no prazo de 3 dias dada a urgência com que tem de res-

ponder ao Sr. Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas".

Sobre a mesma comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

COMUNICAÇÃO Urgente

Em 13 de outubro de 1963

Segundas Reuniões Anuais do Conselho Interamericano Econômico e Social.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que se realizarão em São Paulo, em duas fases, a primeira em Nível Técnico, de 29 do corrente a 9 de novembro, e a segunda em Nível Ministerial, de 11 a 16 do mesmo mês de novembro. As Segundas Reuniões Anuais Ordinárias do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), órgão assessor da Organização dos Estados Americanos.

2. Dentre os temas a serem debatidos durante as Reuniões em apreço ressaltam os que se referem ao exame anual da marcha da Aliança para o Progresso e à cooperação econômica em todos os seus aspectos entre os Estados Membros do Sistema Interamericano.

3. Desejo externar a Vossa Excelência o interesse do Governo em que o Senado Federal se faça representar nas citadas Reuniões por meio de observadores.

4. Junto remeto a Vossa Excelência um exemplar da agenda dos ajudados certames.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — J. A. de Araújo Castro.

SEGUNDAS REUNIÕES ANUAIS DO CIES NO NÍVEL TÉCNICO E NO NÍVEL MINISTERIAL OUTUBRO-NOVEMBRO 1963. SÃO PAULO — BRASIL

Anteprojeto de Agenda para a Segunda Reunião Anual do Cies no Nível Técnico.

(Preparado pela Secretaria)

Exame anual da Marcha da Aliança para o Progresso

Tema 1. Planejamento, Reformas e Financiamento.

A. Considerações sobre a situação econômica e social da América Latina

1. Tendências recentes do desenvolvimento econômico e social nos países latino-americanos.

2. Programação para o desenvolvimento.

3. Recursos para o desenvolvimento públicos e privados:

a) internos;

b) externos (incluindo recursos financeiros e assistência técnica fornecidos por países latino-americanos).

4. Informação pública.

B. Aspectos específicos do desenvolvimento econômico e social.

1. Política e administração fiscais.

2. Administração pública.

3. Desenvolvimento agrícola e reforma agrária.

4. Desenvolvimento industrial.

5. Habitação.

6. Desenvolvimento da comunidade.

7. Educação e treinamento.

8. Saúde e demografia.

9. Assuntos trabalhistas.

C. Mecanismos da Aliança.

Relatórios dos ex-Presidentes Lleras Camargo e Kubitschek sobre "Procedimento para Ajustar o Sistema Interamericano à Dinâmica da Aliança para o Progresso".

Nota: Sugere-se a criação de duas subcomissões para o estudo dos tópicos B e C, respectivamente. Seria pertinente considerar também a conveniência de dividir a subcomissão B em dois grupos de trabalhos: o primeiro desses grupos se ocuparia dos tópicos indicados nos incisos 1, 2, 3

e 4; e o segundo, dos indicados nos incisos 5, 6, 7, 8 e 9.

Tema II. Problemas de Comércio Exterior da América Latina e sua projeção na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

1. Considerações sobre os progressos realizados na preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e Coordenação de políticas comerciais.

2. Conjuntura do comércio exterior da América Latina.

3. Atividades dos Grupos de Produtos Básicos.

4. Os problemas da diversificação das exportações: produtos manufaturados e semi-manufaturados.

5. Mecanismos de financiamento compensatório das flutuações das receitas de exportação.

6. Políticas comerciais da Comunidade Econômica Europeia.

7. Políticas comerciais formuladas no GATT.

Tema III. Integração Regional.

1. Atividades da ALALC e do Mercado Comum Centro-Americano.

2. Considerações gerais sobre a possibilidade de acelerar e ampliar o processo de integração econômica latino-americana.

a) assistência técnica e estudos necessários.

b) outros requisitos para acelerar o processo de integração.

Tema IV. Programas e Orçamentos

A. Programa-orçamento da União Pan-Americana na esfera da competência do CIES

B. Plano de atividades e orçamento do Programa de Cooperação Técnica — 1964.

C. Relatórios de conferências e organismos especializados interamericanos.

O SR. PRESIDENTE:

Terminou ontem o prazo da licença concedida ao Sr. Senador Antônio Brilhante em 27 de junho do corrente ano.

Não foi renovado.

Está finda a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

COMPARTILHAR AÍDE OS SENADORES SENADORES:

Zacharias de Assumpção — Cattete Pinheiro — Lobão da Silveira — Sebastião Archer — Joaquim Parente — Ruy Carneiro — Ar. Emiro de Figueiredo — João Agripino — Barros Carvalho — Ernirio de Moraes — Leite Neto — Gilberto Marinho — Milton Campos — Padre Calazans — Lino de Mattos — Juscelino Kubitschek — José Feliciano — Antônio Carlos — Daniel Krieger (19).

Votação, em turno único, do Requerimento nº 735-63 pelo qual os Srs. Senadores Aurélio Vianna (Líder das Pequenas Representações), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e outros Srs. Senadores solicitam urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1963 (nº 3 987-62 na Casa de origem), que institui abono especial em caráter permanente, para aposentados de institutos de previdência.

Em votação o requerimento com a alteração constante da Emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram se conservar sentados. (Pausa).

Está aprovado. A matéria figurará na Ordem do Dia da quarta sessão ordinária que se seguir à presente.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46 de 1963 (nº 1.591-B-62 na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) como auxílio ao Inst. Mackenzie, sediado em S. Paulo, para a am-

pliação na Universidade Mackenzie, tendo Parceres sob números 543 e 545, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Exercício e Cultura, pela aprovação; e de Finanças, pela aprovação, com a emenda que oferece.

Em discussão o projeto com a Emenda.

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, não sei exatamente quanto o Orçamento da República destinou no exercício de 1963 e na Proposta destinada ao de 1964 às universidades particulares. O que sei é que o déficit de caixa, em 1963, furou a barreira do suportável e a situação financeira para 1964 é mais difícil ainda.

Tenho ouvido falar de greves estudantis inclusive de uma greve que se realizou naquela grande instituição de ensino superior. A greve é consequência de uma situação social de uma situação econômica, de uma situação financeira geralmente insustentável.

Todo Governo, todo Executivo necessita de instrumentos hábeis para resolver o problema de greve em qualquer setor. Não desejo que se tenha a mais longínqua impressão de que as palavras que vou proferir se destinam ao entranquecimento das instituições democráticas. Pelo contrário: ao seu fortalecimento sim. Mas quando os grupos principalmente os conservadores, poados em elementos do Congresso Nacional combatem as greves e os Governos por não reprimi-las, eu me pergunto a mim mesmo por que não regularam, até hoje, o artigo 58 da Constituição Federal, que reza:

"É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará".

A Constituição é de 1946. Por que, então o Executivo Federal, em tendo o instrumento nas mãos, não usá-lo, não aplica o convenientemente se outros há para condená-lo para criticá-lo pela sua ausência? É tão simples regular um artigo da Constituição e não se o faz. E aí se encontra, como formulado nos Idos de 1946.

Agamenon Magalhães chegou a defender a tese de que a greve é um direito natural. Com ou sem lei que a regule, ela explodirá naquele momento exato, independente da vontade e do poder dos governantes. Até na Espanha fascista greves têm estourado e, reprimidas pela força, estouram de novo.

Sr. Presidente, o ensino no Brasil principalmente o ensino universitário, já precisa ser atualizado.

Hoje ouvimos o discurso de um Senador pelo Estado do Ceará, na mesma linha de um outro, formulado por colega do Rio Grande do Norte, defendendo ambos a mesma tese e perseguindo-a por caminhos aparentemente semelhantes. Ambos, que extremistas não são, segundo penso, segundo creio, colocaram como base fundamental do problema a situação econômica que atravessa este País e que gera essas dificuldades. Ambos procuram dentro dos quadros uma solução, senão definitiva, que concorrerá para que quando a infraestrutura se alterar, quadro já esteja organizado. Um reconhece o diploma do médico; mas, para que tenha efeito subsequente, precisaria que aquele que terminasse o seu curso dedicasse um ano da sua atividade ao interior no mundo rural; outro advoga a tese de que um ano dos seis, o último seja destinado pelo acadêmico à prática da medicina, apresentando relatórios, prestando serviços às camadas mais desamparadas da população Brasileira dando informações à

sua faculdade que através de exames competentes, acompanhará a sua vida de acadêmico.

Será uma medida muito inteligente de levar o acadêmico, principalmente se do dos capitais ou das grandes cidades, ou dos cidadãos, a uma compreensão melhor do problema nacional.

Uma das razões da inquietação que vem reinando no mundo acadêmico brasileiro advém, justamente, da exigência do ensino neste País que, agora, já principia a se atualizar.

Pergunto-me, se este projeto, apresentado na Câmara, creio que em 1962, ainda está atualizado. Não tem tempo de verificar o que mudou no Orçamento da República para esta Universidade que se deseja beneficiar, e com ela, através de outras aprovações pela Comissão de Finanças, a Associação Cachoeirense Pró Ensino de Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul.

Sobre o auxílio a essas duas últimas instituições, não leio qualquer pronunciamento da Comissão competente para entrar no mérito, quer é a de Educação e Cultura, mas pressuponho, pela autoridade de quem apresenta a emenda, que elas também necessitam de auxílio Federal, de um País que, para auxiliar hoje, precisa emitir.

Leio hoje, Sr. Presidente, em um jornal do Rio de Janeiro, um pronunciamento para o qual convoco a atenção dos nobres Senadores. É uma notícia de Brasília, transcrita no jornal "Última Hora", traduzindo um depoimento do Ministro da Fazenda — Professor Carvalho Pinto — que o apresentou à Comissão de Reforma Bancária da Câmara dos Deputados, como pensamento do Governo.

Justificando o seu ponto de vista favorável à manutenção das emissões, esclareceu que o próprio Poder Legislativo aumentou o déficit orçamentário de 1964, de 200 para cerca de 900 bilhões de cruzeiros, em decorrência das emendas apresentadas, o que está contribuindo para a indispensabilidade das emissões, pois de outra forma o Governo não teria como atender as despesas previstas com o acréscimo decorrente das citadas emendas.

Quando vimos advogando a tese da redução do déficit o temos feito conscientemente. Já dizíamos, numa outra intervenção, que iríamos ser apontados como os maiores responsáveis pela emissão. Já o fomos e por um homem da autoridade do Professor Carvalho Pinto, cuja palavra, para o mundo conservador brasileiro sempre mereceu fé, sempre foi aceita. Aliás, esta notícia confirma o que ouvimos, ontem do Deputado Ulisses Guimarães sobre o depoimento. Quando temos nas mãos os instrumentos para diminuirmos o déficit orçamentário aumentamo-lo e vem o Executivo e declara: se o Congresso aumenta o déficit e exige que as verbas sejam liberadas e entregues, etc. Senador, cada Deputado de cada região vai exigir, sob pena de passar por demagogo, perante o seu eleitorado, o seu povo, val exigir que o Executivo entregue as verbas constantes do Orçamento aos seus municípios, aos seus Estados, às suas regiões. Tanto assim é que o critica quando coloca verbas no Plano de Economia. Mas, para que isso aconteça, já existe uma autorização implícita no aumento do déficit — a emissão de papel-moeda.

Exige-se que a máquina arrecadadora se organize, mas sabe-se que seria impossível a sua reorganização total num período de um ano, ou de dois anos. Quando muito o Executivo teria que iniciar a reorganização da máquina arrecadadora. Mas, completá-la num período só, seria muito difícil.

Em síntese apresenta-se como bode expiatório e Poder desarmado que, infelizmente, muitas vezes não se pode defender, não tem como se defender mesmo em tendo os instrumentos para isto.

Hoje, temos também uma notícia neste jornal de uma acusação feita ao Senado, na Câmara dos Deputados, qual seja a de que estamos prendendo aqui a emenda a Constituição que concede aposentadoria ao funcionalismo público civil da União, aos trinta anos de serviço.

Não é verdade. A emenda já foi votada nesta Casa; ou não? Se a memória não me falha, foi votada. Ainda hoje, conversava eu com o nobre Senador Gilberto Martins, autor da emenda, e só para confirmar a minha certeza, eu lhe perguntava: então, a sua emenda foi ou não votada no Senado? — Perfeitamente; há muitos dias.

No caso do projeto que regula o direito de greve foi a mesma acusação feita ao Senado. O Senado tem errado, é verdade mas nestes casos a que me refiro já decidi a opinião. Já concluí, em primeira instância, a sua tarefa.

O projeto sobre o 13º mês para os aposentados chegou ao Senado, uma semana depois já está em discussão e com mais uma semana, estará resolvido.

Precisamos de que aquilo que o Senado faz de positivo seja levado ao conhecimento do povo para fortalecimento das instituições democráticas.

Sr. Presidente como é que não podemos auxiliar com milhões e milhões de cruzéis — que no fim de cada exercício são bilhões — aquelas instituições que precisam, já tendo aumentado o déficit orçamentário, sem emissão de papel moeda, que traz empós se o aumento do custo de vida pela desvalorização crescente da moeda?

Já disse aqui que certa mercadoria que se comprava, em 1963, com Cr\$ 100,00, subiu de preço em 1963 na relação de cem para um. Não vi qualquer análise sobre as condições do País para fazer face a todas essas despesas que vêm vindo. Vim a esta tribuna para ver se alguém me in-

forma, aqueles que estudaram em mais profundidade a matéria, se no Orçamento da República já existem verbas para auxílio a esta Universidade.

Como o Projeto não deve ser votado hoje, por motivos óbvios, teremos tempo para fazer a verificação porque se a instituição já está atendida, então não haverá necessidade da aprovação do Projeto se não está atendida, então poderemos fazer-lo caso o consenso geral chegue a conclusão de que necessita da do auxílio da União.

Sr. Presidente, assim termino e faço pequena exposição. Eu precisava dizer meu pensamento a respeito para tranquilidade da minha própria consciência, mesmo porque preciso de mais algumas informações acerca daquelas instituições do Rio Grande do Sul.

As vezes o Projeto vai à Comissão de Constituição e Justiça, que conclui pela constitucionalidade. Não entendi, ainda, muito bem, pelo menos não venho aceitando, por que emenda o projeto numa outra Comissão, não vai a emenda, ou não volta o projeto com a emenda à mesma Comissão de Constituição e Justiça, para opinar sobre sua constitucionalidade. Então, o projeto pode ser constitucional e as emendas a ele apresentadas, inconstitucionais. E, sem ser inquinado de inconstitucional, ele pode ser votado e as emendas aprovadas pelo Plenário. E eu não sei por que ir então o projeto missão de Constituição e Justiça, se as emendas a ele apresentadas e ele não vão, para que opine a respeito.

Então, o mais simples, hoje, é deixar para se apresentarem emendas inconstitucionais depois que o projeto é tido por constitucional pela Comissão de Constituição e Justiça.

Ouso tratar deste assunto com muito cuidado, porque tenho grande receio de ferir os melindres dos "invulneráveis". E sou muito cuidadoso nisso — Mas tenho perguntado a mim mesmo, mais de uma vez, se não estamos, inconscientemente, hurlando o princípio que estabelecemos, de que um projeto para tramitar desde que apresentado ao Senado, precisa

de que sobre ele se pronuncie a Comissão de Constituição e Justiça. — Logo, concluo, também as emendas. Porque demoraria a tramitação do projeto?

Não é o caso. Assim, não haveria necessidade de que as Comissões se pronunciassem. Ao projeto, após encargo da-se o prazo de cinco dias. E votado. Pronto. Acabou. Esta é a obrigação.

Assim Sr. Presidente, vamos ajudar aqueles que, em última análise, decidiram.

O Sr. Leite Neto — O Senado não tem iniciativa em matéria financeira; mas vem um projeto o Senado apresenta emenda de ordem financeira a constitucionalidade não e discutida, então já vai ...

O SR. AURELIO VIANA — Exato.

Era o que nos queríamos dizer noutros termos. Os projetos estão a passar por todas as Comissões. São para todos os papeis. Um membro de uma Comissão como a de Constituição e Justiça emenda o projeto e então tramita ele resguardado, protegido, sacramentado. Está, inclusive, fazendo porque se trata da Universidade Mackenzie que vem sofrendo uma crise tremenda, não sei se de ordem econômica financeira; mas tem havido ali muita inquietação nos últimos tempos. Diz um dos relatores que todas as suas crises financeiras eram solvidas pelo grupo estrangeiro que a mantinha.

Creio que este é o pensamento do Relator. Mas que depois a Universidade passou a viver das verbas obtidas no Brasil, e que entrou em crise. Eu sei que se vem debatendo sobre essa Universidade, nos últimos tempos. O que desejo é que se chegue a um entendimento e uma compreensão, mas o que digo agora nada tem a ver com o projeto que é específico de ordem financeira.

Assim, Sr. Presidente, indo hoje à noite ao Rio de Janeiro para a Convenção do Partido a que pertenço, espero em Deus estar aqui na segunda-feira, para continuarmos na nossa luta comum.

Desejo imensamente que encontremos a fórmula de diminuir o déficit

alarmante que preocupa as classes responsáveis pelos destinos deste País. Desejo sinceramente.

Era só. Muito bem; muito bem. O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o projeto de emenda da (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Dever-se-ia passar a votação do projeto, sem prejuízo das emendas, votação esta em escrutínio secreto. Entretanto, não há quorum para votação.

Não estão presentes sequer dezesseis Senadores, número indispensável para o prosseguimento dos trabalhos. Assim, vou encerrar a sessão, designando para a segunda-feira a seguinte.

ORDEM DO DIA

Dimensões

Sessão de 28 de outubro de 1963

(Segunda-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1963 (nº 4 291-B-62 na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzéis), como auxílio ao Instituto Mackenzie, sediado em São Paulo, para a ampliação na Universidade Mackenzie, tendo Pareceres sob números 543 e 545 de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; — de Educação e Cultura, pela aprovação; e — de Finanças, pela aprovação, com a emenda que oferece.

2

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 1963, que dispõe sobre o prévio depósito judicial, nos feitos trabalhistas, em havendo recurso de condenação de valor até 10 vezes o maior salário mínimo mensal vigente no país, tendo Parecer nº 577, de 1963, da Comissão de Constituição e Justiça, pelo arquivamento, nos termos do art. 542, a e § 4º do Regimento Interno.

Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 17 horas e 25 minutos).

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo (**).
2. Silvestre Pericles.
3. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Aloysio de Carvalho.
Eurico Rezende.
Milton Campos.

SUPLENTE

1. Afonso Águas.
2. Daniel Krieger.
3. João Agripino.

U. D. N.

Quarta-feira, às 16 horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias
Oficial Legislativo PL-8.

(*) — Em substituição ao Sr. Lobo da Silveira, licenciado.

(**) — Em substituição do Senhor Amaury Silva como titular.

Comissão do Distrito Federal (7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos.
Vice-Presidente — Pedro Ludovico.

Composição

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel.
Pedro Ludovico.
Lino de Matos.

SUPLENTE

1. Flinto Müller.
2. Eugenio Barros.
3. Heribaldo Vieira.

P. T. B.

TITULARES

Oscar Passos
Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

1. Aarão Steinbruch.
2. Antonio Jucá.

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz
Eurico Rezende.

1. Lopes da Costa.
2. Zacharias de Assunção.

Reuniões

Quintas-feiras, às 10 horas.

Secretário: Julietta Ribeiro dos Santos
Oficial Legislativo PL-3.

Comissão de Economia (9 MEMBROS)

Presidente — Flinto Müller (PSL)
Vice-Presidente — Eduardo Catalão (PTL)

Composição

P. S. D.

TITULARES

Flinto Müller.
Eugenio Barros.
Atilio Fontana.
José Guimard (licenciado)

SUPLENTE

1. Jefferson de Avelar (*)
2. Sigfredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Josephat Marinho

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

P. T. B.

TITULARES

Eduardo Catalão
Nelson Maculan (licenciado).
Júlio Leite.

SUPLENTE

1. Oscar Passos (**)
2. Bezerra Neto
3. José Ermirio.

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga
2. ...

U. D. N.

TITULARES

Adolfo Franco
Lopes da Costa

SUPLENTE

1. José Cândido
2. Zacharias de Assunção

Reuniões: terça-feira — 16 00 horas
Secretário: Cld Bürger, Auxiliar
Legislativo PL-10.

(*) — Em substituição ao Senhor José Guimard, com titular.

(**) — Em substituição ao Senhor Nelson Maculan, com titular.

Comissão de Educação e Cultura (7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel (PSD)

Vice-Presidente — Padre Calazans (UDN)

Composição

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Benedito Vailadães
2. Sigfredo Pacheco

SUBSTITUTOS

1. Leite Neto

P. T. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz
Amaury Silva (licenciado)

SUPLENTE

1. Vago.
2. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Antonio Carlos.
Padre Calazans
Mem de Sá

SUPLENTE

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Arnão de Melo

Reuniões: 4ªs-feiras — 15.00 horas

Secretário: Vera de Alvarenga Maira, Oficial Legislativo PL-7.

Comissão de Finanças

(5 MEMBROS)

Presidente — Argemiro de Figueiredo — (PTB)

Vice-Presidente — Daniel Krieger — (UDN)

P. S. D.

COMPOSIÇÃO

TITULARES

Victorino Freire
Lobo da Silveira
Sigfredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Leite Neto

SUPLENTE

1. José Guimard (licenciado)
2. Eugenio Barros
3. Menezes Pimentel
4. Atilio Fontana
5. Pedro Ludovico

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

P. T. B.

TITULARES

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Dix-Huit Rosado.
Pessoa de Queiroz
Eduardo Catalão

SUPLENTE

1. Nelson Maculan (licenciado)
2. Lino de Matos
3. Amaury Silva (licenciado)
4. Aurélio Vianna.
5. Antonio Jucá

SUBSTITUTOS

1. Edmundo Levi
2. José Ermirio
3. Melo Braga

U. D. N.

TITULARES

Daniel Krieger
Dinarte Mariz.
Irineu Bornhausen
Lopes da Costa

SUPLENTE

1. Adolfo Franco
2. Eurico Rezende
3. João Agripino
4. Milton Campos

PL

TITULARES

Mem de Sá

SUPLENTE

1. Aloysio de Carvalho

Reuniões: 4ªs-feiras — 10.30 horas
Secretário: Cld Bürger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

Comissão de Legislação Social (9 MEMBROS)

Presidente — Valdo Lima (PTB)
Vice-Presidente — Ruy Carneiro — (PSD).

Composição

P. S. D.

TITULARES

Ruy Carneiro.
Walfredo Gurgel
José Guimard (licenciado).
Raul Gluberti

SUPLENTE

1. Leite Neto (x)
2. Lobo da Silveira

3. Eugenio Barros
4. Júlio Leite.

SUBSTITUTOS

1. Atilio Fontana
2. José Kairala

U. D. N.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado)
Pedro Ludovico.
Vitalino Lima

SUPLENTE

1. Aurélio Vianna (**).
2. Pessoa de Queiroz.
3. Antonio Jucá

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Eurico Rezende.
Antonio Carlos

SUPLENTE

1. Lopes da Costa
2. Zacharias de Assunção.

Reuniões: 4ªs-feiras às 16 horas.
Secretário: Vera de Alvarenga Maira
Oficial Legislativo, PL-7.

(*) — Em substituição ao Senhor José Guimard, como titular.

(**) — Em substituição ao Senhor Amaury Silva como titular.

Comissão do Polígono das Secas (7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)
Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSB).

Composição

P. S. D.

TITULARES

Wilson Gonçalves.
Ruy Carneiro.

SUPLENTE

1. Sigfredo Pacheco.
2. Leite Neto.

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado.
Aurélio Vianna.

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo.
2. Arnão de Melo.
3. Júlio Leite

SUBSTITUTOS

José Ermirio
Antonio Jucá

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz.
José Cândido.

SUPLENTE

1. João Agripino.
2. Lopes da Costa.

Reuniões: 3ªs-feiras — 16 horas
Secretário: J. Ney Passos Dantas,
Auxiliar Legislativo, PL-9.

Comissão de Redação (5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB).

Vice-Presidente — Padre Calazans

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARESWalmir de Gurgel
Sobrinho Arce**SUPLENTE**

1. Lobão da Silveira
2. José Ruffino

SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel (dissociado).

P. I. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

Hernando Vianna.

U. D. N.

TITULARESPadre Carazans.
Julio Leite**SUPLENTE**

1. João Agripino.
2. Josaphat Marinho

Reuniões: 4ªs feiras às 16 horas.

Secretário: Sarah Azevedo, Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD).

Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARESBenedicto Valsades.
Pinto Müller
Jefferson de Aguiar
Araújo, Salmir**SUPLENTE**

1. Menezes Pimentel
2. Ruy Carneiro
3. José Guimard (dissociado).
4. Victorino Freire.

SUBSTITUTOS

1. José Kairua

P. I. B.

TITULARESPessoa de Queiroz
Vivaldo Lima

Eduardo Cataião

SUPLENTE

1. Oscar Passos
2. Argemiro de Figueiredo
3. Antônio Jucá

U. D. N.

TITULARESAntônio Carlos
José Cândido
Padre Carazans
Arnon de Melo**SUPLENTE**

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino.
4. Mem de Sá

Reuniões: 5ªs feiras — 15 00 horas

Secretário: Castejon J. B. Branco, Oficial Legislativo, PL-6.

Comissão da Saúde

(6 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa (UDN)
Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PIB)**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

TITULARESPedro Lins
Siqueira**SUPLENTE**

1. Eduardo Barros
2. Walmir de Gurgel

P. I. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

Antônio Jucá

U. D. N.

TITULARES

Lopes da Costa

SUPLENTE

Dinarte Mariz.

P. S. P.

TITULARES

Miguel Couto

SUPLENTE

Raul Guiberti

Reuniões: Quinze-feiras — 15.00 horas.

Secretário: Edmundo Rui Barbosa, Auxiliar Legislativo, PL-10.

Comissão de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN)
Vice-Presidente — Silvestre Pericles (PTB)**COMPOSIÇÃO**

P. S. D.

TITULARESJosé Guimard (dissociado)
Victorino Freire**SUPLENTE**

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana (*)

SUBSTITUTO

1. José Kairua

P. I. B.

TITULARESSilvestre Pericles
Oscar Passos**SUPLENTE**

1. Dix-Huit Rosado.
2. Eduardo Cataião

UDN

TITULARESIrineu Bornhausen
Zacharias de Assunção.**SUPLENTE**

1. Adolfo Franco
2. Eurico Rezende

PSP

TITULARES

Raul Guiberti

SUPLENTE

1. Miguel Couto

Reuniões: 3ªs feiras — 16 00 horas
Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo, PL-8.

(*) — Em substituição ao Sr. José Guimard, como titular.

Comissão do Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Pericles (PIB).

Vice-Presidente — Lobo Neto (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARESLobo Neto
Sigefredo Passos**SUPLENTE**

1. Victorino Freire
2. Benedito Valsades

PIB

TITULARESSilvestre Pericles
Neilson Maculan (dissociado)**SUPLENTE**

1. Eduardo Cataião (*)
2. Edmundo Levi

UDN

TITULARESAntônio Carlos
Padre Carazans**SUPLENTE**

1. Dinarte Mariz
2. Lopes da Costa

PL

TITULARES

Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Mem de Sá

Reuniões: 3ªs feiras — 16.00 horas

Secretário: J. Ney Passos, DAI, Auxiliar Legislativo, PL-9.

(*) — Em substituição ao Sr. Neilson Maculan, como titular.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente — José Feliciano (PSD)

Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

PSD

TITULARESJosé Feliciano
Sebastião Archer**SUPLENTE**

1. Jefferson de Aguiar
2. Filinto Müller

PTB

TITULARESBezerra Neto
Lino de Matos**SUPLENTE**

1. Silvestre Pericles

UDN

TITULARES

Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Zacharias de Assunção.

Reuniões: 4ªs feiras — 16.00 horas
Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo, PL-8.**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1931.**

(Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 28, 38, 60, 110 e 111 para que o Poder Judiciário seja exercido pelo Poder Judiciário Federal.)

— organização administrativa do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha de Presidente e do Vice-Presidente da República, Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota de imposto de renda destinada aos Municípios.

Eleita em 15-6-1951, com exceção dos Srs. Senadores;

Partes: Carvalho — designado em 30-2-1952.

Neilson Maculan — designado em 15-3-1953.

Lobão da Silva — designado em 23-4-1953.

Lopes da Costa — designado em 29-10-1952.

Prorrogações:

Até 15-12-1952 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-2-61;

Até 15-12-1953 — Requerimento número 773-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.

2. Lobão da Silva — PSD.

3. Ruy Carneiro — PSD.

4. Benedito Valsades — PSD.

5. Wilson Gonçalves — PSD.

6. Neilson Maculan — PTB.

7. Silvestre Pericles — PTB.

8. Noronha da Gama — PTB.

9. Barros Carvalhos — PTB.

10. Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.

11. Lopes da Costa — UDN.

12. Milton Campos — UDN.

13. Heribaldo Vieira — UDN.

14. Ruy Palmeira — UDN.

15. Aloysio de Carvalho — PL

16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1951.

(Altera o § 1º do art. 191 da Constituição Federal. (Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço). Eleita em 21-5-52, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira
Wilson Gonçalves e
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1953.Prorrogações:
Até 15-12-1952 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1951.
Até 15-12-1953 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1952.**Membros — Partidos**

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — Relator — PSD.

- 3 Ruy Carneiro — PSD.
 4 Benedito Valladares — PSD.
 5 Wilson Gonçalves — PSD.
 6 Silvestre Péricles — Reator — PTB.
 7 Amaury Silva — PTB.
 8 Nogueira da Gama — PTB.
 9 Barros Carvalho — PTB.
 10 Daniel Krieger — UDN.
 11 Lopes da Costa — UDN.
 12 Milton Campos — UDN.
 13 Ruy Palmeira — UDN.
 14 Heribaldo Vieira — UDN.
 15 Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.
 16 Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961.

Da nova redação ao item II do art. 50 da Constituição Federal. (Integridade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27-6-61, salvo os Srs. Senadores.

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silveira, designado em 2 de abril de 1963;
 Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento nº 609-61, aprovado em 12-6-62.
 Até 15-12-62 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Lobão da Silveira — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedito Valladares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Silvestre Péricles — PTB.
- 7 Bezerra Neto — PTB.
- 8 Nogueira da Gama — PTB.
- 9 Barros Carvalho — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Lopes da Costa — UDN.
- 12 Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1961.

Da nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado, incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros).

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores;

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962;

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 28 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 607-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

- 1 Menezes Pimentel — PSD.
- 2 Wilson Gonçalves — PSD.
- 3 Lobão da Silveira — PSD.
- 4 Ruy Carneiro — PSD.
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Silvestre Péricles — PSD.
- 7 Vivaldo Lima — PTB.
- 8 Amaury Silva — PTB.
- 9 Pinto Ferreira — PTB.
- 10 Eurico Rezende — UDN.
- 11 Daniel Krieger — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Lopes da Costa — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961.

Acrescenta item ao artigo 3º da Constituição — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4, de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo. (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

- 1 Menezes Pimentel — PSD.
- 2 Ruy Carneiro — PSD.
- 3 Lobão da Silveira — PSD.
- 4 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Pinto Ferreira — PTB.
- 7 Bezerra Neto — PTB.
- 8 Amaury Silva — PTB.
- 9 Vivaldo Lima — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Eurico Rezende — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Lopes da Costa — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 9, de 1961.

Acrescenta dispositivo ao artigo 15, revoga o item V e o § 6º do artigo 19, substitui o § 5º do artigo 19 e o artigo 22 da Constituição. (Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Menezes Pimentel — PSD.
- 3 Filinto Muller — PSD.
- 4 Guido Mondin — PSD.
- 5 Ruy Carneiro — PSD.
- 6 Amaury Silva — PTB.
- 7 Barros Carvalho — PTB.
- 8 Argemiro Figueiredo — PTB.
- 9 Bezerra Neto — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Eurico Rezende — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal (aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28-2-1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30-3-1962;

Guido Mondin — designado em 29-10-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Silvestre Péricles — designado em 23-4-1963;

Cattete Pinheiro — designado em 23-4-1963.

Senadores — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Silvestre Péricles — PTB
- 7 Nogueira da Gama — PTB
- 8 Barros Carvalho — PTB
- 9 Vago — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Lopes da Costa — UDN
- 13 João Agripino — UDN
- 14 Eurico Rezende — UDN
- 15 Josaphat Marinho — S/legenda
- 16 Lino de Matos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11, de 1963.

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28-3-1962, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin — designado em 29-10-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Cattete Pinheiro — designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 784-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Silvestre Péricles — PTB
- 7 Nogueira da Gama — PTB
- 8 Barros Carvalho — PTB
- 9 Milton Campos — UDN
- 10 Heribaldo Vieira — UDN
- 11 Eurico Rezende — UDN
- 12 João Agripino — UDN
- 13 Lopes da Costa — UDN
- 14 Aloysio de Carvalho — PL
- 15 Miguel Couto — PSP
- 16 Cattete Pinheiro — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1962.

(Altera a redação do art. 146 da Constituição, referente à obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna — designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Leite Neto — PSD
- 6 Menezes Pimentel — PSD
- 7 Silvestre Péricles — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTB
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Eurico Rezende — UDN
- 13 João Agripino — UDN
- 14 Daniel Krieger — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Aurélio Vianna — PSB

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1962.

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Josaphat Marinho — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963

Prorrogação:

Até 15-12-1962 — Requerimento nº 706-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Pericles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Matos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 4).

Eleita em 10-7-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves,

Leite Neto,

João Agripino,

Eurico Rezende e

Josaphat Marinho (designados em 23-4-1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 487-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Silvestre Pericles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Josaphat Marinho — S/legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1962.

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves,

Leite Neto,

Josaphat Marinho,

Eurico Rezende,

Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB

8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Miguel Couto — PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores:

Josaphat Marinho,

Wilson Gonçalves,

Eurico Resende,

Julio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 790-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valadares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Julio Leite — PR

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4 que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 6-12-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves,

Eurico Resende,

Amaury Silva e

Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 791-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valadares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Resende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Raul Giuberti — PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição (referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Pericles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Resende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josaphat Marinho — S/legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Pericles — PTB
11. Artur Virgílio — PTB
12. Eurico Resende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Josaphat Marinho — S/legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1963.

Dá nova redação aos artigos ns. 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD

6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Eduardo Catalão — PTB
11. Vasconcelos Torres — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
16. Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1963.

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos Vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Paulo Ferreira — PTB
- Silvestre Pericles — PTB
- Adalberto Sena — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- João Agripino — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Josaphat Marinho — S/legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1963.

Dá nova redação ao item II e ao § 1º do artigo 19 da Constituição referentes ao imposto de Vendas e Consignações.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Humberto Nader — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio).

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD
- Atílio Fontana — PSD
- Eugênio Barros — PSD
- José Ermírio (Relator) — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Melo Braga — PTB
- Lopes da Costa — UDN
- Milton Campos — Presidente — UDN
- Julio Leite, Vice-Presidente — Pequenas Representações.

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e comercial sobre as empresas produtoras.

(Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 561 de 1953, do Sr. Senador Góes de Azevedo).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

Albino Fontana (Presidente) — PSD
José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
José Ermírio (Relator) — PTB
Adolpho Franco — UDN
Aurelio Vianna — Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.

(Criada pela Resolução nº 11 63)

(6 MEMBROS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto (Presidente) — PSD

Nelson Mendes — PTB
José Aguiar (Relator) — UDN
Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

Comissão Especial do Projeto de Lei da Constituição nº 3, de 1953

Altera o art. 128 da Constituição Federal (instituições), Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2 10 1953

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Walfredo Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Pérciles — PTB
Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — S/ Legenda

Raul Giuberti — Pequenas Representações.

Júlio Leite — Pequenas Representações.

Comissão Especial do Projeto de Lei da Constituição nº 7, de 1953.

Dá nova redação ao § 4º do art. 122 da Constituição Federal (transição para a restrição do militar da ativa que se candidatar a cargo eleitoral). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2 10 1953

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Walfredo Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Pérciles — PTB
Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — S/ Legenda
Raul Giuberti — Pequenas Representações
Júlio Leite — Pequenas Representações.

Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 561 de 1953, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, na sessão de 14 8 53.

Designação em 23 8 1953

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Arthur Vagão — PTB
Edmundo Levi — PTB
Adolpho Franco — UDN
Eurico Rezende — UDN
Josaphat Marinho — S/ Legenda

Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.

(Criada em virtude do Requerimento nº 569 63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 8 1953).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

José Feliciano — PSD
Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD
José Ermírio (Presidente) — PTB
Lopes da Costa — UDN
Aurélio Vianna (Relator) — Pequenas Partidos.

Discurso que se republica por haver sido esta incorreção no Diário do Congresso Nacional — Seção II de 6 de setembro de 1963

O SR. VASCONCELOS TORRES:

Senhor Presidente, Senhores Senadores, acaba de voltar, como esta Casa não ignora, de uma viagem aos Estados Unidos da América, e desejo fazer deste fato, por motivos que logo ficarão claros, o ponto de partida das considerações que passo a desenvolver no presente momento.

Inicialmente, quero dizer, Senhor Presidente, que pude observar de perto nos Estados Unidos, em toda sua brutalidade, o conflito racial ora em desenvolvimento ali. E, diante dos episódios a que assisti ou de que tive conhecimento, tomei comigo mesmo o compromisso de, em chegando ao Brasil, fazer manifestação a esse respeito na tribuna do Senado.

Aos que, porventura, acharem, Senhor Presidente, que este assunto de ordem internacional não deveria ser ventilado no plenário desta Casa, lembrei que os mesmos escrúpulos não ocorreram no Congresso americano, em relação a assuntos do Brasil.

Nosso país tem estado, com bastante frequência, no pelourinho, na Casa Alta do Congresso Americano; temos sido, ali, mal interpretados e o quadro de nossa vida pública vem sendo focalizado com distorções, com alterações e até com deteriorações...

Senhor Presidente, eu me gabo de ter, entre meus melhores amigos, homens de cor. O Colégio do meu Estado no qual fiz os estudos básicos era dirigido por um homem de cor, um professor de excepcionais qualidades chamado JOÃO BRASIL. Sou, além de tudo, cidadão deste nosso admirável país onde as relações sociais são marcadas pela tolerância, pela cordialidade, pela ausência de preconceitos de raça ou de religião...

E, por tudo isso, atribuí-me o compromisso de tornar pública, neste Senado, minha solidariedade aos homens de cor dos Estados Unidos, bem como aos americanos brancos que os apoiam e ao Presidente Kennedy, inspirador do Projeto dos "Civil Rights" — direitos civis — cujo objetivo é estabelecer a perfeita igualdade de direitos entre todos os cidadãos da República por ele presidida.

A verdade, Senhor Presidente, é sempre oportuno repetir, é que um ser humano de pele clara não é, apenas por esse detalhe mais digno ou mais inteligente, do que outro ser humano, de epiderme escura. Muitos americanos brancos, porém, não pensam assim e ficam assustados e revoltados diante da ascensão econômica e intelectual que os homens de cor vêm obtendo no seu país, apesar da discriminação monstruosa ali existente.

Impressionou-me, por exemplo, que cidades cosmopolitas como Nova York, onde há três anos, quando lá estive, não havia sinais visíveis de preconceito racial, já agora, nas construções civis não é admitido o trabalhador negro.

Pude ver, constatar tudo isso, Senhor Presidente, porque durante minha permanência nos Estados Unidos não fiquei enclausurado nos hotéis de luxo ou nas embaixadas; não me limitei a percorrer os amplos corredores do edifício da ONU e nem me deixei aprisionar pelos convites amáveis para almoços e jantares. Meu objetivo foi justamente ir um pouco além do que teria ido se assim procedesse — meu objetivo foi surpreender a verdade inteira da civilização americana.

Assim, vi também o lado positivo, criador, exuberante dessa civilização...

Encontrei os Estados Unidos, Senhor Presidente, na febril agitação de sempre. É um povo que vive o dia que passa, a hora presente, numa atitude de invariável confiança nos va-

lores materiais e morais de sua civilização e sobriedade, na firme certeza de que só o trabalho, construindo a riqueza e a paz, dará solução última aos problemas do mundo.

Pude observar, de diferentes maneiras, que os debates políticos, as divergências partidárias que se processam na grande república, apre-entam a marca de duas características fundamentais...

A primeira, é a fidelidade de cada parlamentar, de cada comentarista da imprensa ou da televisão, de cada agente da opinião pública, a uma determinada posição assumida, diante dos problemas políticos, sociais e administrativos do país. E, a segunda característica, eu a encontrei justamente no fato de que embora as atitudes sejam divergentes e até contraditórias em alguns casos, prevalece entre todos aqueles que participam do grande diálogo que é a vida pública americana, uma preocupação, jamais esquecida, em evitar que as contradições venham a tornar-se estéréis, venham a alimentar o simples jogo inocuo de palavras e de discursos, dissociadas de um encaminhamento construtivo do raciocínio para a fixação de atitudes e de políticas que expressem, acima de tudo, o tratamento objetivo que deve ser dado a qualquer problema desde que haja, de fato, a sinceridade que se presume existente no sempre alegado propósito de solução...

Essa, Senhor Presidente, é nos Estados Unidos, a atitude cotidiana tanto do homem público, quanto do seu eleitor, do cidadão comum que determina com o seu voto a composição dos quadros governamentais daquela grande República.

Ora, justamente por pensar assim, por proceder desse modo, não entende o americano, seja ele homem de governo, jornalista, chefe de empresa, professor universitário ou simples assalariado, o que se passa atualmente na América Latina e, de um modo muito particular, no Brasil.

A opinião pública americana não ignora mais o Brasil — isso é o que, com alegria e um pouco de orgulho, constatei, Senhor Presidente. Existe presentemente em todas as classes sociais dos Estados Unidos, generalizado conhecimento em torno de coisas e de figuras do Brasil...

Nossos êxitos esportivos internacionais, no basquete, no box, no tênis; nossos sucessos na cinematografia, através de O CANGACEIRO e de O PAGADOR DE PROMESSAS; a vitória de Miss Brasil conquistando a faixa de Miss Universo-1963 no Concurso Internacional de Beleza que se realiza todos os anos em Miami — tudo isso, Senhor Presidente, vem sendo acompanhado com o mais vivo interesse pelo público norte-americano, criando atmosfera favorável, de curiosidade e de simpatia, em torno de nosso país.

Também a construção de Brasília, para citar outro fato, despertou e despertará a mais profunda impressão em todas as camadas da população americana. Posso afirmar, pelo que ouvi em diferentes lugares, que o homem do povo dos Estados Unidos considera sem similar na História, essa façanha brasileira de implantar em tempo record, a 1.200 quilômetros do litoral — enfrentando dificuldades técnicas e financeiras de toda espécie — uma cidade concebida em moldes urbanísticos revolucionários, ou seja esta grande Brasília que aí está em torno de nós.

Obras de alguns escritores brasileiros, vertidas para o inglês, têm logrado boa aceitação junto ao imenso público leitor, dos Estados Unidos. Existem, por exemplo, traduções de OS SERTÕES, de Euclides da Cunha e de CASA GRANDE & SENZALA, de Gilberto Freyre, muito lidas e comentadas nos setores universitários empenhados no conhecimento e na interpretação do Brasil.

Também existe uma versão americana de MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRAZ CUBAS, de Machado de Assis. E, recentemente, O TEMPO E O VENTO, de Érico Veríssimo, GABRIELA, CRAVO E CANELA, de Jorge Amado, foram lá difundidas, em edição popular, com extraordinário sucesso.

Mas, o americano também conhece, através de amplas reportagens que nos últimos anos têm sido publicadas nos maiores jornais de seu país, o terrível problema das populações flageladas que se aglomeram em torno de nossas principais cidades. E conhece graças a um longo documentário cinematográfico, primorosamente confeccionado por técnicos americanos, no Brasil, e difundido pela televisão, nos Estados Unidos, o que é esse explosivo problema do Nordeste de nosso país, com as multidões famintas, o elevado índice de mortalidade, a baixa produtividade agrícola — tudo servindo de base a uma agitação social que vai crescendo e levando na crista da onda, como não poderia deixar de acontecer, a figura dos falsos e espertos líderes que não deixaram nunca aparecer, em qualquer lugar, quando se faz oportuno e rendoso industrializar e auferir dividendos, do drama vivido pelas massas...

O americano conhece igualmente os vícios e as deficiências básicas da administração pública brasileira. A filosofia burocrática reinante, por exemplo, em nosso país, com o aprêgo desmedido ao formalismo e o desinteresse pela solução efetiva dos assuntos tratados. Conhece e comenta, muitas vezes com senso de humor, o desenfreado empirismo que campeia em toda a esfera governamental brasileira e as disparidades salariais que imperam em determinados e muito conhecidos setores de nossa República.

Dá, a perplexidade da opinião pública americana, com relação ao Brasil. Ela não entende, não compreende dentro dos padrões de raciocínio através dos quais forma seus conceitos... A opinião pública americana não compreende, Senhor Presidente, repito, a indecisão, a incapacidade, clássica dos sucessivos governos brasileiros, para enfrentar com aquele mesmo senso de objetividade que marca o comportamento final dos americanos frente a qualquer assunto o painel assustador de nossos problemas.

A opinião pública americana acha, naturalmente sem formular com estas palavras a sua idéia, que existe em nosso país tendência generalizada à contemporização e horror também generalizado à definição, ao equacionamento preciso das deficiências que entravam a nossa integração nacional: é por isso que vamos sempre adiando qualquer esforço para eliminá-las, através de uma ação desenvolvida em cima do chão firme dos fatos.

Por estar convencido de tudo isso é que o contribuinte americano não aceita de bom grado iniciativas do Governo de Washington para propiciar auxílio financeiro sob qualquer rótulo, ao Governo Brasileiro.

Ele, o contribuinte americano, está convencido de que esse governo não deseja ou não pode modificar as estruturas existentes e sabe que, dentro delas, quaisquer novos recursos propiciados irão apenas contribuir para manter por mais algum tempo os privilégios desfrutados por uma bem identificada minoria, sem evitar que dentro de pouco tempo o desequilíbrio volte a emergir e a ameaçar o país de um cataclismo, que, então, acontecerá mesmo.

Não compreende o contribuinte americano que precise de dinheiro para qual existem centenas de homens de fortuna que colocam seus milhões — auferidos de uma forma nem sempre clara — na segurança de bancos suíços, canadenses, americanos

mesmo, e em investimentos lucrativos, na Europa e nos Estados Unidos.

Não compreende o contribuinte americano, também, que algumas empresas industriais brasileiras façam misteriosos anúncios, de páginas inteiras, em alguns órgãos de imprensa dos Estados Unidos, anúncios que falam de produtos elaborados no Brasil e que não têm, nem poderão ter, consumo no mercado americano, por motivos óbvios de ordem econômica e comercial. Então, conclui ele que a verdadeira razão de tais matérias pagas é estranha ao objetivo publicitário e tem relação com interesses outros, de transferência ilícita de dólares para lá.

Não surpreende ao americano, que haja tais abusos no Brasil, ou da parte de brasileiros. O que o surpreende é que não haja nas estruturas legais e administrativas do Brasil os indispensáveis mecanismos de segurança capazes de reprimi-los, ou de extingui-los. Ou, então, admitindo que esses mecanismos existam, que não sejam eles utilizados pelo Governo Brasileiro para salvaguardar o interesse nacional brasileiro...

Tudo isso, Senhor Presidente, é que faz com que o contribuinte americano pressione sempre seus representantes, no Congresso dos Estados Unidos, para vetar ou reduzir as verbas pedidas pela Casa Branca, para o incremento da política de auxílio financeiro ao Governo brasileiro, ou a qualquer outro governo da América Latina.

E se nem sempre prevalece a resistência, Senhor Presidente. Se, muitas vezes essas verbas cabem vindo, senão inteiras, pelo menos em parte, é porque o Poder Executivo americano tem também, sua força e a sua conceitualização do interesse público americano — pelo próprio ângulo do qual ele olha os problemas. Isto é, de cima para baixo — não é a mesma do parlamentar, que reflete a limitada conceitualização das coisas, feita pelo homem comum que o elege com o seu voto.

O Poder Executivo, desde que ocupou a Presidência da República o grande Franklin Delano Roosevelt, tem conhecido fatos e situações no plano internacional que o aconselharam a uma posição mais tolerante com os demais governos do Continente, para evitar mesmo que viesse ou que venha a ser prejudicada ou anulada, sua grande estratégia de paz — que na verdade também é o objetivo do homem do povo americano, das famílias americanas, que não desejam, pela terceira vez, sacrificar uma geração de varões, no holocausto sempre inútil e estúpido de uma guerra.

Senhor Presidente. Longe de mim aceitar em toda a linha o tipo de restrição que a opinião pública americana faz ao Brasil. Existe na idéia que o americano faz de nosso país uma série de distorções, de fácil identificação para nós outros...

Estou certo, por exemplo, de que o americano contemporâneo está mal informado sobre episódios e comportamentos passados, na faixa das relações entre o Governo de Washington e os Governos latino-americanos. E, digo isso, porque muita coisa do que hoje caracteriza a debilidade da estrutura econômica brasileira, decorre de uma prolongada atitude de apatia pela nossa pobreza interna, por parte do Governo americano, bem como de uma rígida atitude capitalista desse mesmo Governo, a cobrar sempre ao Brasil, nos prazos estipulados, os pagamentos relacionados com os empréstimos concedidos ou, se impossíveis fossem esses pagamentos, imposto a negociação de novos empréstimos.

E tudo isso nos situou, por muitos anos, no labirinto dos compromissos insolúveis, da descapitalização crônica, da não implantação da indústria pesada, do sub-consumo...

A consequência é que não tiveram os nossos governos os recursos para os fazerem, o que se faziam necessariamente a critério de uma infra-estrutura — representada, principalmente, pelos serviços de energia elétrica e de transportes — infra-estrutura capaz de permitir, no futuro, o desenvolvimento e a diversificação da nossa produção industrial.

A educação e a diversificação da produção industrial em qualquer País exigem um fator certo de aumento da produtividade, o que seria como garantir a elevação do padrão de vida das populações. Tanto da parcela das populações que se beneficia diretamente do dividendo e altos salários pagos pelas fábricas como da outra parcela, a parcela maior, na verdade, que vive sensivelmente seu tempo de vida, passando a consumir os produtos que saem da linha de montagem das fábricas.

O aumento da oferta pública por sua vez, resultante da elevação da produção e do consumo e da liberação de recursos que passam a ser utilizados na importação de bens essenciais aos governos maior soma de recursos financeiros instrumentais. Esses meios desde que empregados racionalmente em despesas de custeio e de capital, concorrem para expressar a emergência das deficiências gerais que incidem sobre a comunidade nacional.

A eliminação dessas deficiências, por isso, tanto beneficia o País pela valorização física das populações e a consequente criação de uma maior potencialidade de trabalho — apto a gerar novas riquezas — como também, elimina a odiosa desigualdade representada pela coexistência de opulenta minoria bem paga, bem nutrida, com boas casas para morar, boas escolas para os filhos, luxuosos clubes para frequentar e uma minoria que não chega a obter o mínimo necessário nem mesmo para comer e que, por isso mesmo, é sensível a mensagens das ideologias do desespero.

Voltando ao fio de minhas considerações direi Senhor Presidente, que a atitude americana em relação ao Brasil, só mudou ao adquirir sentido de fato coerente, com os sempre repetidos protestos de amizade e de solidariedade feitos no plenário das reuniões interacionais e no pergamínio dos tratados — quando o Presidente Roosevelt enfrentando não pequenas resistências em alguns setores de seu Governo conseguiu que viessem a ser postos à disposição do Brasil os recursos necessários à criação da primeira grande usina siderúrgica do País — a usina de Volta Redonda — ponto de partida de uma fase nova no desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Tantarei caracterizar essa fase. Senhor Presidente, dizendo tratar-se de fase dentro da qual os objetivos propostos estão representados pelo propósito de levar a cabo uma transformação orgânica do desenvolvimento econômico iniciado com a inauguração da mencionada usina de Volta Redonda, e também de incorporar gradualmente à economia nacional, transformando-os em produtores e em consumidores, os milhões e milhões de patriotas que ainda vegetam desassistidos, nas cidades e nos campos do Brasil...

O SR. BEZERRA NETO — Dá V. Exa. licença para um aparte? (Assentimento do orador) — Tenho a impressão, diria melhor, tenho certeza de que nesse caso de Volta Redonda, nessa mudança de tratamento da política americana em relação ao Brasil, muito influuiu a projeção pessoal no cenário internacional, do Presidente Getúlio Vargas.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Exato. Analisarei esse aspecto. Escrevi meu discurso e vou justamente concluir-lo esposando o ponto de vista que V. Exa. antecipa, com muito acerto e com meu apoio.

Nesse rumo. Senhor Presidente, nesse propósito de transformar párias em seres humanos e de gerar fontes de recursos capazes de permitir que os nossos governos cumpram com realismo sua missão social ainda poderemos salvar o Brasil. Ainda poderemos contornar ou mesmo vencer, a crise que está crescendo em nosso redor e legar a nossos filhos um Brasil onde todos tenham não apenas o direito assegurado pela Constituição, às liberdades fundamentais, mas também, sobretudo, a possibilidade física de vida dentro do padrão que nós cristãos consideramos seja a condição humana.

É preciso todavia, Senhor Presidente, que estejamos atentos à circunstância de que perdemos um tempo precioso, nestes 141 anos decorridos, de 1822 — quando foi proclamada a independência política do País — até o presente momento.

Se de um lado houve o fator negativo representado pelo imperialismo financeiro e político das grandes potências muito antes até a Primeira Guerra Mundial e mais atenuado, porém ainda ativo até fins da Segunda Guerra Mundial; se de um lado houve esse fator negativo, repito — e ninguém contestará isso — houve um outro fator no encadeamento histórico de nossos problemas, até que se configurasse este quadro assustador que aí está... Para os que quiserem ver, bem entendido.

Quadro diante do qual, em perfeita coerência com uma conduta que tem entre nós raízes históricas, as elites ou esbravejam ou agitam as mãos como se pretendessem inutilmente, afugentar nuvens de abelhas — ou, então, afivelam à face a máscara da serenidade, esquecendo as mágoas nas champanhas sociais em atitude psicológica que muito parece com a auto-suficiência do avestruz, o qual, escondendo a cabeça sob a asa, julga escapar à contingência do problema com que veio a defrontar-se, e de cuja solução não se julga capaz.

Lembraria a essas elites, Senhor Presidente, as que vociferam e as que se acovardam, aquela grande lição do sábio Spinoza, substanciada numa frase que é aproximadamente esta: *Dante das coisas... Nem rir, nem chorar. Compreender apenas...*

Na verdade, aquilo de que mais carece, hoje, o Brasil é de compreensão. Compreensão de três, bi-dimensional de sua problemática. Compreensão dessa problemática no plano conjuntural presente onde as deficiências podem ser constatadas e medidas e no plano histórico passado, onde essas mesmas deficiências podem ser identificadas na sua origem e na sua evolução até chegarem ao que hoje são.

E na linha desse objetivo, Senhor Presidente, que procurarei, ainda neste discurso, dar a minha modesta contribuição à interpretação da crise brasileira que aí está...

Para não fatigar este plenário e não roubar muitos minutos de seu precioso tempo, procurarei ser breve, fazendo apenas as indispensáveis referências aos fatos gerais que, por assim dizer, deram forma e definição ao processo histórico brasileiro, até o presente momento.

Ao ser proclamada a independência política do País em 1822, o que passou a chamar-se Império do Brasil, nada mais era do que um imenso território quase vazio, onde apenas se destacava, aqui e ali, uma ou outra ilha demográfica e econômica, ilhas essas situadas ao longo do litoral ou em raros pontos do interior, e escassamente interligadas.

A população não chegaria a um milhão de habitantes, e dentro dela avultava a massa de escravos analfabetos, sem quaisquer direitos, a cuja única expressão no quadro pátrio, consistia em representarem a mão de obra o potencial de trabalho, nos estabelecimentos rurais que produziam os raros produtos de exportação.

A parte qualificada da população, isto é, aquela constituída pelos que sabiam ler e escrever, pelos licenciados — muito poucos — que exerciam cargos ou funções públicas, então reconhecidos, nos poucos estados libertários, pelos membros do clero; pelos que exerciam os cargos mais elevados na máquina incipiente da justiça e da administração pública; e, principalmente, pelos fazendeiros — esse grupo quantitativo, repito, foi o único que teve acesso à mesa do Estado e, de fato, como era, de uma consciência de nação, de uma ideia exata do que fosse a coisa pública — pois, sempre a continuou com o seu próprio interesse — passou a influir na organização desse Estado, das estruturas legais e administrativas que foram sendo elaboradas para o País, nos anos que se seguiram sem outra preocupação a não ser a de atender as próprias aspirações.

E a menor continuação do que acabou de dizer reside no fato de que nem mesmo contra a ignomínia da escravidão surgiu qualquer voz de expressão no cenário político até praticamente os últimos anos da monarquia, quando sobreveio a abolição, resultante de um processo no qual a classe política desempenhou pelo que dele conhecemos, o menos importante dos papéis.

Ultrapassando o período um tanto agitado que se prolongou até fins do período regencial, entrou o País em longa fase de paz e de relativo crescimento econômico, possibilitado pelo fluxo de exportação de produtos primários que se mantinha constante, pela estabilidade dos privilégios desfrutados pela classe dominante e pela ausência de tensões internas, em decorrência mesmo do conformismo silencioso das classes oprimidas.

A queda da Monarquia, como ninguém ignora, foi em parte motivada pelas chamadas Questões Religiosas e Militares, mas teve como fator decisivo o alheamento da nobreza rural à sorte do Trono profundamente ressentida que ficou essa nobreza pela participação ativa da Regente D. Isabel, na libertação dos escravos.

Proclamada a República, tratou a mesma categoria de pessoas que mandava nos últimos anos do Império — fazendeiros, bacharéis, militares e sacerdotes — de organizar a nova ordem política e administrativa em benefício próprio, sem pensar numa real e imediata integração das massas rurais ao todo nacional; sem cogitar de libertá-las da subvida a que continuavam confinadas.

E assim viveram os governos republicanos, atendendo aos já grandes compromissos financeiros externos com os fartos recursos propiciados pela exportação de café e erigindo em objetivos supremos da política e da administração a manutenção do *status quo* e a camuflagem sistemática dos déficits orçamentários.

Obras públicas?

Só algumas poucas com vistas ao embelezamento das cidades, do Rio de Janeiro particularmente, porque era necessário manter a boa aparência do quadro urbano dentro do qual funcionavam os três poderes da República...

E a infra-estrutura econômica?

Os projetos relativos à criação dela, respondo, só foram sendo programados e objetivados — com o auxílio interessado do capital estrangeiro, assinalo — em função das necessidades do comércio exportador. Esses projetos diziam respeito às estradas de ferro e aos portos de mar que foram sendo construídos para atender ao escoamento dos produtos de exportação.

Algo, entretanto ocorrera fora desse painel a que fiz referência e, mais tarde, emergiria como o fato mais

importante no centro do quadro nacional...

Retorno-me ao silêncio e c por muitos anos despercebido o elemento demográfico que de súbito tornou-se explosivo, passando a ser a face mais vivaz da crise brasileira.

Segundo o censo de 1950, a população brasileira atingia apenas a 14 milhões de pessoas. O censo de 1960 já alcançou 18 milhões. O de 1970, 27 milhões. Em 1930 a população do País não andaria longe da casa dos 32 a 34 milhões de habitantes.

Mas, vejamos como esse incremento passou, de fato a ter importância na vida pública do Brasil.

O mecanismo que garantia a relativa estabilidade da economia brasileira, rompeu-se estrepitosamente, em 1929, com a crise do café.

Em 1930, começaram a crescer as montanhas de café em nossos portos, ante a queda verificada na procura mundial do produto.

Então foi o colapso econômico. Tudo no Brasil girava em torno do café. Não havíamos pensado jamais em diversificar nossa economia e quando o café cessou de produzir divisas, quando o Tesouro Nacional não teve mais em seus cofres na época certa, o numerário para os pagamentos devidos às elites políticas ficaram atônitas, perplexas tentaram sem êxito as soluções de alibetria a que estavam habituadas — e acabaram mesmo desalojadas do poder pela inquietação social que souu dos campos das ruas e dos quartéis.

Os fatos que aí se seguiram são bastante conhecidos e todos nós e eles apenas mencionarei aqui que me parece de maior importância na linha que estou procurando seguir nas presentes considerações.

Ocorreu fundamental modificação na demografia do País. Desenvolveu-se forte corrente migratória do Norte para o Sul e em todo o território brasileiro, passou a haver o êxodo dos campos para as cidades. O índice de crescimento da população urbana no Brasil manteve-se desde então, mais acentuado do que o das populações rurais.

Ora, esse fato emprestou e empresta nova dimensão à vida brasileira.

Em primeiro lugar, as cidades não estavam preparadas para receberem o excesso de populações que a elas chegou e nelas ficou. Os serviços públicos de água, esgotos, energia elétrica, transportes de assistência hospitalar e de instrução não estavam preparados para a obrecarga que passaram a suportar e não tiveram as administrações locais de então, os recursos necessários para ampliá-los ao nível da população.

Houve, por isso um mal estar nas cidades. Surgiram tensões. De um lado, a população antiga sentiu-se espoliada porque perdeu a tranquilidade decorrente do gozo pacífico de condições razoáveis de existência. E, também, a população nova sentiu-se vítima de uma injustiça de uma discriminação porque não contou igualar seu nível de vida ao dos primeiros donos da cidade.

A idade, Senhor Presidente, não precisaria eu lembrar aqui, sempre foi através da história, não apenas o local das decisões políticas, mas, o cenário, a arena o laboratório, dentro do qual os pontos de vista individuais, mais rapidamente se somam, mais depressa convergem para a unidade de uma opinião pública. E a verdade é que essa opinião pública, mesmo sem falar, mesmo sem traduzir o que pensa na linguagem simples das reivindicações precisas mas, murmurando, apenas, fazendo sentir a sua presença, através de evidências sutis — mesmo assim essa opinião pública tem tal poder de pressionar e de der-

governos, que os governos que não querem ser derrubados precisam estar sintonizados com ela, procurando evitar que os seus atos estejam em contradição com as aspirações da multidão.

Ora, no Brasil a multidão só entrou em cena em 1964. Mas, nos anos que se seguiram tornou-se um fator atuante e, ainda hoje, reconhecemos e ela, cada vez mais, quem manda de fato, ainda que algumas aparências façam supor o contrário.

Dissolvidos os velhos e desgastados partidos sem Congresso funcionando, sem conter com a colaboração de líderes ou de grupos capazes de dar forma e movimento às aspirações coletivas, Getúlio Vargas — em cuja personalidade ninguém, amigos ou inimigos, deixará de identificar o Estado-novo — Getúlio Vargas, repito, percebeu que só sobreviveria naquela emergência se tivesse a habilidade de ir, diretamente, ao encontro da multidão e dialogar com ela oferecendo-lhe com o melhor dos sorrisos, o que ela iria sem dúvida reclamar dele, de armas na mão.

E foi assim. Senhor Presidente em Getúlio Vargas contando com a colaboração inestimável de homens de alto saber, dos quais citarei apenas aqueles de quem fui amigo e discípulo, Oliveira Vianna, foi assim que Getúlio Vargas deu às massas trabalhadoras do Brasil a Legislação do Trabalho criando as condições fundamentais de sustentação que lhe permitiram a longa permanência no poder.

O Senhor Altino Fontana — Concede a V. Ex.^a um aparte?

O SENHOR VASCONCELOS TORRES — Pois não.

O Senhor Altino Fontana — Estou ouvindo o discurso de V. Ex.^a com toda a atenção. V. Ex.^a está focalizando, realmente, vários ângulos da produção do nosso País, no que tange à orientação do Presidente Vargas. Devemos concordar que aquele tempo, a situação da produção agropecuária no Brasil era muito melhor do que hoje. Havia abundância de gêneros alimentícios. Embora num regime totalitário Vargas desenvolveu vários setores da produção em nosso País, conduziu a política externa com sabedoria e de certo modo, sempre foram mantidas as melhores relações com os Países democráticos. Hoje em dia, lamentavelmente, não está acontecendo o mesmo. A produção agrícola tem diminuído, devido aos entraves às dificuldades; na política externa áreas de atrito surgem e a situação do País em lugar de melhorar, agrava-se cada vez mais.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Concordo com V. Ex.^a. Na análise que estou fazendo, situo apenas a posição de Vargas, no quadro da fenomenologia da política brasileira; o crescimento demográfico, talvez seja um dos fatores dessa crise estrutural que modestamente tenho procurado observar e estudar na minha constante e preocupada atenção para esses problemas. O papel de Vargas foi marcante, principalmente por haver feito o País emergir da depressão econômica em que mergulhara no fim dos anos 20.

Realmente, Vargas marcou um período. Estou de acordo com Vossa Excelência. Mas já deve ter notado, meu eminente colega, o sentido sociológico e econômico que procuro dar às minhas palavras: sem derivar para o político, porque esse exame, por exemplo das relações com os outros países constitui outra parte que será analisada a seu tempo. Não é justo que os próprios países que ocupam a posição de líderes do mundo ocidental mantenham relações diplomáticas e intercâmbio comercial intenso com

política política não-democrática e só o Brasil não pôs a ampliar e diversificar seus mercados.

Agosto a Espanha e brilhante a atuação de V. Ex.^a

A superpassada a fase inicial revolucionária no Brasil, em seguida, o governo Vargas segue uma longa fase posterior, destituída de experiências maior rotineira mesma, no meu sentir.

Agora, eu me pergunto: Senhor Presidente, por que e que Getúlio Vargas, tendo governado o Brasil por tanto tempo e entretido nas mãos os poderes que entretém, não tratou de realizar a grande transformação de estruturas de que carecia e de que carece cada vez mais nosso País?

Essa revolução, naturalmente não foi feita. Houve muita modificação de superfície muita mudança de rótulo muita ampliação de estruturas administrativas com organogramas, copiosos mas nenhuma das grandes reformas de base até hoje esperadas pelo Brasil foi sequer tentada.

No plano das realizações materiais, Vossa Redonda, foi, em sombra de dúvida o ponto alto do Governo Getúlio Vargas. A construção daquela siderúrgica como já tive oportunidade de dizer, dividiu em duas partes a história econômica do Brasil.

Extinto o Estado Novo, em 1945 reapareceram os partidos políticos na vida pública do Brasil. Esses partidos ficaram contidos em algumas categorias fundamentais e várias outras subsidiárias.

A primeira categoria fundamental passou a estar representada pelo Partido que, sem maiores exigências na criação de seu quadro, recebeu praticamente todos aqueles que de algum modo haviam colaborado nas tarefas governamentais nos últimos anos anteriores. Esse Partido foi e é um Partido sem compromissos doutrinais sem idiosincrasias de qualquer espécie e sem mensagem. Seu papel consistiu em receber o e-pólio de um governo extinto e de mantê-lo sob o próprio domínio, enquanto pudesse fazê-lo.

O segundo Partido, Senhor Presidente, melhor direi, a segunda categoria, esteve presente através da ação de uma agremiação política que reduzia tudo, ou quase tudo a uma luta entre o bem e o mal, entre a virtude e a corrupção. Ela, a categoria a que estou fazendo referência naturalmente, representava o bem, a virtude, a que carregava sobre os ombros o saco bem fechado de todas as verdades — e a tarefa que logo se atribuiu e que por algum tempo supôs estar cumprindo foi a tarefa de reeducar o Brasil.

A terceira força, Senhor Presidente, corrijo o que disse, a terceira categoria, foi simbolizada por um partido que capotou na obra e na herança de Vargas a única parte consistente na verdade, de maior significação política e humana nessa obra — isto é, a bandeira de luta pela dignificação do trabalho. Mas, também tem faltado a essa categoria, várias vezes no vai-e-vem de seus embates, uma certa capacidade de apreensão, daquilo que me parece representar a verdade brasileira.

E a meu ver tem faltado a alguns homens que formam em suas fileiras latifundiários, banqueiros etc., — a autenticidade necessária para poderem convencer, como porta-estandartes de uma luta em prol do direito dos humildes.

A quarta categoria, Senhor Presidente, foi representada pelos partidos radicais — o da esquerda e o da direita.

As categorias subsidiárias a que fiz referência consistem em grupos outros, de direito ou de fato, situados entre as categorias fundamentais.

Não pretendo acusar nem julgar ninguém. Senhor Presidente. Nem tenho por finalidade neste discurso

configurar a superioridade de qualquer dos partidos políticos que existem hoje no País, frente aos demais.

Na verdade, o que vamos é que o partido político vai perdendo gradativamente, no Brasil, aquele sentido de congregação de ideias e programas para não raro servir apenas de refúgio para registro de legenda ou candidatos a cargos eletivos. (Le).

Em todos os partidos brasileiros há cons e maus. Há homens com a perfeita vocação da vida pública que honrariam qualquer país do mundo, e homens que só pensam nos próprios negócios, só pensam em usufruir vantagens do Estado, em geral, e do Banco do Brasil em particular.

Mas infelizmente para o Brasil, até esses homens dignos de cuja sinceridade de proposições ninguém duvida, estão, a meu ver, revelando certa incapacidade para discernir... Para entender o que é fundamental para o bem do povo brasileiro e o que é necessário, secundário, inexpressivo.

A verdade, Senhor Presidente a dura verdade que todos nós afinal, não ignoramos, é que esse diálogo a propósito de pessoas e de detalhes que os partidos teimam em continuar entretendo neste Brasil de 1963, e cada vez menos, o diálogo que o aflito povo brasileiro lá fora espera e deseja ouvir.

Enquanto esse enfadonho diálogo vazia tem prosseguimento, enquanto os parlamentares vão trocando amabilidades — algumas vezes, palavras menos amáveis — enquanto tudo parece caminhar como se fosse de extrema firmeza a terra sob nossos pés, as reformas estruturais não são feitas, os privilégios de poucos continuam, afrontando a miséria de muitos e a fome vai crescendo, vai matando, vai acendendo implacavelmente as fôrmas do ódio neste mesmo povo que até hoje só soube participar de lutas incruentas.

Chegamos, então, ao que somos hoje. Senhor Presidente. Um país que caminha para os 80 milhões de habitantes possuindo diversas usinas siderúrgicas em funcionamento ou em construção; possuindo ampla indústria produtora de bens de consumo; estando às vésperas de aumentar tremendamente a quantidade de energia elétrica oferecida à utilização de suas populações, quando as usinas hidrelétricas de Furnas e de Três Marias atingirem o máximo de sua capacidade produtiva.

Ora, tudo isso é espantoso que tenha acontecido porque excluídas algumas raras iniciativas industriais dos últimos governos — nem todas, aliás, bem sucedidas, porque a Fábrica Nacional de Motores e a Fábrica de Alcais não o foram — excluídas as grandes obras de Paulo Afonso empreendidas no Governo Dutra e as já mencionadas usinas de Furnas e Três Marias construídas no Governo Kubitschek, o que há de extenso e de vigoroso no desenvolvimento industrial do país, o que dá hoje, realmente, a dimensão desse desenvolvimento foi criado pela iniciativa privada, pelo pioneirismo dos homens de empresa. Esses homens de empresa que fizeram o que fizeram lutando muitas vezes com a indiferença e até mesmo com a hostilidade dos governos, manifestado através da má política fiscal.

E quando vislumbamos a se Brasil que cresceu materialmente, que se civilizou, no sentido enciclopédico do termo, não obstante atitudes dos governos, a mediocridade das elites políticas, e que em consequência desses dois fatores, justamente, ainda possui uma estrutura estatal que está longe de ser o dispositivo instrumental de que precisamos para atender ao interesse de toda a nação brasileira. Quando nos pomos a meditar e a tentar decifrar esse mistério Senhor Presidente, somos levados a algumas conclusões surpreendentes...

Sim, como pergunto, apesar da tradicional inépcia da administração pública brasileira, do nepotismo crônico daqueles que transitam pelo poder, de todos os vícios políticos que vicejam da falta de uma política econômica definida, da péssima política externa a que tem faltado a boa agressividade diplomática posta em prática pelos povos que sabem o que querem. Sim, como apesar do mal e escândalos e de impropriedades que tem sido a nos a vida pública — o Brasil ainda conseguiu crescer e tornar-se grande país industrial?

O Senhor Josephat Marinho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SENHOR VASCONCELOS TORRES — Com muito prazer.

O Senhor Josephat Marinho — No pronunciamento fundamentado que V. Ex.^a está fazendo, vários aspectos poderiam ser posto, em relevo. Permite-me, porém, assinalar a nossa perfeita concordância no julgamento do sistema partidário brasileiro.

Dentro da linha do seu discurso — note o nobre Senador Vasconcelos Torres — parece, poderíamos assinalar que se quiséssemos fazer reformas de profundidade, sérias, orgânicas bem estruturadas, ideológicas e disciplinadas, deveríamos começar reformulando os quadros partidários. Até mesmo, se necessário fosse, para redistribuição dos políticos e dos representantes. A triste, mas exata apreciação é que há desajustamento de grande parte dos homens públicos. Não que sejam maus, não que sejam sem princípios, mas exatamente, porque os princípios evoluíram e se transformaram, desde que foram criados os partidos, em 1945. Até hoje os partidos permanecem imobilizados. Não se adaptaram às novas circunstâncias. Vossa Excelência faz bem na crítica desenvolvida, que importa numa reclamação pela reformulação dos quadros partidários.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Folgo duas vezes: em primeiro lugar, pela intervenção de V. Ex.^a, no meu discurso consagrado mestre de Direito que é. Honra-me, sobretudo, que nossos ideais se afinem. Em segundo lugar, folgo, porque o vejo que V. Ex.^a exprime o exato sentido às minhas palavras, como se estivesse numa sala de Raio-X, fazendo a radiografia da vida partidária brasileira.

Estou entre aqueles que acham que a reforma eleitoral é uma das reformas de base reclamada com urgência maior pelo Brasil.

O Senhor Josephat Marinho — É a reforma de base institucional perfeita, para que a representação tenha, de fato, efetividade.

O SENHOR PRESIDENTE — (Fazendo soar as campanhas) — Lembro ao nobre orador que o tempo de que dispõe está a esgotar-se.

O SENHOR SENADOR VASCONCELOS TORRES — Vou concluir. Senhor Presidente. Fiz várias indagações nesta digressão, em torno de diversos problemas. Justamente, agora irei tratar do processo inflacionário brasileiro suas causas e seus efeitos. Há diversos tipos de inflação. Senhor Presidente, como opinam os economistas nas suas constantes e nem sempre bem sucedidas tentativas de arranjar rótulo e definição adequados para cada aspecto diferente dos fenômenos de natureza econômica que ocorrem sobre a face da terra.

Não é meu propósito, no presente momento entrar, ainda que o fizesse com humildade, nessa controvérsia acadêmica que se desenrola por aí fora, nos seminários de universidade e nas revistas técnicas de Ciência Econômica.

Que os economistas continuem procurando a sua verdade, pois, o que eu procuro é uma outra verdade é a verdade — ou pelo menos aquilo que me parece ser a verdade — re-

valida no cinerama da própria história do Brasil...

O que foi levado a constatar é que embora o termo inflação possa ser usado em vários sentidos, indicando distúrbios em diferentes setores de uma economia, o fenômeno inflacionário na sua essencialidade última reside no crescimento dos meios de pagamento sem o correspondente crescimento da riqueza material que justificaria, que daria lastro à existência de tais meios. Sim porque o dinheiro só continua, ainda, sendo dinheiro ao limite em que detém uma parcela de poder aquisitivo no limite em que caria quantidade de moeda pode ser trocada por um bem material qualquer.

A inflação brasileira decorre, fundamentalmente, como ninguém ignora, do fluxo quase contínuo de emissões de papel-moeda que desde a primeira República, vem sendo projetada no meio circulante do país.

Qual o motivo determinante dessas emissões?

Sem nenhuma dúvida, a contingência em que se viram os governos brasileiros, através dos anos, de dar cobertura aos déficits orçamentários.

Esses déficits têm sido uma constante na vida orçamentária brasileira. Um interessante quadro que nos é apresentado no bem fundamentado livro do Sr. Oliver Onody, "A Inflação Brasileira", nos mostra que de 1833 a 1958 apenas 23 exercícios financeiros a receita superou a despesa.

Ora sempre que os administradores, os financeiros e os legisladores esgotam seus esforços e não logram evitar a configuração do déficit orçamentário o governo responsável pelo problema desse déficit tem poucas alternativas para enfrentá-lo.

São elas:

1º — Declarar-se falido, o que equivale a levar o país à bancarrota;

2º — Contrair empréstimo externo ou interno e criar propícias condições para nossos déficits;

3º — Aumentar a pressão tributária direta e correr o risco de reduzir a vitalidade econômica do país e de ser apedrejado do poder;

4º — Emitir papel-moeda e manter, assim, o ritmo dos investimentos governamentais criando na faixa de longo prazo as perspectivas do fortalecimento da economia nacional, do pleno emprego, quadro dentro do qual não haverá lugar para futuros déficits orçamentários.

A emissão de papel-moeda é, como se sabe, uma forma de tributação indireta. Cada emissão implica no desgaste implicável de todo o dinheiro que está em poder das organizações e dos particulares e esse desgaste, essa diferença, para menos, no seu valor é a parcela de que o governo se apropria para atender a suas despesas.

A modalidade de tributação com substanciada nas emissões de papel-moeda é justa, no meu entender, pois quem mais tem, mais paga o que dificilmente acontece nos diversos casos de impostos diretos, inclusive o imposto de renda.

Esse confisco sistemático de recursos do contribuinte brasileiro, através das emissões sucessivas de papel-moeda, produziu através do tempo, duplo efeito...

Em primeiro lugar, forçou os que possuíam dinheiro entesourado a investí-lo, para defendê-lo de novas perdas de substância em seu valor. E essa tendência generalizada aos investimentos, ainda que gerasse algumas consequências negativas, como a especulação imobiliária, produziu movimento vigoroso de vitalização da economia nacional.

Em segundo lugar, as emissões de papel-moeda têm permitido que o Governo eleve, gradativamente, os salários da grande massa de servidores públicos, civis e militares e, atra-

vés do crédito propiciado às empréstas permite que essas possam também pagar a instituição do 13º salário, por exemplo, veio dilatar, mais ainda, essa transferência maciça de papel-moeda quase que diretamente das máquinas impressoras de Thomas de La Rue para o bolso de milhares de trabalhadores patricios.

Essa ampliação dos salários, observarei, tem criado mesmo levanto em conta a rápida deterioração do crezeiro, forte poder de compra na população, definindo a existência de imenso mercado — que tendo a expandir-se mais, até coincidir com a superfície inteira do país — e esse mercado, Senhor Presidente, representa, por si só, o maior e melhor "handicap" com que conta o Brasil para vencer o seu presente e encontrar-se tranquilo com o seu futuro.

Temos condições para expandir e baratear de tal maneira nossa produção industrial que na linha desse desenvolvimento, está o caminho certo, viável, imediato, pelo qual o Brasil poderá libertar-se de suas vicissitudes e assegurar a igualdade de oportunidade a todos os seus filhos.

E na linha exatamente da afirmação que acabo de fazer, quero observar que o que existe de grave na atualidade brasileira não serão os graves que se sucedem, ou fatos ou ros denunciadores de um progressivo desajustamento administrativo e político. Tudo isso é importante, concordo, deve merecer atenções dos que têm a obrigação de manter o País em ambiente de paz e trabalho — mas não é tão importante e tão grave, digo eu, quanto um outro fato revelado na frieza das estatísticas.

Refiro-me à queda verificada no crescimento da economia brasileira, em virtude da diminuição dos investimentos governamentais. Segundo observam analistas autorizados, a expansão da economia brasileira no ano em curso, não será suficiente para compensar o aumento demográfico. A produção de bens e serviços até ao fim deste ano, deverá ultrapassar a de 1952, em apenas 24%, ao passo que a população terá aumentado de 31%, em igual período.

Aí está, pois, o verdadeiro perigo que nos ameaça e do qual vejo o Governo estranhadamente descurado.

Senhor Presidente todos sabem o papel desempenhado pelo cêro, na primitiva tragédia grega. A margem da cena, ou mesmo em lugar invisível para os espectadores um conjunto de vozes entoavam cântico e declamavam poemas que se destinavam a situar o espectador na atmosfera da tragédia, a fazê-lo identificar-se com o seu tema e até mesmo a participá-lo dele.

Se o cêro, a tragédia careceria de sentido. Pálatria, para a indispensável autenticidade do espetáculo, a comunicação do espectador com a história.

Mal comparando, Senhor Presidente, foi o que pretendi fazer neste discurso. Dar o meu depoimento sobre a crise brasileira, na suposição — vá talvez de que ele represente pequena contribuição à suscitação de futuros debates nesta Casa, pelos quais a exata interpretação da problemática brasileira — da tragédia brasileira — possa vir a ser, de fato encontrada por todos nós.

Senhor Presidente. O país está numa encruzilhada. Existem animadoras perspectivas a longo prazo, como tive oportunidade de observar, mas a curto prazo a situação é terrível, ameaçadora vulcânica. O Orçamento federal para 1963 ora na linha de montagem, neste Congresso torna-se, lá possivelmente, consignado o déficit real de um trilhão de cruzzeiros!

Esse déficit, naturalmente, será coberto com novas emissões, pois nenhuma outra solução existe à vista. Nem mesmo o Plano Trienal, em que

chegamos a acreditar, pois, esse Plano foi sepultado na gavetas, ninguém sabe por que.

Ora, Senhor Presidente, o apelo às emissões de papel-moeda a que recorrem com persistência sucessivos governos republicanos brasileiros, até agora, não é ou não foi, em si mesmo um mal um pecado imperdoável para os que as determinaram.

Emitir foi mesmo para os governos brasileiros do passado não propriamente um erro, mas uma contingência, como procurei mostrar.

Enquanto, apesar das emissões a ascensão dos preços foi marcado por índices considerados toleráveis pelos economistas e a economia do País continuou em expansão a inflação em que pese seus aspectos negativos, atendeu fundamentalmente aos interesses da nação brasileira.

Ela, a inflação, repetirei, sob esse ponto de vista praticamente o único procedimento revolucionário dos governos brasileiros numa larga faixa de nossa história. Porque foi a inflação, completo o pensamento, repetindo o que já disse em outra parte deste discurso, que permitiu o aumento e a diversificação da produção nacional, bem como a criação de consumo para ela no mercado interno, resultados, ambos, de alta conveniência para o país como ninguém contestará.

Observarei todavia que a prática de emitir papel-moeda é, em certo sentido, algo semelhante a uma operação cirúrgica. Uma intervenção, de fora para dentro, no meio circulante, provocadora de traumatismo perigoso que não podem repetir-se, indefinidamente, sob o risco de comprometer a própria vida do paciente.

Ora, sem Plano Trienal sem qualquer outro plano, voltamos à política primária das improvisações, dos jogos contábeis, das soluções de emergência e de conveniência, e quecidos de que vivemos no século da planificação e tanto as democracias como os Estados totalitários não dispõem e utilização da técnica do planejamento, variando apenas a maneira pela qual o fazem.

Há em meu entender, Senhor Presidente, um papel um tanto recalcitrante urgentemente pelo Brasil que não se a sendo cumprida por uma parcela de nossas elites políticas.

Há em certos setores de nossas elites políticas evidente apatia pelas reformas de base de longo prazo incompreensão de que a solução do problema nacional só será encontrada através da alteração de algumas estruturas políticas, econômicas, administrativas, sem prejuízo, evidentemente do sistema democrático de governo. Uma incompreensão direi ainda de que, ou tratamos de anular os privilégios da minoria e de organizar o Estado brasileiro para todos os brasileiros — ou as tensões existentes explodirão em breve.

Quero terminar estas minhas considerações, Senhor Presidente, relembrando uma das muitas páginas de Ortega Y Gasset, que me causaram profunda impressão.

Disse aquele pensador, sem dúvida, um dos maiores cérebros deste século, na sua famosa obra Rebelião das Massas que o Estado é sempre — qualquer que seja sua forma primitiva, antiga, mediável ou moderna — o convite que um grupo de homens faz a outros grupos humanos para executar juntos uma empresa.

Esta empresa, quaisquer que sejam as variações consiste em organizar um certo tipo de vida comum. Estado e profeta da vida são termos inseparáveis. As diferentes classes dos Estados nascem das maneiras segundo as quais o grupo que representa o papel de empreiteiro estabelece a colaboração com os outros.

O Brasil é, portanto, para todos nós, Senhor Presidente e Senhores Senadores um projeto de vida uma em-

prêsa, dentro da qual todos os seus cidadãos têm direitos e deveres.

Se uma minoria, seja ela qual for, insiste em usar sua força política e econômica para afastar indefinidamente a necessária participação de todos os sócios nos lucros da empresa nacional brasileira algo de grave está acontecendo e os resultados serão imprevisíveis.

E esta, Senhor Presidente, é a minha conclusão final. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

Discursos pronunciados pelo Senador Senador Dix-Ruy Rosado na sessão extraordinária de 22 de outubro de 1963, que seria pu licação especial do Diário.

O SEN. DIX-RUY ROSADO:

— Sr. Presidente, Srs. Senadores no dia 22 de setembro, em nome do Prefeito de Mossoró PR, Raimundo Soares, dirigi ao Senado da República um convite, depois reforçado por requerimento do eminente colega Senador Walfredo Gurgel, para que esta Casa enviasse uma delegação às festividades do 30 de setembro, na minha cidade.

Ausente desta Casa por muitos dias, só hoje à tarde pude inspever-me para falar.

Por motivos alheios à minha vontade, não comentei, anteriormente, como desejava, nesta Casa, e o faço nesta sessão extraordinária, o discurso do Senador José Ernirio que, em companhia do Senador Jefferson de Aguiar, assistiu às solenidades naquela comuna norte-rio-grandense.

Prevalecendo-me do comparecimento de tão eminentes legisladores, tive oportunidade de projetar alguns dos aspectos da economia da minha cidade, da minha região e surpreendentemente ficamos, todos os mossoroenses, com o discurso do Senador José Ernirio que, quase em voo de pássaro, apreciou todos os problemas da minha região, e trouxe-os depois para projetá-los dentro desta Casa, como se já tivesse feito um acurado estudo. Só o hábito, a capacidade e a inteligência do Senador permitiriam que ele compreendesse tantos e tão variados problemas, rumo só golpe de vista.

Trinta de setembro! Podia deixá-lo aventar esta data, já que ela passou; mas sinto-me no dever de relembrar a esta Casa os nossos fastos e um pouco de nossa história.

A cidade tem que viver por muitos anos em fera empês aquela data, porque foi em 30 de setembro de 1833, cinco anos antes do 13 de maio de 1888 em que os meus co-municípios entenderam, num movimento patriótico, que já não podiam suportar a escravidão, e o movimento veio numa espécie de consunção cívica de outras terras onde, no Ceará, já uma cidade, a primeira do Brasil, libertara os seus escravos e as pregações e as vozes libertadoras ecoavam até nós.

Podia invocar muitos nomes, devia lembrar muitos episódios, mas desejo apenas passar perfunctoriamente para não deixar de registrar no meu modesto discurso o fato e a festa que celebramos naquela data. Repetindo uma história que outros povos realizaram com tanto esforço e tanta luta. Só a compreensão podia permitir que o meu município fosse o palco cívico, em que o Brasil viu despertar uma alvorada que havia de levar às suas luzes às mais distantes plagas da querida pátria. Há episódios que não devemos esquecer e nunca me cansarei de relata-los, por que tenho a impressão de que da comunicação de fatos do conhecimento de todos nasce uma espécie de liana fixadora que pode encaminhar e traçar o itinerário dos homens.

Fizemos a experiência, larga experiência da algaroba, mandando buscarla no Fern em vários outros lugares. Ela veio através de sua semente; leguminosa, com alto teor de proteínas. E mais do que isso, dadivosa, oferecendo a sombra e também a sua folha para alimentação do gado. Mas, a cautanga é irreverente. Ela não gosta de quem vem de fora. Ela resga. Sabe que é um corpo estrangeiro. E o elemento que veio de fora precisa se ajustar, se adaptar, lutar para se firmar, para fixar as suas raízes e aprofundá-las no solo tão mole, mas tão duro de vencer. A Algaroba freudejou, vicejou, deu raízes (2), mas depois de adulta entrou ao cuidado do preço de ter nascido em terra adversa. Requeria solo e solo profundo, solo bom de alguma qualidade. Anunciava-se que a algaroba podia ser plantada em qualquer terreno. Não, ela é precária neste caso. Ela gosta de andar junto com plantas invasoras, mas mais de que tudo gosta do solo de boa qualidade e no Nordeste, o solo de boa qualidade, não se encontra na região em que os portugueses se mancha, ao estabelecer as suas marchas, para a conquista e em destituição por completo do elemento vegetal. A algaroba em alguns lugares ela chegou ao ponto de ter sido quase sempre substituída por outras plantas, que se estabeleceram ali, adultos, leopoldos. Quando se veio trazer a algaroba, quando o ferro, para a substituição de algumas plantas e para a abertura de novos arbusos, ao invés de pequenas árvores, sentar-se por bosques, mas essa leguminosa estrangeira. A leguminosa que nós admiramos e por cuja preservação lutamos é a Juçuma que é a parenta da Algaroba; diz-se a algaroba do Nordeste. É o matorrão. O matorrão, que

uma leguminosa arbustiva extraordinária e que eu, na minha simplicidade, chamei-a de filé das caatingas do nordeste.

São essas forrageiras arbóreas que mantêm o gado capaz de comparecer a uma exposição, no mês de setembro.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar a campainha). Pondero ao nobre orador estar quase esgotado o tempo de que dispõe.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — V. Exa. podia me permitir mais alguns minutos?

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. dispõe ainda de 5 minutos.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Muito obrigado. Então pediria a V. Exa. para me manter inscrito para depois da Ordem do Dia. Perfeitamente, V. Exa. continua.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Srs. Senadores, o Presidente — todos viram — chamou a minha atenção, e eu devo atender, por força do Regimento. Mas desejaria prosseguir por alguns minutos, tomando valioso tempo dos eminentes colegas e pedindo desculpas, também, pela oratória nortestina, sem maiores cores mas desejosa, somente, de trazer — dentro ao coração do homem do Sul os nossos problemas, e também, cada vez, pela repetição, pela saturação mesmo do conhecimento, chegar às autoridades responsáveis para que possamos receber, não as soluções completas — porque essas precisarão de muitos anos — mas aquelas que podem atenuar de pronto os sofrimentos dos nordestinos. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR DIX-HUIT ROSADO NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE OUTUBRO DE 1953, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto às minhas considerações, analisando outro dos aspectos ventilados pelo nobre Senador José Ermirio, em sua oração. Antes de iniciar esta nova fase do meu discurso, desejo agradecer ao Senado a presença da Delegação nas festividades de Mossoró e, especialmente ao Senador Jefferson de Aguiar que, convidado para ser o orador oficial naquela memorável noite, proferiu oração que se gravou na memória do meu povo e permanecerá, por muito tempo, no seu coração. Deixou, S. Exa., em Mossoró, a lembrança de uma inteligência brilhante e, mais do que isso, de uma memória extraordinária, porque, sem conhecer as datas e os episódios da História de minha cidade, — naturalmente, poucas horas depois de aceitar o convite, proferiu discurso, no qual, reproduziu de memória várias dezenas de nomes e de datas, surpreendendo a cidade inteira. Falou como se fosse um filho de Mossoró.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Agradeço as bondosas referências de V. Exa.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Sr. Presidente, dois assuntos focalizou o nobre Senador José Ermirio, que são tão mossoroenses ou areia-branquenses como são brasileiros: o da produção do sal, do transporte dos portos salineiros. S. Exa. citou dados do conhecimento da técnica, números que surpreendem os que não os conhecem, os milhões e milhões de toneladas de carvão, ou de petróleo, economizados com a fabricação do sal através da evaporação pelo sol e pelo vento.

O Sr. José Feliciano — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Com prazer.

O Sr. José Feliciano — O Senador José Ermirio, ao dar conhecimento à

Casa da visita que faz à Cidade de Mossoró, transmitiu-nos que eram extremamente favoráveis as condições para a produção do sal. No entanto, gostaríamos que V. Exa. esclarecesse porque o sal do Rio Grande do Norte, tão facilmente extraído, não pode competir no mercado internacional com o produzido em outros Países. O sal do Rio Grande do Norte somente pode ser apresentado ao comércio internacional, acima de vinte dólares a tonelada, enquanto que outras Nações oferecem idêntico produto por pouco mais de dez dólares a tonelada.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — A pergunta de V. Exa., naturalmente, deveria estar com a resposta, incorporada ao itinerário do meu discurso. E ela teria que ser feita por V. Exa., ou até por mim mesmo no curso da minha oração.

Não é difícil de explicar, temos os dados para o devido esclarecimento. O sal até pouco tempo era vendido no atóreo a dois cruzeiros e cinquenta centavos o quilo. A nova composição de salários e as novas taxas fizeram subir o preço do sal para quatro mil e quinhentos cruzeiros a tonelada à margem dos rios, ou à margem dos atóreos, depois de produzido. Mas esse preço ainda mais se avanta, principalmente pela disposição dos portos do Brasil.

O porto de Areia Branca não fica no estuário do Mossoró, como os portos tradicionais ficavam nos estuários dos rios, e mesmo depois de projetado e construído, ainda será um porto oceânico ou um porto teleférico, qualquer que seja a denominação que se lhe dê, no futuro. As pequenas barcas à vela, ou de outro tipo, entram pelo rio Mossoró ou pelo rio Açu, dependendo da área de operação, e se acostam às margens para receber o sal que é produzido nos baldes. Viu-o, admirado, o Senador José Ermirio, quando "furamos" pela primeira vez a salina da Sosal. Na primeira produção, deu uma camada de sal equivalente à altura de um metro em horizontal. Era natural, se S. Exa. ficasse admirado vendo um produto que dependia da água do mar, que estava a vinte metros, e do vento morno que batia em nossas faces e do sol que esquentava as nossas cabeças, como era natural que estabelecesse aquelas comparações extraordinárias acerca dos valores dos combustíveis. Via que o nosso combustível era de graça, que a nossa matéria-prima era uma dívida do céu, e tinha que perguntar por que sendo a operação tão barata, chegava o produto tão caro aos centros consumidores.

Então veio a "via crucis" da barca rebocada por pequenos rebocadores, ou levada pelo terra nas manhas do Nordeste, até o chamado Camarão, que é um mar aberto a doze, quatorze, dezesseis quilômetros, e encontra os navios. A operação é difícil e perigosa e muito mais cara, que difícil e perigosa.

Esse é o primeiro passo a primeira parcela pesada que se adiciona ao preço inicial de quatro mil e quinhentos cruzeiros, atualmente cobrado no atóreo. Vem depois as taxas os fiscais, a marinha mercante, os valores exagerados dos fretes, novamente o desembarque, as taxas, as docas, os arrumadores, a resistência, os estivadores, todos esses ganhando salários elevados que podem ser justos até, mas não podem ter um estatuto comparativo em relação a outros salários e vencimentos.

Os Senadores e Deputados que no julgamento de muitos nos lugares mais próximos do Distrito Federal e nos mais afastados, ganham milhares de cruzeiros por mês, e que não é verdadeiro, nós recebemos pequena importância frente aos salários dos arrumadores, dos estivadores e

mestres de barcaça, ganhamos poucos subsídios em relação a esses salários tão elevados que mesmo justos representam sensível desnível.

Eu até justificava que os salários fossem elevados se houvesse uma espécie de paralelismo entre aqueles tipos de salários e os outros, para que não houvesse uma discriminação salarial tão gritante.

A segunda e terceira etapas são a carga e descarga do sal e uma distribuição onerosa, através de caminhões, estradas de ferro, sofrendo o mesmo e pesado ônus das taxas e salários elevados e nestas condições, tem que ser distribuído em Goiás, ao preço de Cr\$ 60,00 o quilo e no Rio Grande do Sul, por exemplo, a Cr\$ 70,00 e não se em junho não custará Cr\$ 100,00 o quilo do sal na zona consumidora.

Ninguém tem o direito de surpreender-se por que se hoje subiu o preço da gasolina por questão de equipolência dos valores do câmbio do dólar de importação, amanhã, veremos que assistir a outras elevações.

Tenho a impressão de que poderíamos fazer ao julgamento do Senado o mesmo julgamento. Não podemos entrar no comércio internacional e posso ainda adiantar que não foi o patriotismo de determinados setores da administração atual, temário o ano passado, importando o sal porque com os enchentes do Rio Mossoró e em 1961, com as enchentes do Rio Piranhas, as salinas foram quase todas destruídas, sob uma alegação falsa, porque conhecia o problema por inteiro.

Alguns setores da indústria nacional desejavam a importação de cento e cinquenta mil toneladas de sal. Esse sal, indiscutivelmente, chegaria mais barato do que o nosso. A Nação, no entanto, tinha que proteger-se dessa sangria, dessa flebotomia desnecessária. Não permitiu o Governo que essa transação onerosa fosse feita. Eu também estava vigilante e denunciaria, desta Casa, com toda a veemência, inclusive citando os nomes dos responsáveis do episódio da importação do sal.

O Brasil pode produzir cinco milhões de toneladas de sal e está produzindo apenas a metade do seu consumo e não poderia permitir que se sangrasse não só a economia nacional, mas também se dessanguasse uma indústria que é básica para o Nordeste do Brasil, como é para o Brasil inteiro.

Acredito ter dado resposta à altura de sua questão.

O Sr. José Feliciano — Permite V. Exa. outro aparte? (Assentimento do orador) — Comunicou-se também à Casa que um fiscal aduaneiro do porto salineiro que atende Mossoró ou Macau perdia cerca de 420 mil cruzeiros mensais, quando o Prefeito da cidade e o Juiz de Direito percebiam cerca de 25 mil cruzeiros por mês de ordenado. Com essa anarquia salarial, nesse setor, V. Exa. vê grandes possibilidades na exportação do sal, através do sistema rodoviário do Nordeste, em conexão com o sistema de Centro-oeste?

O SR. DIX-HUIT ROSADO — A verdade é mais grave: os salários são mais elevados. Há gente que ganha mais de 400 mil cruzeiros. Um moço de convés, se trabalhar duas semanas no mês, pode ganhar esses 400 mil cruzeiros. E, se trabalhar normalmente, ganhará 200 mil cruzeiros.

A questão de distribuição de sal pelas rodovias do Brasil é uma explosão, uma reação aos índices naturais porque, se estabelecermos uma escala para o transporte, a navegação marítima ficará com 1, o transporte de caminhão está correspon-

dendo a 3,9, e o transporte marítimo a pouco mais do que isso.

O Sr. José Feliciano — Nobre Senador, a escala a que V. Exa. se refere neste momento, traduz o índice de um sistema normal de transportes. Mas, com a situação atual do Brasil, nós vemos que há, segundo a Associação Rodoviária Brasileira, uma alteração desse índice. O transporte de caminhão está correspondendo a 3,9 e o marítimo a pouco mais do que isso.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Até a semana passada, pelas notícias que tenho recebido e estou recebendo — e isso é uma espécie de bolsa rodoviária — o preço dos caminhões oscila dependendo exclusivamente da lei irrevogável da oferta e da procura. Semou-se a necessidade da distribuição do sal o impacto de mercadorias perecíveis que estavam sendo produzidas no nordeste brasileiro e que exigiam transporte imediato. Então, passou a sofrer esse impacto. A escala a que V. Exa. se refere sofreu uma pequena modificação, retornando ao nível normal. Já não seria, efetivamente, 3, 9 e 1 mas seria 1, 4 e 7 ou 1, 4 e 6, porque além do algodão produzido no Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, Piauí, há a grande quantidade de arroz produzido pelo Maranhão, os óleos vegetais, as farinhas, a cebola, exigindo, como mercadorias perecíveis, transporte imediato e rápido.

Então, vem a solicitação e a oferta de preços, melhorando consequentemente a posição da navegação, mas melhorando aparentemente porque o razoável é que ela ficasse nos seus preços de origem e que não houvesse a exacerbação do transporte rodoviário, porque este pesado, oneroso, ainda se fixa dentro de tabelas que se modificam por algum tempo num mês, dois meses e às vezes até num ano, mas as tabelas rodoviárias, essas não, essas sofrem a emoção da hora, o interesse do instante em que os produtores carecem de suas mercadorias entregues nos pontos de consumo. Então torna-se difícil se fixar um rumo de distribuição de sal, mercadoria que chega a atingir um milhão de toneladas e que precisaria normalmente de cem mil caminhões para transportá-la. Era um peso muito grande para as nossas rodovias suportarem e para nós adquirirmos pneus, gasolina, caminhões que pudessem complementar esse transporte. Acho que isso será como uma espécie de maré-vasante e maré-enchente. Um dia a rodovia vai transportar sal, mas de vez em quando o sal retornará ao seu transporte comum, legítimo nativo, que é a marinha mercante, que tem de vir para os grandes portos. Esses, sim, devem ser melhorados e precisam ser melhorados e na sequência do meu discurso, de meu singelo discurso, ainda, fixarei outro aspecto do problema, no sentido de atender à questão que o nobre colega tão inteligentemente me apresentou.

Sr. Presidente, as duas perguntas do Senador serviram até para auxiliar a contextura de minha exposição.

S. Exa. deve sofrer aqueles problemas na própria carne porque fez a pergunta como quem conhece, como quem conhece, como quem vive o problema. Deve ser criador, deve consumir sal, seu gado precisa de sal.

O Sr. José Feliciano — O meu Estado, Goiás, tem 80% da sua renda originária na produção agropecuária.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — A resposta completa perfeitamente o meu raciocínio.

E o gado sem sal, a pecuária sem sal não é pecuária, não tem saúde, não tem peso, não produz, os bezer-

ros nascem para morrer — quando nascem.

Há portanto vários aspectos, várias facetas muito grave do problema da distribuição.

E essa distribuição somente pode fazer-se bem quando nasce bem. Levamos — eu, pessoalmente, e alguns amigos meus — levamos os Senadores Jefferson de Aguiar e José Ermírio para ver o problema no nascedouro. S. Ex.^{as} viram, viram o problema no nascedouro. Viram os baldes, os chocadores, viram o sal feito, apreciaram, furaram aquela grande salina que está sendo construída em moldes modernos, e se surpreenderam por aquelas facilidades que eu apontei no começo da minha exposição.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Com muito prazer.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Na visita que fizemos às salinas da SOSAL, tivemos oportunidade de verificar que a mecanização ali já está sendo iniciada, com o apoio do Instituto do Sal, dirigido pelo eminente irmão de V. Ex.^a, elevando a produção do sal, só naquele setor, de 150 mil a 500 mil toneladas. Tive ensejo de verificar que as obras já possuem capacidade extraordinária para a economia riograndense do norte. Igualmente as expressões que ouvi de lavradores e chefes políticos do Rio Grande do Norte entusiasmarão-me com relação aos vales do Apodi e do Açu, sendo que neste último, segundo me informaram, há depósitos de água quase oceânicos a quatro metros de profundidade, permitindo a exploração vantajosa daqueles vales ubérrimos em favor da economia do Rio Grande do Norte e da grande área nordestina. A visita que fiz a Mossoró entusiasmou-me, extraordinariamente, como tive ensejo de declarar a V. Ex.^a e a todos aqueles que visitaram Cantópolis. Vi a construção e inauguração de uma escola, cuja construção me surpreendeu pelo prazo exigido que o Sr. Presidente do Instituto do Sal teve, 105 dias, sendo que as últimas obras foram vistas por mim quando se realizavam em ritmo superior ao de Brasília. O hospital, magnificamente instalado nas proximidades da escola, é também outro marco que enaltece a família de V. Ex.^a na recuperação econômica de Mossoró.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Muito obrigado.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Todas aquelas festas programadas e a exposição do gado tão bonito, de aparência tão robusta. Aliás, o nosso prezado amigo Tarciso Maia teve ensejo de ganhar dez votos e dois prêmios oferecidos aos exibidores.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Foi quase uma violência tantos prêmios.

O Sr. Jefferson de Aguiar — E outros parentes de V. Ex.^a, como Vossa Ex.^a também, ganharam outros prêmios, demonstrando todos a preocupação de transformar o "facies" econômico do Rio Grande do Norte. Esta colaboração patriótica da família de V. Ex.^a, que tem, inclusive, um marco no cinema que está construindo — o Cid — na praça onde tem em bronze perpetuada a figura extraordinária de Dix-Sept Rosado, o Governador vitimado em acidente de aviação quando defendia os interesses do seu Estado, — esta colaboração mostra que toda a família Rosado está interessada no progresso do Rio Grande do Norte. Quero louvar publicamente esta ação e testemunhar a grandiosidade dela, que se perpetua através da atividade de V. Ex.^a e dos seus irmãos, como de todos os mossoroenses, no engrandecimento da cidade, que merece realmente o lugar de destaque que conquistou unanimemente, sem ter as vantagens do poder político cu da

participação econômica na Federação.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Agradeço, com emoção quase, as palavras de V. Ex.^a, em relação a mim, meus irmãos e minha família.

Desejo passar rapidamente sobre um dos aspectos que V. Ex.^a focalizou a respeito do lençol freático do Apodi e do Açu, que têm suas nascentes tão distantes e beneficiam minha terra.

O lençol freático do Açu tem um potencial hidrológico extraordinário, mas, além disso, há a qualidade aluvionar das terras subjacentes que têm a capacidade de produzir culturas em níveis tão elevados que surpreendem aos mais entendidos.

Ainda há outro aspecto: o Apodi não é tão rico em água nem tão boa a terra como a do Açu, mas tem outras vantagens, ao lado e mais acima, provenientes das chapadas, em que a água depositada no arenito atinge, como V. Ex.^a disse, a expressões quase oceânicas.

Este assunto tem sido projetado a partir do Governo Jânio Quadros, quando o Senador João Agripino era Ministro das Minas e Energia. Infelizmente, S. Ex.^a apenas pôde despertar problema de tamanha magnitude. Mas eu e nossos companheiros temos levado ao conhecimento dos responsáveis pela administração do Brasil, aos dignitários da República, com verdadeira emoção e interesse, o valor dessas reservas, que precisam ser aproveitadas, para a própria recuperação das chapadas de Serra Verde, Governador — DIX-SEPT. O Apodi divide essa chapada em duas partes. Essas reservas são imensas, mas ainda não aproveitadas.

Tenho referência a poços feltos e que alcançaram, a pequena profundidade, o arenito, bem como conheço ao potencial do Poço de Gangorra. Não quero repetir o argumento, para não cansar os meus ilustres colegas. Tenho um alvo na minha exposição desta noite, que é chegar ao Porto de Areia Branca.

Dei rapidamente esses dados para colaborar no aparte que V. Ex.^a, com tanta atenção e bondade, trouxe para enriquecer minha exposição, meu discurso, nesta noite.

Quero voltar aqueles aspectos que V. Ex.^a também focalizou, ou seja, a mecanização das salinas, através também da ajuda financeira do Instituto do Sal.

O Instituto do Sal recebeu do Congresso Nacional aquela grande arma, que pôde, depois, desdobrar em benefícios, e que foi o "ad valorem". Todos os Senadores deram a sua colaboração. Inclusive a deram Senadores salineiros, que sabiam ter de pagar aquele imposto e que o votaram porque compreendiam a justiça da taxa que se criava. Através disso, o Instituto, que era uma figura morta, passou a ser elemento vivo, para a grande e promissora indústria do sal no Brasil. O Instituto, hoje, tem recursos inclusive para essas atividades de empréstimos aos industriais do sal, a juros razoáveis e a tempo longo, com a finalidade de permitir a mecanização das salinas, inclusive das menores para evitar o perigo que o Senador José Ermírio de Morais apontou — não sei se compreendi bem a expressão de S. Ex.^a — do monopólio do sal. Isto traria graves danos para a Nação, e é por isso que o Instituto do Sal, como elemento controlador, tem a obrigação de preservar até os pequenos produtores e dar um sentido cooperativista aos menores para que eles, também, possam receber a lição dos que já mecanizaram suas salinas, produzindo mais e consequentemente ganhando muito mais.

Dai aquela parte que V. Ex.^a teve oportunidade de ver: aquelas Varzeas tão grandes aonde o Senador José Ermírio apreciou as miragens.

E passamos no local em que essas miragens apenas apontavam. Mais uma hora e meia e assistiríamos àquela, espetáculo quase impossível de ser imaginado, pela surpresa com que nos deparamos observando aquelas oásis imensos na planície, e que depois se desfazem como esperanças que se foram, mas que não deveriam nos intimidar quanto ao problema de sal. Isto por que, ao lado da miragem que se desfaz, com relação ao problema do sal teremos, dentro do seu próprio bôjo, o interesse nacional de realizar uma grande obra duradoura em favor desta Nação.

O sal produzido nessas condições colhido mecanicamente, transportado em esteiras para os batelões já sem as velas que encarecem pela obrigatoriedade das tripulações que espionam mais do que dão ao barco, por que são desnecessárias e a presença do trabalhador desnecessário é um ônus na produção. A mecanização, então, quebraria um pouco dessa corrente de ascensão no preço e na valorização injustificada do sal.

Depois de sair dali iria para os batelões. Mas o nosso problema principal é a construção dos portos, ou pelo menos do porto. Defendo os dois grandes portos, mas sei que, por exclusão, devemos começar pelo Porto de Areia Branca. Não digo isto por ser o porto da minha terra. Quero ressaltar também que não sou salineiro. Por isso falo à vontade. Sem estar empenhado na indústria, posso discutir a questão como entender, como achar conveniente, e ninguém poderá dizer que defendo meus próprios interesses.

O interesse é do Brasil. A questão que debate está ligada à minha região. Um Estado como Goiás, que tem 80% dos seus recursos advindos da agropecuária, tem que estar umbilicalmente ligado a nós pelo mesmo problema.

O Porto de Areia Branca foi, durante longos anos, o 6º do Brasil em volume e hoje é o 10º, devido às sobrecargas que advieram do descaso de governos passados.

O Sr. Ruy Carneiro — (Com assentimento do orador) — A construção do Porto de Areia Branca constitui velho sonho das populações daquela região.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — O problema não foi criado neste Governo. O Governo atual recebeu a herança de vários outros que entenderam que as greves marítimas podiam ser simplesmente solucionadas com acréscimos de salários e ao envés de estudar o problema, no seu cerne, para resolvê-lo dentro de um sistema de equilíbrio em que os interesses nacionais fossem também equiparados aos interesses da classe.

Voltemos, então, ao Porto de Areia Branca e às razões por que o defendo. Se pegássemos um mapa e olhássemos a geografia do Nordeste, veríamos os centros produtores caminhando, numa nervura que se engrossa, até chegar ao Porto de Areia Branca, aproximando-se muito mais dos portos: dos respectivos Estados, Crato, de Fortaleza; Cajazeiras, de João Pessoa e Cabrobó, de Salvador. Veríamos que a distância em todos é superior a de Areia Branca.

Não é o argumento principal, porque toda essa geografia poderia ser favorável e não explicar a preferência por Areia Branca. A preferência vem porque Areia Branca é um porto de carga geral. Entrega aos grandes navios carga geral e recebe de volta carga geral. Macau é um grande porto salineiro, mas somente um porto salineiro. Logo ele tem sobre Areia Branca, dentro da influência das salinas, a mesma prioridade que o Porto de Areia Branca. Mas aquela prioridade de Areia Branca fica estrelada, ao grau 10 estrelado, com a contribuição de outras mercadorias.

Em Areia Branca todas as cargas: o algodão, óleo, tortas, enfim, toda a produção do Nordeste pode ser carregada para o Porto de Areia Branca, enquanto Macau é o porto salineiro.

Sei e tenho conhecimento desse porto e já apresentei ao eminente Presidente João Goulart estas razões numa exposição ou em mais de uma exposição que lhe fiz. Ele compreendeu o valimento da solução, recomendando fortemente a continuação do estudo do Porto de Areia Branca, do contrato para o projeto do porto, que deve ser um porto oceânico, e estudarmos antes aquela solução do porto teleferico.

Eu nunca podia aceitar uma ponte de ferro ingressando no mar para se estragar com os ventos de outubro e as marés de janeiro. Não sei se isso tudo era resistente para suportar uma sobrecarga tão grande.

Quando criança assisti navios ingressarem no estuário de Mossoró para apanhar o sal, porque me permitia a velocidade e a imaginação fabulosa de criar uma ponte entrando no mar para encontrar navios lá fora. Não podia minha lógica de criança admitir, e ainda mais somada à minha experiência de homens.

E por isto que estou convencido de que a recomendação do Presidente João Goulart será atendida rigorosamente pelo Ministro Expedito Machado, que dará providências para a feitura do projeto do porto de Areia Branca, imediatamente começará a construção, porque os estudos já estão feitos, inclusive as turmas fizeram o levantamento batimétrico, tudo está pronto para se fazer o projeto e iniciar-se a construção.

E mais do que isto: mais difícil que tudo é o dinheiro, que já está no orçamento. O que falta, é cumprir-se a recomendação que o Presidente João Goulart fez interessadamente depois da exposição que fiz sobre este problema e ainda aquele outro que me apaixonou tanto quanto este, que é o problema dos portos tubulares na chapada do Rio Grande do Norte.

O Sr. José Feliciano — Vossa Excelência deve-me desculpar a interrupção da sua brilhante exposição, porém minha ansiedade é muito grande diante do fato relatado. Há poucos dias, segundo o qual, nos Bancos da área do Nordeste, em virtude de lei recentemente sancionada atribuindo às empresas particulares a possibilidade de depositar parte do imposto de renda para o incremento ou o desenvolvimento da área do Nordeste, cerca de 40 bilhões de cruzeiros, cujo prazo de depósito se deve extinguir dentro de poucos meses. E problema como esse que V. Ex.^a expõe está ainda carente de solução por falta de dinheiro, quando existem 40 bilhões de cruzeiros paralisados no Nordeste, em função do art. 34.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Não estou certo de que os números que V. Ex.^a apresenta são os reais. Em verdade, minha informação é bem mais baixa do que essa. O que vale, porém, é que a aplicação desses recursos tem um enquadramento, tem que ser aplicado em indústrias que tenham sido aprovadas devidamente pela SUDENE. Acredito que o montante não será tão elevado.

O Sr. José Feliciano — A informação foi-nos dada pelo Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Se a informação vem com o *imprimatur* desta valia, tem o significado especial no meu discurso. Vale como elemento — V. Ex.^a trouxe — para a solução desses problemas.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Dá realce ao argumento de Vossa Excelência.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — A par da construção do porto de Areia Branca, que estou convencido que

partir deste ano iniciaremos a sua construção, ainda há aqueles problemas que têm significado profundo na economia nacional, que é o aproveitamento das águas residuais, das sobras na produção do cloreto de sódio. O nobre Senador Jefferson de Aguiar viu a fortuna voltar ao mar.

Com que pena assistimos, dezes e dez anos de verdadeira riqueza retornar ao mar. São as águas mansas ou residuais, ou as sobras das salinas, ou qualquer nome que se dê, a verdade é que a riqueza retorna ao mar e, está convencido, ele não precisa dela.

O que é necessário fazer, o que se deve fazer?

E o rápido aproveitamento das duzentas milhões de metros quadrados daquele elemento essencial, no instante em que se discute a toda hora a reforma agrária, o estatuto da terra, a produtividade. Este problema deveria ficar como uma interrogação grave. Como é possível trabalhar a terra, como é possível dividir a terra, como é possível dar a terra, sem ter um dos instrumentos da técnica, no Brasil que é a adubação?

Não é possível fazer-se a adubação em nosso País com a importação do potássio. Pois é esse potássio, que como milionários esbanjamos, fazendo retornar em tantas décadas milhões e milhões de toneladas que, como citou o Senador José Ermírio, daria para produzir cerca de duzentas mil toneladas por ano, suficiente para a fabricação dos potássios como os utilizados com a exploração do petróleo, os fosfatos de fosforito de Clinda ou qualquer outro lugar, o potássio que falta no tripé que é essencial a qualquer programa de reforma agrária ou de aumento de produtividade. Porque na minha experiência e na de todos que falam com sinceridade, a terra no Brasil vai voltar, na reforma agrária, com um ou dois por cento do seu valor, porque, ao comparar as terras onde se fizeram reformas agrárias com regiões de países estrangeiros os preços são muito mais altos, entre com gás ou querosene, em países impulsionados, com uma densidade demográfica violenta, dominadora, em que quem não se encaixa na terra tem de sair.

Nossa culpa a terra entrou em um pequeno valor. Acreditamos no Brasil, em certos países, a terra vai voltar com a porcentagem de 0,1%, não sei qual em verdade, o valor das terras é muito mais elevado e produtivo.

Devemos cuidar do problema das terras próximas às rodovias e das áreas. É verdade que isto será feito de acordo com o plano das comissões, mas a terra pode produzir e dividir grandes terras, dando garantia a quem tem a infidelidade por muito tempo, de fazer a terra. Todo lavrador que pudesse ser campeão, proprietário no Rio de Janeiro ou em São Paulo, tem melhor ter um edifício do que ter lavrador. Muitos tiveram a infidelidade de nascer no de certo e outros morreram em terras bonançosas, e ficaram como o Paraíso Santa Orelana e Rio Grande do Sul. Com a terra e suas raízes. Permaneceram fixados no seu solo. Difícilmente poderão arrancar, porque se arrancar sentirão profundamente que não se será capaz de sobreviver. Se for bem filho, e tiver a sua terra, presente como a sua própria família, que é, para de tudo, a força essencial e celular da nossa Nação. Então se consegue fazer.

O Sr. José Feliciano — Vo sa Excelência poderia um aparte?

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Pois não.

O Sr. José Feliciano — Nobre Senador qual é a estimativa do custo do projeto do pórtio e do projeto da industrialização da zona das águas das salinas do Norte?

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Se V. Ex. soubesse com rigor esses números ficaria admirado, porque eles não são tão elevados, não são tão as-

tronômicos. São apenas alguns bilhões. Poderíamos contrair os dedos de uma mão. Construiríamos o Pórtio de Areia Branca e, com os outros bilhões que poderiam ser contrados nos dedos da outra mão, trataríamos do aproveitamento das águas residuais.

O Sr. José Feliciano — Segundo estamos informados, só nos bairros do Rio Grande do Norte há cinco bilhões. O SR. DIX-HUIT ROSADO — Estou informado de outras coisas pois há pessoas no Rio Grande do Norte que têm fortunas mas não estão desistindo empregá-las. Não posso indicar ninguém porque não posso indicar os seus lucros. Is o seria, nessa hora, uma indicação da minha parte.

O Sr. José Feliciano — Mas são cinco bilhões que estão aguardando aplicação, e que têm prazo fatal. Esta aplicação depende de regras.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — As regras estão sendo observadas. Por exemplo, na minha cidade há uma indústria que pode receber grande parte desses recursos, uma indústria de fios finos ou tecidos finos, um grupo da minha região, reunido a grupos do Ceará, estão criando construído grande indústria que pode receber subsídios desta natureza para desenvolvimento da indústria. Sei que várias indústrias estão enquadando.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Permite V. Ex.? (Assentimento do orador). Se não me enganou falávamos, em Mossoró, também sobre a possibilidade de fabricação de soda cáustica, de fosfato cálcico, e do carbureto.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Perfeito, conversei com o Senador José Ermírio pedíamos partir do nos o carbureto de cálcio tão para, apenas com alguns milhões de dólares e partir para o carbureto de cálcio, para o fosfato cálcico e também para os plásticos, além da indústria de açúcar e de soda cáustica, depois da chegada da usina da Paulo Afonso através do projeto eletrificado que seria uma fonte de renda muito grande.

O Sr. Jefferson de Aguiar — E do mesmo.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Do bitão, do aço e madeira.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os campainhas) Lembrando o tempo de 5 minutos de que dispõe para concluir seu discurso.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Agradeço a V. Ex. ter-me concedido a palavra e permitido fazer tão grandes expostos, quando todos estão cansados.

Porém como é ponto de coluna vertebral e indústria, para que ele alcançasse os centros mais noores de distribuição e de comercialização.

Não quero prolongar-me, conto a adveniência de V. Ex. Sr. Presidente. Faço votos para que as comissões, através enchem um pouco além da justiça mal preparada desta Casa e que o nosso idealismo e patriotismo do Sul do Centro, do Norte e do Nordeste façam convocar a boa vontade da administração nacional, a fim de que os problemas ora mencionados encontrem solução e, por fim, possamos dizer: cumprimos o nosso dever! (Muito bem! Muito bem! Palmas).

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Especial incumbida de efetuar o levantamento da produção mineral nacional e estudar as medidas capazes de possibilitar a industrialização dos mesmos

3ª REUNIÃO, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 1963

As dezesseis horas e vinte e cinco minutos, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senho-

res Senadores Júlio Leite, Vice-Presidente, (Presidente em Exercício), José Ermírio, Relator, José Feliciano, Eugênio Barros, Atilio Fontana e Mello Bressa, reuniram-se a Comissão Especial incumbida de efetuar o levantamento da produção mineral nacional e estudar as medidas capazes de possibilitar a industrialização dos mesmos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Milton Campes, Presidente, Bezerra Neto e Lopes da Costa. E dispõem da leitura da Ata da Reunião anterior. O Senhor Presidente declara aberta a Sessão concedendo a palavra ao Senhor Senador José Ermírio, como Relator da Comissão para iniciar o diálogo com o Sr. Dr. Augusto Azevedo Antunes, segundo notas taquigráficas abaixo.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Secretário, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, está aberta a sessão. Esta Comissão foi criada em virtude de requerimento apresentado pelo Sr. Senador José Ermírio.

Assim pediria a S. Exa. explicasse os motivos pelos quais pediu a constituição deste órgão especial.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Senhor Presidente, Srs. Senadores, Senhores Diretores da ICOMIE.

O Brasil é um País que, no exterior, é conhecido por suas imensas reservas minerais. Em realidade, muito pouco tem sido feito para o seu desenvolvimento. Pelo que conhecemos, uma das poucas regiões do País que exporta cerca de 800 toneladas de minério é o Amapá, através da ICOMIE. Essa companhia foi formada, se não me engano ao tempo do Coronel Januário Nunes. Pode a mesma ser organizada em conjunto com os diretores da INCOME e da qual participava a Bethlehem Steel Corporation.

Tivemos notícias de que, no início a ICOMIE deveria empregar 20% dos seus lucros no Amapá. Tivemos ainda conhecimento que, sendo dirigida por brasileiros — pois a grande parte do capital devia estar nas mãos destes 51% — ela naturalmente deveria fazer um programa ativo, sem se deixar levar por interesses exteriores. Tivemos também informações de que havia um projeto para se construir a Usina do Paredão e outro projeto que a zona agrícola ao longo da estrada de ferro devia ser desenvolvida para pelo menos alimentar os cidadãos do seu próprio Território. A exportação por via própria, como a organização ferroviária tem-se processado de maneira bastante normal.

Por estes motivos, gostaríamos de ouvir a exposição do lustrre Diretor da ICOMIE.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Azevedo Antunes.

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Sinto-me profundamente honrado com o convite que recebi ontem pelo telefone e me apressei em vir ao encontro de V. Exas. não só honrado pela oportunidade de transmitir informações aos Srs. Senadores mas também pelo ensejo de poder responder às perguntas que foram feitas e, assim, a respeito de nossas atividades.

Sr. Presidente, esse empreendimento é de tais proporções realizadas em condições tão excepcionais que, na realidade, peço a paciência dos Srs. Senadores para fazer uma exposição sobre o assunto.

Inicialmente, a empresa Indústria e Comércio de Minérios — ICOMIE foi fundada, sob minha liderança, em Minas Gerais. Desde 1937, um grupo

de brasileiros se dedicou à mineração do ferro, do manganês, do calcário, do dolomito, e das matérias-primas para a indústria siderúrgica. Desenvolvemos essa atividade em Minas Gerais e, mais tarde, viamos a constituir a ICOMIE, empresa constituída exclusivamente de brasileiros, sediada em Belo Horizonte, e que, em 1937, participou da concorrência a que foi convocada pelo então Governador do Território do Amapá.

As jazidas do Território do Amapá eram desconhecidas; havia uma notícia, dessa ocorrência, dada em 1924, mas o contrato efetivo só se realizou em 1933, quando o Governador do Território do Amapá, o então Capitão Januário Nunes, mandou publicar edital, convocando firmas e capitalistas nacionais e estrangeiros interessados por essa riqueza e por seu desenvolvimento. A descoberta dessas jazidas ocorreu no início do Governo Dutra, quando este dispunha de poderes excepcionais para expedir decretos-leis. Na época, as jazidas foram reconhecidas pelos geólogos brasileiros que recomendaram ao então Governador tomasse medidas para o seu desenvolvimento. Trata-se de depósito mineral situado no coração da floresta, a duzentos quilômetros de qualquer lugar civilizado. Se esses depósitos fossem divididos em vários pedidos de pesquisas, na forma da lei — e houve precedente, ocorrido em Minas Gerais, nas jazidas de cassiterita — tornar-se-ia inexistente o aproveitamento dessas jazidas, porque o esforço, o investimento necessário para atingir essa área não seria possível tal partilha entre inúmeros concessionários. O General Dutra, então Presidente da República, expediu o Decreto-lei nº 9.858, de 1946, considerando essas jazidas como reserva nacional e cujo aproveitamento deveria ser feito em benefício do Território do Amapá, entregando o aproveitamento, quer ao Estado, quer à iniciativa privada, mas sendo que esse aproveitamento deveria ser planejado e ordenado pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia.

Em vista do convite feito pelo Governador, tivemos oportunidade de ir até o local. Devo dizer aos Srs. Senadores que naquela ocasião, na primeira viagem que fiz ao Amapá em dezembro de 1946, gastamos 72 horas para chegar ao local das jazidas. As jazidas estão situadas a 200 km de qualquer lugar civilizado, no centro da floresta amazônica. De modo que estamos três dias para penetrar no local, e nada havia, a não ser...

O SR. ATILIO FONTANA — Partindo de que lugar?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — De Macapá. Fomos num jipe até Amapá; gastamos o primeiro dia até Amapá. No segundo dia, subimos a montanha do Pico com um motor de pópa de cinco cavalos. No terceiro dia chegamos lá.

Hoje os senhores vão em quatro horas de trem, diretamente de Macapá.

Hoje, então, esse convite. Já trabalhamos em jazidas em Minas Gerais. Realmente, essas jazidas do Amapá despertaram um interesse excepcional. Procedem-se, então, uma concorrência, promovida pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia.

Nossa ocasião, que era o fim de 1947, era então Ministro do Varão e, portanto, Presidente do Conselho o General Edmundo Macedo Soares e Silva. Alguns dos membros do Conselho, nessa ocasião eram Antônio Geraldo de Souza, Otto Leonardo, General Bernardino de Matos e outros.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Leite) — Tinha de alta categoria.

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Nessa época ocorreu conosco a nossa empresa foi representada por mim — a Hanna Corporation dos Estados Unidos, que já tinha feito uma pesquisa de minério de ferro no Ama-

pá. Como as reservas de ferro achadas não justificavam um empreendimento de vulto, ela desistiu.

Mas, existe no Amapá uma reserva de minério de ferro de dez milhões de toneladas.

Cumeceram, também a Cia. Mercadional, subsidiária da Unit States Steel.

Nessa ocasião desejo revelar aos Srs. Senhores — e isto está nos anais do Conselho de Minas e Metalurgia — que os estudos as propostas feitas pelo Relator, que era o Dr. Antônio Geraldo de Souza, concluiu a favor da Hanna, dizendo que a concessão deveria ser entregue à Hanna.

Nessa época, pedi permissão para falar ao Conselho de Minas, expondo as razões que tinhamos. Não podia mais deixar de reconhecer que constituímos uma empresa brasileira de pequeno porte e que não tinhamos eletricidade, não tinhamos a capacidade financeira e mesmo técnica que tinha a Hanna. Fui obrigado a reconhecer isso, fora de dúvida.

A Hanna tinha sido classificada em primeiro lugar, e nós em segundo. Então, apresentei ao Conselho nossos argumentos: primeiro, que a nossa proposta era melhor do que a da Hanna. Aparentemente ela oferecia um royalty maior do que o nosso. Naquele tempo, o cruzeiro tinha alguma sentido, de maneira que o royalty que a Hanna oferecia era de Cr\$ 15.000 e o nosso era de Cr\$ 10.000.

Mas, dizíamos: daríamos o royalty de Cr\$ 10.000 e mais: pagariamos 3% do valor bruto do minério exportado. Eu mostrava que, obviamente, aqueles 3% era muito mais do que aqueles Cr\$ 15.000 oferecidos pelos nossos concorrentes. Além disso, nós nos propusemos, como disse V. Exa., investir no Território 20% dos lucros obtidos na exploração. A nossa proposta era complexa e, fora de dúvida suas condições eram melhores apesar de reconhecer que a empresa concorrente tinha mais poderio do que a nossa.

Então, fiz um apelo ao Conselho de Minas, dizendo o seguinte: era preciso que nós tivéssemos uma oportunidade, porque se sempre dependêssemos da capacidade da força financeira do grupo, dificilmente um grupo brasileiro poderia um dia colocar-se em condições inclusive de adquirir a experiência, que só pode ser adquirida fazendo, e não lendo.

Os apelos e razões que apresentei acredito que calaram no espírito dos membros do Conselho. O fato é que a decisão do Conselho foi a favor da nossa proposta.

Fui, então, interpelado por vários membros do Conselho, com muita franqueza, pelo Coronel Bernardino de Matos, pelo próprio Relator, Dr. Antônio Geraldo de Souza. Se não me engano, estava também o Dr. Avelino Inácio de Oliveira e o Dr. Otto Leonardo, que disse que é uma empreendimento que vai exigir centenas de milhões (naquela época falava-se ainda em centenas de milhões) e o senhor, certamente, não dispõe de recursos para isso. Como o senhor pretende — perguntou — arranjar esses recursos?

Nessa ocasião havíamos obtido a segurança de um Banco de Minas Gerais para financiar os trabalhos de pesquisas. Então, a nossa resposta foi a seguinte: "Só depois de realizadas as pesquisas é que podemos dar quanto da dimensão da obra. Peco aos senhores que me deem um crédito, porque os recursos das pesquisas eu disponho; está aqui documentado. Se recebermos essa concessão, vamos pesquisar, verificar o problema que não é apenas pesquisar o minério: é o problema do transporte, do embarque, da qualidade do minério, enfim um problema extremamente complexo. Da posse do resultado desses estudos, dessa pesquisas, iremos obter os recursos financeiros e, não tenham

dúvida, os obterei. Mas, é uma questão de confiança dos senhores."

Bem, a decisão foi a nosso favor, e realmente, nós pudemos, em dezembro de 1947, firmar com o Governo do Território esse contrato. Damos início a essa pesquisa em janeiro de 1948. Levamos para a Serra dos Navios uma equipe de 100 homens que foram lá, diga-se de passagem, com malária.

O próprio Governador do Território tinha acabado de perder a esposa, por causa da malária.

Começamos o trabalho. Em primeiro lugar tivemos que achar um lugar para colocar gente a fim de trabalhar; fazer barracos. Todo mundo dormindo ao ar livre. A dificuldade era derrubar árvores, porque não havia um lugar livre na floresta. A humidade do local não permitia a queimada. De modo que o trabalho no local era muito maior do que construir casas, ranchos, armazéns. Era trabalho de abrir área dentro da floresta. Isso foi feito. Instalamos nossa primeira equipe com dificuldades; abrimos um rio com corredeira. Todos os equipamentos, alimentos, máquinas, perfuratrizes, sondas, tudo era levado em pequenas embarcações e que passavam pelas corredeiras com a maior dificuldade.

Esse trabalho foi feito e, durante o ano de 1948, e até certo ponto de 1949, nós nos demos conta da magnitude do problema. O problema, realmente, excedia a nossa primeira impressão; as possibilidades das jazidas pareciam bem maiores do que à primeira vista. O problema do transporte era muito difícil, porque o Rio Amapari não é navegável normalmente. De modo que só seria possível utilizar a navegação fluvial em embarcações de pequeno porte.

Havia um outro problema muito sério, que era o do porto para embarque transatlântico.

Dependendo das condições de embarques transatlânticos, pode-se chegar a condições anti-econômicas de trabalho.

Concluimos que a envergadura do trabalho não nos permitia executá-lo apenas com o meio estudo da obra por que demandava muitos recursos e muita técnica, pois o problema era complexo.

Paralelamente com os trabalhos que realizávamos na floresta amazônica, onde chegamos a ter setecentos homens trabalhando, abastecidos que eram por pequenos ubas — chegamos à conclusão de que precisávamos de mais recursos e de mais técnica. Tivemos pesquisado a situação dentro do País e verificamos a impossibilidade da obtenção de recursos para os nossos empreendimentos, e atendendo a conselhos dos próprios elementos aos quais estamos ligados — os banqueiros — procuramos obter esses recursos fora do País.

Até 1949 todo o trabalho fora realizado por brasileiros, geólogos, engenheiros e técnicos. Com relação a essa época desejo fazer especial referência ao trabalho desenvolvido pelo Professor da Escola de Engenharia de Belo Horizonte, Efigênio Soares Coelho. Graças a ele — talvez o melhor conhecedor de minério de manganês no Brasil — conseguimos fazer alguma coisa.

Nessa ocasião, fomos aos Estados Unidos e lá procuramos conhecer tudo a respeito do problema de mineração: manipulação do minério, transporte ferroviário, embarque em navios, beneficiamento do minério, sua utilização nos diversos tipos existentes, procurando, afinal, identificarmos com o problema. Procuramos também estabelecer contato com vários grupos americanos assim como europeus, estudando a possibilidade de uma colaboração técnico-financeira. Depois de seis meses de estudos diversos nos Estados Unidos, chegamos a um acordo com a Bethlehem Steel Corporation, empresa americana com grande ex-

periência em mineralogia e metalurgia.

O Sr. José Ermírio — Em que ano foi feito este acordo?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Em 1949. Em princípio este acordo foi feito no sentido de que aquela empresa americana colaborasse conosco no equacionamento do problema e, caso as conclusões fossem favoráveis, então, eventualmente, passaríamos a ter participação da Bethlehem Steel Corporation, com a ICOMI. Esses trabalhos que se iniciaram em agosto de 1949 prosseguiram até 1951. Tivemos, então, dois anos e meio de intenso trabalho de toda espécie: pesquisas na mina, mapeamento, perfurações, análises de toda natureza, estimativa da mina, trabalhos de engenharia para verificarmos a exequibilidade dos meios de transporte dentro da floresta amazônica, através dos igarapés.

No meu passado de engenheiro, já distante, tenho uma experiência muito grande em serviços de topografia. Posso, portanto, afirmar o especial valor desse esforço realizado no sentido de se tornar possível a construção de uma estrada no seio da selva amazônica.

Esses estudos incluíam também a possibilidade da construção de um porto na margem esquerda do rio Amazonas, o que poderia diminuir, em grande parte, o ônus gasto em transporte, evitando assim o transporte do minério a Belém, para então ser transbordado em navios de grandes cursos. Como sabemos operação de tal tipo hoje em dia no Brasil, é praticamente proibitiva.

Recordo-me, quando de minha primeira viagem ao Amapá, num pequeno relatório que fiz ao Governo do Território ressaltar ser vital a construção de um porto oceânico. Isto era tão importante quanto a própria existência do minério.

Após os estudos iniciais chegamos a uma estimativa preliminar das obras a serem realizadas. Pensamos mesmo em construímos um porto fixo sobre pilares, no Rio Amazonas. Verificamos, posteriormente, após prolongados estudos, a possibilidade da navegação através do Canal Norte, que nessa época não era nem conhecido. Por incrível que pareça desconhecíamos a existência dessa importante artéria amazônica. Procuramos melhores dados e somente os encontramos através de mapas estrangeiros mas que não continham a documentação adequada.

Nessa altura fizemos o orçamento preliminar da ordem de 35 milhões de dólares, necessários para a construção da estrada de ferro, porto, instalações de britagem, acessórios necessários ao funcionamento, enfim tudo que era realmente imprescindível.

Quero ressaltar o gigantismo do homem amazônica em virtude das condições adversas que tem de enfrentar para sobreviver. O Amazonas, como sabem V. Exs., pela vastidão que apresenta, não comporta pequenas obras. A verdade é que o homem que consegue viver naquela natureza é um forte. Somos pigmeus em comparação com aqueles gigantes.

Voltando aquele orçamento preliminar que fizemos de 35 milhões de dólares, quero dizer que representou o indispensável para o início das obras. Nesse sentido obtivemos do Banco Internacional do Desenvolvimento um crédito de 35 milhões de dólares, crédito este que teria de ser garantido pelo Governo brasileiro, o que faz parte da regulamentação daquele instituto de crédito.

Nesse sentido obtivemos do Congresso Nacional uma lei que garantia esse empréstimo, e isto foi objeto de estudo e discussões nas comissões técnicas das duas Casas legislativas, obtendo-se afinal a aprovação unânime de todos os Srs. Parlamentares.

Enquanto isto se processava no Congresso, para atender à exigência do Banco Internacional, prosseguimos

nos estudos e chegamos à conclusão de que os 35 milhões de dólares não bastavam. Não podíamos voltar ao Congresso e pedir-lhe que aumentasse esses 35 milhões, pois seria um abuso. O Banco Internacional também não poderia dar mais do que os 35 milhões porque o seu regulamento não o permitia e tinha garantia para somente esses 35 milhões de dólares. Tentamos fazer negócio com várias agências, em busca de uma solução: o Banco Internacional não daria os 35 milhões e o Export and Import Bank os excedentes 10 ou 12 milhões de dólares.

Encontramos boa vontade em toda parte, mas tornou-se óbvio que não se poderia fazer um empréstimo em dois bancos distintos, devido a vários fatores, como o de quem receberia primeiro e também a questão de fiscalização.

Os acontecimentos evoluíram e abandonamos o empréstimo do Banco Internacional e, portanto, a garantia do Governo brasileiro. Realizamos um contrato com o Banco Internacional do Desenvolvimento Econômico sem a garantia do Governo brasileiro.

O Sr. Atilio Fontana — Este foi o segundo empréstimo?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Exatamente, porque as negociações relativas ao primeiro foram acoadadas.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Qual foi o total?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Essa questão de cifras requer maior explicação.

No nosso orçamento previmos o que poderia acontecer, pois a nossa preocupação era a de que não ocorresse aquilo que comumente acontece, isto é, parar a obra no meio. Queríamos terminar a obra antes de acabar o dinheiro. Com 48 milhões ficaríamos mais tranquilos e teríamos uma obra bem mais completa do que aquela prevista em 35 milhões. Conhecemos já as pontas a serem construídas, bem como as obras acessórias. Mas o Export and Import Bank exigiu que acrescentássemos a esse orçamento uma verba para inflação. Apesar de o empréstimo ser em dólares e a inflação brasileira não atingir a nível americana, tínhamos que atender à eventualidade de uma inflação nos Estados Unidos, para a execução de uma obra prevista no prazo de 4 anos. Exigiu aquele Banco que acrescentássemos 12 milhões de dólares, isto é, 25 por cento do empréstimo, como previsão de uma eventual inflação. Isto elevou o crédito para 60 milhões. Mas, como a obra deveria durar 4 anos o Banco exigiu que previssemos os juros contratados durante essa construção. Interessava ao Banco o seguinte: quando a obra começasse a pagar o empréstimo deveríamos ter o principal mais os juros, os quais chegaríamos a 7 e meio milhões de dólares. Precisamos, portanto, de 67 milhões de dólares.

O crédito, depois de longas negociações, foi obtido e demos início à execução da obra em janeiro de 1954. Aliás, iniciamos os trabalhos em Amapá em janeiro de 1948. Assim, no sétimo ano, demos início, com o contrato firmado, à execução da obra. Ali verificou-se um fato ímpar no Brasil: conseguimos, em primeiro lugar, entregar essa obra em menos tempo que o previsto, isto é, era de 48 meses o prazo previsto, mas executamos a obra em 30 meses; partindo do zero, numa região completamente selvagem construímos um grande conjunto industrial em dois anos e seis meses. Em segundo lugar, não usamos a totalidade do crédito inicial; graças à velocidade da execução, conseguimos bater a inflação e quando a obra ficou pronta, a despesa mais os juros, montavam a 55 milhões de dólares.

O início das operações da empresa verificou-se em janeiro de 1957. Nessa data, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira apertou o botão das instalações em Porto Santana, às margens do Rio Amazonas, de onde partiu o primeiro navio de minério. Este foi um resumo dessa etapa até termos realmente em operação.

Paralelamente, dada a importância do Canal Norte do Amazonas, entraram em entendimento com a Marinha da Guerra, que se prontificava a executar o levantamento desse Canal e seu possível balisamento, caso ali fosse aprovada a navegação. A Marinha permitiu executar a obra, que foi feita pela Diretoria de Hidrografia e Navegação. Foi uma grande contribuição da Marinha Brasileira. O levantamento do mapa do Rio Amazonas é uma obra de grande perfeição. Verificamos que os maiores transatlânticos do mundo podem penetrar o Rio Amazonas, pelo Canal Norte, o qual não é possível fazer por Belém. Temos navios de 30 ou 25 mil toneladas e esperamos receber navios de 40 mil toneladas. Tampouco o trânsito de navios não são problema.

Fizemos um convênio com a D.H.N. (Diretoria de Hidrografia e Navegação) e construímos o balisamento de dez quilômetros no Canal Norte do Amazonas. Os navios petroleiros da Petrobrás levam óleo para a Refinaria de Manaus, pelo Canal Norte e não pelos firos da Ilha de Marajó. Isto representa grande economia para o Brasil.

Atualmente, a exportação de minérios era feita por pequenos navios, através dos firos do Amazonas até Macapá. O máximo que esses navios podiam carregar era 8, 10 mil toneladas. Não eram carregados totalmente, porque poderiam bater no fundo do rio. Perdiam-se, ainda 72 horas na viagem dos navios, o que representava um percurso de 400 milhas a mais do que o necessário. E mais que tudo, não permitia a utilização de grandes navios e o frete era muito mais alto. Hoje, graças a poderem penetrar navios maiores pelo Canal Norte e também por serem feitos mais rapidamente os carregamentos, estamos pagando fretes da ordem de dois dólares e meio e até menos.

O SR. JOSE ERMÍRIO — De porto a porto?

O SR. ANTUNES AZEVEDO — De Macapá a Filadélfia ou Baltimore são dois dólares e meio.

Não temos mandado minério para o Sul do País porque temos reservas mais próximas, em Minas Gerais e também, por causa do problema de cabotagem que preocupa a todos os brasileiros.

Gostaríamos de transportar minério de manganês em navios apropriados mas não podemos usar navios estrangeiros.

Pesso dar um exemplo: temos em São Paulo uma indústria, Cometal, que fabrica um manganês de alto teor. Quando mineramos, separamos minério de alto teor, de 55 e 57 por cento, para que possam trabalhar nessa liga.

No dia de hoje, o transporte de manganês é colocado a bordo de navios inadequados em casas, o que nos custa cerca de 30 dólares, contra dois dólares e meio.

As nossas artérias estão esclerotizadas. Não podemos comparar esses dois fretes, porque um é navio transportador de minério em larga escala, e o outro, não o é. E não seria admissível em tais condições, pensar em exportar, por dez dólares, o equivalente em dez dólares.

Temos o exemplo da fosforita de Olinda, a qual custava, em dezembro de 1950, me enganar — doze mil cruzeiros a tonelada. Se considerarmos a 630 cruzeiros, são vinte dólares. Até mais no porto de Olinda, de Santos e Rio de Janeiro.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Aumentaria periodicamente de 40.

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Hoje, se tivermos de fazer o transporte via Belém, dificilmente poderemos ter um frete menor de vinte dólares. Além disso, as viagens são mais demoradas. De modo que, com esse transporte, teremos uma economia de dois e meio milhões de dólares por ano.

A abertura do canal Norte, obra para a qual todo louvor pode ser dado à Marinha Brasileira, na qual perderam vários militares em acidentes de aviação e de navios, obra demorada, mas o fato é que existe o canal Norte aberto aos navios que demandam Manaus e Macapá. O tráfego é feito com toda a segurança. Está devidamente balizado ao longo de todo o seu trecho. Frequentemente surgem dificuldades em relação à verba, e a nossa empresa, diz-se de passagem, mantém um grupo de homens para a sua manutenção.

Esse é o conjunto de obras que, sob o aspecto industrial, nos permitiu lançar no mercado mundial de manganês o minério brasileiro, em condições de competir, em qualquer circunstância, com os produtores mundiais.

Tenho a satisfação de dizer aos Srs. Senadores do acerto que fizemos com o Imported and Exported Bank. Dentro do prazo estabelecido, o empréstimo foi totalmente liquidado. Isso ocorreu em junho do ano passado.

Deixei de mencionar que, em virtude desse trabalho todo, inclusive dos entendimentos realizados com a Bethlehem Steel e da colaboração que essa empresa prestou ao projeto, sob o aspecto técnico, financeiro, econômico, nós, em cumprimento dos entendimentos anteriores e posteriores, admitimos a Bethlehem Steel como sócia da ICOMÉ.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Com que percentagem?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Tem 49 e nós, 51%.

A fim de que não houvesse dúvida de que os 51% da Icome fossem devidos por um grupo de brasileiros, transferimos esta percentagem para uma empresa brasileira, que só admite sócios brasileiros, chamada Companhia Brasileira Auxiliar de Mineração. Esta Companhia tem, nos seus estatutos, um artigo declarando que a empresa é composta só de sócios brasileiros e que, para votar e para perceber dividendos de qualquer outro sócio, só é reconhecido o portador da ação brasileira.

De acordo com o Governo de então do Território do Amapá, a quem rendo minhas homenagens, pelo civismo e de dignidade, o hoje deputado Janari Nunes, foi incluído na Lei que criou o nosso Território com o Território, numa modificação do contrato, também ratificado pelo Congresso, foi incluído um outro dispositivo que diz que a Icome não pode ter mais de 49% de suas ações nas mãos de estrangeiros. Isso é assunto pacífico.

Essa relação, desenvolvida, pelos anos afora pelos grupos americanos, tem sido feita de forma dignificante, no gênero a única no mundo. Se me perguntassem, hoje, se algo devia ser alterado, diria que não. Temos nos beneficiado, continuamos a cada dia, a cada momento, a nos beneficiar da presença dessa gente, que se tem comportado de forma extraordinariamente elevada, correta.

A empresa é dirigida por oito brasileiros. Desses um único é americano, homem radicado no Brasil e por cuja presença intercedi. Durante quatro anos permaneceu nas matas amazônicas e, desde o término da guerra, vive e mora no Brasil.

Apenas representa os interesses do grupo americano.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Quais as atuais reservas da zona manganífera da Icome?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Ela está trabalhando e vem-se desenvolvendo desde o início por etapas. Na primeira foi de 10 milhões de toneladas, porque era preciso provar a existência de uma tonelagem para justificar o investimento. Passamos depois à construção e prosseguimos na pesquisa. Em 1957, iniciamos a produção. Dessa época em diante, obtivemos mais minério.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Atualmente são então superiores a dez milhões de toneladas?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — São. Em 1º de janeiro de 1963, eram dezesseis milhões, mais quatro milhões e noventa mil toneladas de reservas indicadas, e mais milhões de toneladas de reservas inferidas. Com o que temos produzido até então — 5 milhões e 500 mil toneladas — soma um total de 37 milhões 615 mil toneladas, isto em 31 de dezembro de 1962.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Obrigada. A exportação atual está na base de 800 mil toneladas por mês?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Estamos oscilando entre 600, 700 e 800 mil.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Nossa exportação está na base?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Em torno disso tivemos, respectivamente, em 1957, 688; em 59, 714; em 1960, 760; em 1961, 801; em 1962, 785. Neste ano, devemos exportar 700 e poucas mil toneladas.

O SR. JOSE ERMÍRIO — A pesquisa do minério é controlada pelos senhores?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — É controlada por balanças automáticas, registradoras. Nós temos balanças que pesam na correia transportadora. De modo que o controle do minério é feito nas balanças e, à medida que o navio é carregado, é a registria. O controle dessas balanças é feito pela Mesa de Rendas do Território do Amapá e pelo Governo do Território. Além disso, o Comandante controla.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Os navios que carregam são americanos?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Nós temos recebido poucos vapores americanos. Temos recebido navios de todas as nacionalidades: gregos, italianos, franceses — de todas as nacionalidades.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Fazem concorrência de frete?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Fazem, porque é um problema de frete.

O SR. JOSE ERMÍRIO — De modo que alguns minérios vendemos CIF. Por exemplo, minério entregue ao Governo Americano temos que vender CIF, porque o Governo Americano não compra FOB. Mas vendemos minério para a Polônia, Checoslováquia, França, Alemanha, Inglaterra, Japão, e vendemos para os Estados Unidos também. Parte, são navios que nós contratamos, outra parte são os países que mandam. Nós recebemos navio de qualquer procedência.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Qual o preço CIF no caso do Governo Americano e qual o preço FOB hoje em vigor, para o Governo, no Território do Amapá?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Esse preço é variável. O minério-manganês sofreu um baque muito grande. Tivemos a sorte quando entramos em operação, de os preços serem os mais altos do mundo. Mas depois disso a Rússia entrou no mercado com capacidade de exportar e concorrer como um bom capitalista.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Exporta 2.000.000 T.

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Aliás, tem certa vantagem: faz troca. De modo que quase fomos jogados para fora da Alemanha. Agora re-

cuperamos. Mas, numa grande crise de aço, os russos foram à Alemanha e ofereceram. E quando chegou a hora de pagar, disseram: "Bem, só pagamos com manganês!"

O SR. JOSE ERMÍRIO — Qual o preço atual?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Oscila entre 50 e 60 centavos por unidade metálica posta a bordo. FOB.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Qual a porcentagem?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Em torno de 50%. Oscila entre 25 e 30 dólares por tonelada.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Mas o preço do manganês não está acima de 50 dólares? Baixou assim? A média do Brasil parece que estava dando 33 dólares no Amapá, e já baixou para 25?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — No ano de 64 estaremos entre 50 e 30 cents, o que dá 25 30 dólares por tonelada.

Podemos até fornecer essas porcentagens por escrito.

O SR. JOSE ERMÍRIO Gostaria de saber: Porque uma das posições que temos de estudar no Senado é que o minério que já foi vendido a 16 dólares por tonelada, hoje está sendo vendido a 9 dólares. E o que acontece com o manganês é uma prioridade.

Sendo este um estudo geral para quem exporta a matéria-prima vamos fazer-lhe outras perguntas.

Quer dizer na base de 25 a 30 dólares 26 já está na base. O preço internacional de minério nos Estados Unidos para o Governo Americano segue a mesma norma ou tem nível diferente?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — As vendas que temos feito no Governo Americano nos últimos anos, no ano corrente são vendas resultantes de fornecimento de trigo ao Brasil. De modo que essas vendas têm preços ligeiramente mais altos do que os preços do mercado. Porque se trata de uma operação em que o Governo Brasileiro faz uma concorrência para trigo. É uma operação extremamente complexa porque uma empresa americana compra o trigo do estoque americano, entra em concorrência para fornecer o trigo aqui no Brasil.

O SR. JOSE ERMÍRIO — E vende o manganês para o Governo Americano?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — ... e vende manganês para o Governo Americano. De modo que nesse caso os preços são ligeiramente mais altos e refletem essa operação em que entra o trigo no meio.

O SR. MELO BRAGA — Operação triangular?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Não é operação triangular. É uma operação muito complexa em que o Governo Americano contrata trigo mas não trata diretamente.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Uma grande qualidade do Brasil é que ele pode industrializar parte de minério de ferro. Com outros produtos estamos fazendo minério em Minas, níquel em Goiás, alumínio em São Paulo. E o Sr. naturalmente hoje

está em uma grande empresa no País, como é que o Sr. julga se o Brasil pudesse exportar como aliás a Índia já está fazendo, a Índia deve ter centenas de fornos de manganês. Para 4 de ferro, 1 de manganês. Parece: talvez sejam 3. Como é que o Sr. julga, para industrializar no Amapá e exportar na forma de ferro-manganês?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Esse problema foi preocupação nossa no início e viemos acompanhando o problema do ferro-manganês no mundo, paralelamente ao do manga-

nes. Nesse sentido, fizemos um estudo preliminar — que podemos também pôr à disposição de V. Exa pela Skandia, ligada a 1.º Janer.

Fizemos um ante-projeito de uma usina para fabricação de ferro-liga no Amapá. Essa usina pressupõe a existência de energia elétrica. Estamos na expectativa da construção da hidro-elétrica do Paredão que está sendo construída pelo *royalty* do manganês, para ser disponível em dois anos. Mas como na usina nefasagem, em dois anos temos que completar o projeto da usina então temos que ver a usina tão adiantada que justifique dar isso a essa obra. Acreditamos possível, mas entendendo o problema que deve ser considerado com muito cuidado.

A queda do preço do manganês se deveu ao fato do excesso de manganês no mercado. A Rússia, que tinha saído do mercado, entrou novamente. A Rússia hoje exporta manganês, minério de ferro, petróleo cru, asbestos, fosfato... expõe tudo que pode.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Mas se nós tivemos por exemplo, 20% dos lucros da ICOMI, se fossem empilhados lá, já não estaria pronta a usina?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Na usina do Paredão?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Sim.

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Antes de falar da usina desejo ainda dizer mais duas palavras sobre ferro-manganês. A entrada do Brasil abriu um campo imenso. Duzentas mil toneladas de minério de alto teor entraram no ano passado e este ano, o que provocou um tremendo impacto no mercado. Estamos emergindo, neste momento, de um grande baque provocado pela Rússia de um lado.

Mas, nessa questão de minério-manganês, desejava dizer: não basta ter o desejo, ter o dinheiro para investir, ter eletricidade; precisamos mercado.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Se o Brasil compra tanto o que compra pode vender. Por isso o Brasil pode ter preferência no mundo todo.

O SR. AZEVEDO ANTUNES — É nossa posição de vantagem, por sermos compradores. Precisamos examinar nossa situação no mercado, porque a produção do manganês no mundo é muito complicada. Por exemplo a Itália não importa minério-manganês, porque prefere comprar ferro-manganês da França que tem condições de poder vender mais barato. Temo, que pensar no projeto mas, também, cuidadosamente no mercado, para poder penetrar da melhor forma.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — A Índia tinha comprado, só num dia 600 toneladas de ferro-manganês. Porque está aumentando duplicando ano para ano. Se a Índia pode exportar ferro-manganês a um preço talvez quatro vezes mais caro do que o manganês o Sr. podia naquela zona da Amapá, dar ao Brasil uma posição de, exportando menos, ganhar mais.

A respeito da aplicação dos 20% queremos dizer o seguinte: em primeiro lugar os investimentos estipulados no nosso contrato com o Território segundo alteração feita posteriormente ficava o Governo do Território com o direito de optar por um *royalty* adicional ou para que nós o investíssemos. Na fase inicial o Governo territorial optou pelo *royalty* adicional.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Passou de 4 para 5%. Isso não foi prejudicial ao Território?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Não por que estávamos na fase do pagamento do *royalty* e a exploração era imprescindível para a pro-

pria segurança do empreendimento. Poderíamos, portanto, ficar na condição de tendo de investir 20%, teríamos de enfrentar as condições do mercado e poderia ocorrer, caso não dispôssemos de recursos para enfrentar o pagamento ao Banco. Foi pois importante investirmos na obra, segurança do pagamento ao Banco. Nessa fase o Governo do Território optou então, pelo investimento das 20%. Já liquidamos a dívida e estamos preparados para nova investida na mesma região do País.

Para conhecimentos do Sr. Senadores informo que pagamos hoje e meio milhões de dólares, em royalties, independentemente dos impostos que, em valores do dólar a cinquenta ou a sessenta cruzeiros naquela época, representam um total da ordem de dois milhões e oitocentos milhões de cruzeiros, e que foram investidos nas obras da Usina do Paredão. Não seria possível investirmos imediatamente nas obras daquela usina em virtude dela pertencer ao Governo e não a nós.

Recentemente, o Governo do Território nos fez um apelo para que, além dos royalties bem como das indenizações que estamos estudando, que subscritivemos importância de grande vulto na Usina do Paredão e, no momento, estamos estudando a possibilidade de subscritivarmos um bilhão de cruzeiros em ações daquela obra, a fim de tornar possível a complementação do empreendimento.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Essa participação dos americanos de 1949 a 1951, tem lhe trazido dificuldades? Como nós V. Exa. deseja ver o desenvolvimento daquela região do País e, quando se deseja fazer um investimento de vulto pensa V. Exa. que haja oposição de parte dos acionistas estrangeiros?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — O que vou declarar é difícil de ser acreditado, mas nisso empenho minha palavra. Todas as decisões dessa empresa são tomadas por uma diretoria da qual sou o Presidente. Nessa diretoria se debatem as decisões a serem tomadas, mas a última palavra é a minha, e devo dizer que não só não encontro, até hoje, a menor dificuldade da parte dos acionistas estrangeiros no sentido de investir recursos no Brasil como ao contrário, cada vez que menciono essas idéias eles a recebem com a mais completa aprovação.

Devo ainda dizer aos Srs. Senadores, que até hoje, o que foi remediado, sob a forma de lucro para o estrangeiro representa cerca de dois por cento do movimento bruto. O restante está sendo investido no Brasil. Estamos dando início à construção, em Mogi das Cruzes, São Paulo, de uma usina de aço de qualidade e isto resolvemos depois de uma consulta feita ao Gal. Macêdo Soares da Silva. Esta usina produzirá cinquenta mil toneladas de produtos acabados, dentro de dois anos e meio, e para isso contamos com a colaboração de técnica sueca, representada pela S.K.F.

No momento, estamos trabalhando no Território, em projetos de maior alcance, cujos estudos já estão bem adiantados e se chegamos à conclusão positiva de natureza econômico-financeira instalaremos uma usina para fabricação de madeira compensada, usina esta que representa um investimento da ordem de cinco milhões de dólares, para o que contamos com a colaboração de técnica holandesa, a exemplo do que está sendo feito no Surinã e no Gabão. Além desse empreendimento estamos tratando da plantação experimental de dendê ao longo da estrada de ferro, a fim de proporcionar condições de vida aos habitantes da região. Essa

campo experimental tem a extensão de vinte hectares. O projeto na sua totalidade, envolve a despesa de oito milhões de dólares, inclusive a obra de beneficiamento e a plantação do dendê numa área de três mil hectares. Tal empreendimento está contando com a cooperação do Instituto de Obras da França e que estruturou as condições essenciais para essa plantação.

As sementes, portanto, são trazidas de fora, da Costa do Marfim, que apresenta a melhor produtividade em dendê.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Qual a percentagem e a posição dos engenheiros brasileiros na Administração da mina?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Essa percentagem pode não agradar a algumas pessoas mas é de cem por cento.

Aproveitando a oportunidade, desejava insistir no convite para que V. Exas. visitem nossas obras naquela área do País. Assim como V. Exa., nobre Senador José Ermírio, já temos uma certa idade e sou do tempo em que se aprendia, na escola, a principalmente amar ao Brasil mais do que detestar um país estrangeiro. Sempre vivi com a preocupação de realizar alguma obra social no Brasil. Acreditem V. Exas. que a obra que realizamos no Amapá não foi executada apenas por um grupo. Lá encontramos, na gerência da empresa, uma pessoa com tanto poder no Território quanto eu na Presidência da Companhia, no Rio de Janeiro. É um engenheiro brasileiro, natural da Paraíba, da família Pessoa, formado pela Escola de Engenharia do Rio de Janeiro, e que lá permanece há mais de dez anos. Ele começou como topógrafo, no meio de mato, e chegou a alcançar, na Companhia, o alto posto de gerente. Os dois subgerentes também são brasileiros um engenheiro e outro advogado, ambos extremamente capazes.

No Amapá temos mil e quinhentos empregados, neste momento, quatro ou cinco estrangeiros, no serviço de manutenção mecânica, que é uma das áreas onde encontramos maior dificuldade e na qual nós podemos correr risco. Mas os *geólogos* são brasileiros, os engenheiros são brasileiros, os contadores são brasileiros e ali há uma obra brasileira.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Sinto-me orgulhoso pelo que acabou de ouvir. Esta é realmente a noção não perseguir estrangeiros mas dar valor ao brasileiro na sua terra. Quero cumprimentá-lo por essa obra. V. S. continue sempre procurando desenvolver aquela região.

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra o Sr. Azevedo Antunes.

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Peço aos Srs. Senadores que me desculpem se para explicar uma obra de tal vulto desci a detalhes que talvez escapem aos interesses de V. Exas.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Acho que V. S. não deve ter essa preocupação, porque o relato que nos está transmitindo causa-nos grande conforto, pela obra que está realizando no Amapá. Temos muito prazer em ouvi-lo e V. S. pode entrar em pormenores, que para eles estaremos atentos.

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Quería dizer o seguinte: sou um homem amadurecido, calejado, com uma longa experiência. Não posso ter ilusões, mais próprias de uma idade que já se passou. Essa obra do Amapá representa um esforço enorme, não é só meu. É também de milhares de pessoas.

Seria para mim um grande privilégio se pudesse contar com a presença de V. Exas. e de outros membros desta Casa, em visita ao Território do Amapá. Se fizerem essa viagem terão oportunidade de verifi-

car *in locum* o que estou tentando transmitir através deste relato.

Quero narrar-lhes o que ocorreu há dois anos, com pesca por oco, os títulos respeitáveis, o então Deputado Gabriel Passos. No ano de 1961, S. Exa. era membro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o problema de minérios de ferro e de manganês. Com outros membros da Comissão, S. Exa. viajou pelo Brasil, visitando várias instalações e finalmente foi ao Amapá. Não ignorávamos que o Ministro Gabriel Passos tinha péssima impressão da exploração do manganês no Amapá e que a caminho do Território, na Guanabara, concedera uma entrevista na qual dissera que iria ao Amapá, mas que a sua idéia era acabar com aquela exploração que mais não era do que uma espoliação dos nossos recursos. Naturalmente, por falta de conhecimento do assunto, a impressão de S. Exa. é que praticávamos um assalto, uma espoliação de uma riqueza da Nação.

Visitaram o Amapá, além do Senhor Gabriel Passos, os Srs. Deputados Silvio Braga, Último de Carvalho e Carlos Gomes, este do Estado de Alagoas e mais um outro Senhor Deputado cujo nome não me recordo no momento. O Sr. Deputado Gabriel Passos e seus companheiros visitaram nossas instalações e tive a satisfação de admirar um homem público que tem a coragem moral de modificar uma declaração sua, pois o Sr. Gabriel Passos me disse, em presença daqueles seus colegas: "Deputado Antunes, desejo penitenciar-me com o julgamento que fiz, pois estava completamente enganado. Estava certo de que aqui se fazia uma espoliação, mas encontrei uma obra de grande interesse nacional. Congratulo-me com V. S. e convidei-o a entrevistar-se o Presidente Jânio Quadros, para que diga a S. Exa. o que deve ser a política de minério do Brasil e o que deve ser feito com o meu Estado de Minas Gerais." Isto foi, evidentemente, um conforto moral. Infelizmente, pouco depois (estávamos em julho de 1961) o Presidente Jânio Quadros deixava seu cargo.

Trago a V. Exas. este testemunho, uma das razões por que tenho certeza de que terão grande satisfação cívica em visitar o Amapá e ver o que lá foi realizado e o que pode ser feito neste País. As possibilidades desta Nação são ilimitadas. No dia em que o País tiver paz e tranquilidade para trabalhar poderá transformar-se em uma nação de grande prosperidade, de grande desenvolvimento. Encontrar-se no Amapá, além da obra industrial, um: obra social.

A parte do ensino no Amapá é modesta. Sempre se disse que não é possível criar civilização no Equador. Provamos como é possível criá-la em pleno Equador, na latitude zero. Vêem crianças com o traço do índio e do negro, ao lado de crianças louras de olhos azuis. Essas crianças têm o mais alto padrão de saúde no mundo. Não tenho receio de fazer uma declaração desta: o Amapá é hoje o lugar onde menos morrem crianças no Brasil. É um dos lugares no mundo de menor índice de mortalidade infantil. O padrão de saúde que estabelecemos nas vilas e comunidades sob a nossa atenção é o padrão dos maiores centros do mundo. V. Exas. encontrarão crianças estudando com saúde, que é a primeira condição para o bom aproveitamento nos estudos.

No Amapá ensinamos civismo a crianças. Ensinamos aquelas noções que aprendi, de amor ao Brasil. Has-tea-se a bandeira nacional e canta-se o nosso hino nas nossas escolas. Em São Paulo, na cidade de Pindamonhangaba perguntei a um garoto, de seus dez anos, se sabia cantar o hino nacional e ele me respondeu: "O que é isso?" Tenho a impressão de que há muito o que fazer sobre civismo no Brasil.

Peço aos Srs. Senadores que me desculpem a ênfase mas estou falando não só em meu nome como em

come dêsses milhares de pessoas que nos ajudaram na realização dêsse objetivo.

O SR. MELO BRAGA — Esse elemento humano foi recrutado lá mesmo no Amapá?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Na Região das Ilhas e de Belém. Temos alguns elementos de outras áreas do País, de Pernambuco e do Sul, alguns estrangeiros, mas homens radicados no Brasil, sobretudo mecânicos. É um caso que espero fornecer a V. Exas., pois indica a origem das forças que trabalham conosco.

A obra é uma das surpresas mais grandes que V. Exas. poderão ter. Não é uma obra de V. Exas. poderão ver no Amapá homens que têm bugies, que nunca tinham visto uma cadeira, um aparelho sanitário, moravam em casas de três paredes. Não sei se V. Exas. conhecem que há casas de duas paredes, somente, em forma de "L" e de "T".

Essas pessoas revelaram-se perfeitamente capazes. Rapidamente absorvem os ensinamentos técnicos e hoje eletrônicos humanos naqueles locais pesquisando, analisando, etc. Não se pode deixar melhor elemento humano do que o utilizado no Amapá.

O SR. ATÍLIO FONTANA — O minério é exportado exclusivamente por navios estrangeiros ou existem também nacionais?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Não são estrangeiros, porque é uma questão de frete. Temos o campo de frete onde ele existe. O Brasil não tem navios cargueiros para minério em condições de competir com o estrangeiro. A prova é que a Companhia Vale do Rio Doce, grande produtora, empresa estatal que exportou este ano cerca de seis milhões de toneladas de minério, só usa navios estrangeiros para esse fim.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Nesse caso, poderemos fazer uma boa competição se compararmos também com o transporte de minério nacional.

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Seria um alto negócio. O Brasil, no entanto, precisa preparar-se para competir com os outros países. Espera-se que cheguemos um dia a navegar com bandeira brasileira, competindo, naturalmente, com os estrangeiros.

O SR. JOSÉ FELICIANO — V. S.ª tem um projeto de instalação do porto no ano de 1964 a 1967. Em que momento de curso ficou o porto e qual a sua capacidade?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — No momento não posso dizer precisamente.

Dá-se que deve ter custado, em números redondos, coisa da ordem de quinze milhões de dólares. Pode receber qualquer navio e carregar duas mil toneladas por hora. Os navios de vinte mil toneladas são carregados em questão de dez horas, tempo que, rotineiramente, um navio deve permanecer ancorado.

O SR. JOSÉ FELICIANO — O Senhor conjugou o serviço de transporte por ferrovia com o do porto. Nesse serviço ferroviário está incluído todo o custo do porto ou foi superior?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Não. A ferrovia foi, digamos, outro canal, porque são duzentos quilômetros de extensão.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Transporta passageiros?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Sim, temos também vagões de passageiros. O percurso até o porto, pode ser feito de trem ou de automóvel.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Tem campo de aviação?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Temos um campo de aviação a meio caminho. A viagem por terra pode ser feita, metade de automóvel e metade de trem. Pode-se descer em Porto Grande, meio do caminho e daí se anda duas horas de trem, dentro da região.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Quando deputado, acompanhei na Câmara o Sr. José Feliciano à estrada de ferro lá

construída. Fizera críticas quanto à bitola da estrada de ferro. Não combina com nenhuma outra nacional. Qual o motivo de sua anomalia?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — As margens do rio Amazonas estão afastadas cerca de 300 quilômetros. A possibilidade de um vagão de estrada de ferro passar de uma margem para outra é praticamente impossível. Era necessário que o Amapá estivesse em condições de rápida expansão em caso de emergência, de guerra, e que ele tivesse de fazer um grande esforço para contribuir com o minério. A bitola standard, internacional, é obtida com rapidez na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá, bem como as locomotivas, que podem ser postas em funcionamento imediatamente, locomotivas, ao passo que no Brasil elas são fabricadas com antecedência, com um metro ou um meio e sessenta de largura.

Então, considerando a possibilidade de utilização, naquela região, de uma outra bitola, o mais indicado seria que se buscasse a locomotiva nos países citados. Não vemos possibilidade alguma de que algum dia se estenda a Rede Ferroviária Nacional àquela região, mormente porque, hoje em dia, o transporte rodoviário ganha vulto.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Não haveria possibilidade de o Brasil vir a fabricar todo o equipamento ferroviário? Nesse caso, teríamos que fabricar uma bitola especial para aquela ferrovia.

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Se tivermos esse problema, será facilmente resolvido. E só alargar a bitola, e o material ferroviário poderá ser substituído. Ainda hoje no Brasil existem linhas de um metro e de um metro e sessenta, e as condições econômicas ainda não justificam a substituição da de um metro pela de um metro e sessenta.

O SR. ATÍLIO FONTANA — A maior parte, realmente, é de um metro. E os dormentes?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Todos produzidos na região. Na ocasião compreendemos porque os dormentes da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foram importados. Na Amazônia é fácil comprar mil dormentes, mas quando são necessários um milhão, temos de ir a grande distância pela América toda, inclusive de qualidade inferior e que mais tarde são substituídos. No início, selecionamos três tipos de madeira, as melhores, e há uma substituição sistemática dos mesmos, coisa de rotina.

A manutenção da estrada, como os Senhores Senadores poderão constatar quando lá estiverem, é totalmente mecanizada. Não existe nada no Brasil semelhante.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Como conseguiu que o porto do Amapá ficasse longe de atritos, greves, baixa produtividade, como ocorre geralmente em todos os portos do Brasil?

O fato é que essa situação não atingiu o porto do Amapá.

A expressão "porto" não é adequada. Nós temos um embarcadouro de minério. Nós temos uma máquina de embarcar minério. Temos um cais flutuante, que é o único no mundo, no gênero porque os portos flutuantes conhecidos, como de Manaus, são ancorados em corrente. Nosso porto flutuante ancorado com dois braços na terra, como contrapêso. Então, é uma boca flutuante, porque o Rio Amazonas desce duas vezes por dia. Desce e sobe quatro metros.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Leite) — Não há estiva?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Temos o porto onde o minério é estocado. Quando chega o navio, o vagão desce no silo, desce o silo, o vagão corre e a correia leva o minério para o navio. Então, temos um conjunto de homens que operam um conjunto de máquinas. Não há trabalho dentro do navio.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Manual.

O SR. AZEVEDO ANTUNES — ...porque há espalhamento do minério dentro do navio.

O SR. PRESIDENTE — Então as pessoas que trabalham são empregados da Companhia. Não há estiva. Nunca teve problema da estiva?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Estiva existe, quando é feita descarga de mercadoria para o Território. Então, nesse pier onde se faz carga geral, existe a estiva.

O Dr. Marinho menciona que aqui no Rio de Janeiro, há carga mecânica, do carregador a granel, também não tem estiva.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Não tem estiva, mas são obrigados a levar a estiva.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Chegamos a um ponto, que não podemos modernizar nossos portos porque se considera lesivo, prejudicial, à estiva. Então, temos em Santa Catarina um porto onde a carga e descarga de cereais é feita por caçambas. Um navio de 10.000 toneladas permanece 30 dias, para movimentar a carga. E há cogitação, porque ameaçam de greve se se pretende mecanizar, modernizar o porto. A essa situação chegamos.

O SR. JOSÉ FELICIANO — O porto de exportação da Vale do Rio Doce é construído nestas condições técnicas lá do Amapá?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — A Vale do Rio Doce tem porto que está em funcionamento hoje e, outro, em construção, de Tubarão. O que está em funcionamento hoje não está à altura das necessidades da Vale do Rio Doce, tanto que projetaram o novo porto em Tubarão. Este porto está sendo projetado dentro da mais moderna técnica e da mais alta eficiência. Conheço-lhe o projeto, é um trabalho digno. Vai ser dos mais atualizados do mundo, em Tubarão, perto de Vitória.

O porto da Usina da Ferro & Aço de Vitória. É o novo porto de minério da Vale do Rio Doce. Aliás, a Vale do Rio Doce, fazendo isso, quer a grande dificuldade que ela tem que a grande dificuldade na competição mundial era ter um porto onde pudesse carregar grandes navios, competir no problema frete. E a Administração da Vale do Rio Doce, muito judiciosamente, estudou essa solução, que é excelente, está em andamento e espera-se que em 66 esteja em pleno funcionamento.

O SR. ATÍLIO FONTANA — 1966?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Tem mais dois anos de construção. Fins de 65.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Qual outro investimento que o Grupo a que o Sr. pertence pretende fazer no País?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Em primeiro lugar, todos os investimentos nossos são no País. Não temos investimento no Exterior.

Temos ainda em andamento esse empreendimento de São Paulo, em Moji das Cruzes. Trata-se de uma usina de aço de qualidade, com capacidade inicial, na primeira etapa para 70.000 toneladas de lingotes e 70.000 toneladas de aço acabado. Esse é investimento de 15 milhões de dólares. Esperamos ter a usina em funcionamento em setembro de 1965. Está na fase inicial, de obras de terraplenagem.

Como se trata de aço de qualidade, tinha que instalar-se a usina a um raio de pequena distância do maior centro de umidade do aço e de outras matérias-primas também utilizada etc. Estudamos as várias áreas e finalmente localizámo-nos em Moji.

Para essa usina conseguimos a técnica que é de acos de qualidade da Sipa, que será consumidora inclusive, porque tem uma fábrica de rolamen-

tos no Brasil, e é sócia, com 10%, talvez passe a 20%.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Que combustível pretendem consumir?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Vão ser instalados fornos elétricos.

O SR. MELO BRAGA — A base da industrialização será também com fornos elétricos ou carvão?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Para a fabricação de ferros-liga será, também, fornos elétricos. Os projetos que vamos encaminhar aos senhores citam "fornos elétricos".

O SR. MELO BRAGA — Isso vai dar a quantos kw?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Tem uma potência inicial de 36.000 kw, mas pode ir a 150.000 kw. Já está preparada para colocar unidades adicionais, mas só com as obras prontas. Nos 4.000.000 kw da Amazônia vai ser a primeira grande usina hidrelétrica.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Leite) — Qual a capacidade preparada?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Pode atingir 120.000 kw. Entretanto, etapa inicial seria 36.000 kw.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Está sendo construída dentro do cronograma?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Nesse ponto não posso dar aos senhores maiores pormenores, porque tem havido mudanças de Governo. Tivemos uma de 1960 para 1961; depois tivemos outra.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Leite) — E as relações da Companhia com os Poderes Públicos? É uma pergunta muito delicada. Por isso, deixei para o fim, a fim de o senhor nos responder.

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Essa sua pergunta é realmente delicada. O senhor sabe que a Companhia é uma empresa privada, e, para realizar essa obra, não tomou dinheiro emprestado do Governo, nem sequer em cruzeiros, nem em dólares. Nunca recebemos dólares do Governo; só damos. Já trouxemos para o Brasil mais de 60.000.000 de dólares com a exportação de minérios.

Entretanto, reconhecemos que temos uma responsabilidade pública no Amapá. Foi-me dado o encargo de desenvolver essa riqueza e, por outro lado, promover o desenvolvimento do território.

De modo que, sendo contratante com o território do Amapá, a nossa posição é discreta ao cumprir as nossas obrigações, a qual fazemos religiosamente e integralmente. Estamos conscientes de que temos cumprido todas as nossas obrigações. E mais: temos feito mais do que isso; toda vez que temos sido solicitados a trazer uma contribuição ao território do Amapá, temos cumprido.

De modo que as nossas relações com o Governo são cordiais. O Sr. sabe que no tratamento humano nem sempre as coisas correm às mil maravilhas.

De forma que, há altos e baixos. Mas, não temos tido choques, pois temos procurado não dedicar a nossas obrigações, que é o desenvolvimento do nosso trabalho e estudar mesmo empreendimentos para o território. De modo que é esta a posição que temos.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Leite) — O Senador Agénio de Barros assentiu um filme, juntamente com o Sr. Rosenblatt. Este filme era do Sr. Rosenblatt. Foi, realmente, uma produção muito interessante, entusiasmante e bonita.

O SR. MELO BRAGA — O Banco do Brasil possui agência naquela localidade?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Sim.

O SR. MELO BRAGA — Para operações de ordem cambial?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Não. Este tipo de operação é feita no Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Além de São Paulo a empresa tem em vista outros empreendimentos?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Nesse grupo originou-se em Minas Gerais. Detém, atualmente, além da ICOMI outros empreendimentos como empresas de aço em São Paulo. Em Minas Gerais iniciamos com a exploração de minério de ferro, manganês e calcário. Neste momento empreendemos, normalmente, minério de ferro para o porto do Rio de Janeiro e ainda abastecemos a indústria nacional.

Quando surgiu a ICOMI no Amapá, transferimo-la de Minas Gerais para a área territorial a fim de melhor podermos desenvolver o projeto. Antes de ser transferida para o Amapá era a maior produtora e fornecedora de ferro para Volta Redonda. Temos os primeiros fornecedores desta região, desde 1949 e a fim de continuarmos durante algum tempo assim como também a usina de Barra Mansa pertencente ao grupo do Senador José Francisco. Atualmente, estamos estudando a possibilidade de implantação de um conjunto siderúrgico no Vale do Paraíba. Este estudo tem bastante margem de viabilidade.

O SR. ATÍLIO FONTANA — V. S.ª falou na pesquisa que está sendo realizada visando a possibilidade de aumento de tonelagem?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — A partir de V. Exa. é muito importante e interessante para o exame do problema que estamos realizando sobre os minérios no Brasil. Tanto que, na documentação que enviarei aos Srs. Senadores incluirei explicação que fiz em 1961 no Centro Minerais Régio, em São Paulo, a respeito da política de minérios no Brasil.

Nosso País apresenta imensas possibilidades no setor da pesquisa do minério de ferro. Convenhamos, entretanto, que é impossível realizarmos uma prospecção em todo o território nacional, com relação à pesquisa dos minérios, o que imporia uma despesa vultuosíssima.

No campo da geologia o Brasil ainda está em atinhamo. No Amapá estamos, continuamente, procurando mais minério ao mesmo tempo que estudamos a geologia da região, estudo este que pode ser aproveitado para outras áreas. Recentemente realizamos um trabalho que acreditamos ser o único no Brasil, ou seja, pesquisa de minério com magnetômetro que é instalado a bordo de um avião. No Canadá e no Cero Soviético, os aeroplanos foram utilizados com este tipo de aparelho, fazendo importantes descobertas.

Atualmente utilizamos um método mais simples para a detecção de jazidas minerais. Consistimos em trabalhar com uma bússola magnética que detecta as anomalias do campo magnético terrestre. Este método é muito simples e barato, mas não é tão preciso quanto o magnetômetro. O que há de mais importante neste trabalho é que o magnetômetro detecta as anomalias do campo magnético terrestre, o que é muito importante para a detecção de jazidas minerais. Este método é muito simples e barato, mas não é tão preciso quanto o magnetômetro. O que há de mais importante neste trabalho é que o magnetômetro detecta as anomalias do campo magnético terrestre, o que é muito importante para a detecção de jazidas minerais.

Em um ano depois, no fim do ano passado, fomos a um local onde havia um ligeiro afloramento de pedregulhos de manganês, onde havia sido dado, no passado, um furo para desentargo de consciência e o

considerado estéril, pelo menos até segunda ordem.

Esse homem fez o teste e determinou uma anomalia substancial. Colocamos uma sonda no centro da anomalia varando 20 metros de e-tétil e atravessando cerca de 50 metros de minério do mais alto teor de manganês e depois varamos, para baixo, uma camada de carbonato também de alto teor de manganês, considerando-se que o carbonato tem o teor de 20% de manganês.

Isto nos permitiu definir um novo campo de minério de cerca de um milhão de toneladas, que não seria possível, pois ninguém iria fazer furo em lugar onde não havia indicação alguma. Isto foi feito porque estamos trabalhando lá, observando todas as indicações e podendo aplicar esta técnica moderna. Agora, vamos entender esse trabalho a outras áreas.

Respondendo à pergunta que me foi feita, devo dizer que acredito que continuaremos a encontrar mais minérios. Temos uma área limitada de 2.500 hectares e nessa área, provavelmente, podemos encontrar todos os minérios que lá existem.

O SR. ATÍLIO FONTANA — V. S.ª tem conseguido encontrar outros minérios?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Só temos minério manganês. Mas outras áreas tem o ferro.

É um caso interessante: numa jazida onde estudos feitos indicavam que o corpo de minério estava esgotado, que não havia mais minério um dos nossos geólogos, com sua mentalidade de cientista, buscando estabelecer contato de cada, pediu permissão para dar uma perfuração mais profunda. Autorizamos uma perfuração de cem metros, exclusivamente para fins científicos. A esta profundidade de cem metros o geólogo varou um corpo de minério a 57%, o que veio abrir novos horizontes, pois demonstra que devemos pesquisar a maior profundidade.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Os Srs. só têm 2.500 hectares? É uma pequena fazenda.

O SR. AZEVEDO ANTUNES — São 2.500 hectares, mas temos outras áreas a pesquisar. O território do Amapá produz o historicamente conhecido ouro de batela; produz, também, a cassiterita em pequena escala e possui depósitos de minério de ferro. Temos notícia de uma outra ocorrência de manganês em outra parte do Território e ainda de minério de cromo.

Sobre o manganês, tem-se verificado outras ocorrências no Brasil. O Engenheiro Fagundes, em Congresso Internacional realizado no Norte revelou a descoberta de grandes jazidas de manganês na Amazônia, nas proximidades do rio Sucunduri e já publicou um trabalho sobre o assunto. De modo que é no desenvolvimento dessas pesquisas que se cria condições para o trabalho de desenvolvimento.

Um dos nossos engenheiros que está trabalhando lá, pouco a pouco os nossos serviços para trabalhar com o Governo de Goiás. É um empreendimento de grande porte, muito caro e vai abranger os trabalhos de pesquisa do Estado. Esse projeto, certamente, está levando mais coisas para a evidência que conseguiu no Amapá.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Assisti a vários debates na Câmara dos Deputados e ali mesmo de colegas do Senado, em que era defendida com ardor a tese de que não devíamos exportar para não nos privarmos no futuro, de minérios como manganês do qual tínhamos uma quantidade limitada e se precisássemos de desenvolver nossa indústria siderúrgica, talvez necessitássemos de importá-lo. Verificamos, no entanto, que países como a Rússia, Índia e outros, que são milenares, estão descobrindo

maior quantidade de manganês. Isso poderá ocorrer também no Brasil.

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Tenho opinião diversa e vamos encaminhar aos Srs. Senadores um trabalho substancial sobre manganês do Instituto (?) "Morais Régio", de autoria de dois técnicos brasileiros, os engenheiros Mário Pinto e Karper de Souza, que estudaram a tecnologia do manganês e suas reservas.

Temos grande reserva de manganês em Mato Grosso. Somente em Uruçum há uma reserva de 80 milhões de toneladas. Temos reservas no Amapá, Bahia e as de Minas Gerais que são em parte limitadas, mas que demandam maiores pesquisas. É preciso prosseguir os estudos, porque temos áreas desconhecidas. Tenho uma amostra de manganês que me foi trazida de um corc da estrada Brasília-Ácre. Na região do rio Sucunduri — a ser verificado o trabalho do geólogo Fagundes e não tenho motivos para duvidar — há uma jazida surpreendente. Hoje, porém não é possível constatar-se outro Amapá no rio Sucunduri. A competição atualmente é grande.

Não tive oportunidade de esclarecer ao Senador José Euríbio um fato. Ele falou que o minério era vendido por 17 dólares e hoje está a 8 e 9 dólares. Era vendido a 17 dólares que não havia minério de ferro no mundo e nós impunhamos preços. Hoje há minério demais e estamos sujeitos à lei da oferta e da procura. É tal a quantidade de minério que se encontrou depois da última guerra que perdemos a nossa supremacia no mercado e, até hoje, não nos equipamos, não prosseguimos em nossas pesquisas. A Libéria está exportando mais que o Brasil, como também a Venezuela, o Canadá, o Chile e o Peru. De toda parte surgem jazidas. O minério, naturalmente tinha de baixar de preço. Somente a produção do Gabão, da Rússia, da Índia, da Argentina e da América Latina para abastecer toda a indústria siderúrgica americana que, atualmente, consome apenas 50% de sua capacidade. O consumo é baixo e, além disso, há o desenvolvimento da técnica. Todos esses fatores devem ser meditados pelos que detêm o minério. Poderemos ter no futuro um produto não utilizável ou de utilidade reduzida, com grande concorrência no mundo. Os processos metalúrgicos modernos reduzem o consumo de manganês. O processo LD já usado pela Belgo-Mineira e pela COSIPA, que são fornecidos a oxigênio reduz o consumo de manganês. Este processo começa a ser empregado nos Estados Unidos e, em breve, a utilização de LD, com forno de aço, estará dominando o mundo e a redução do consumo de manganês será substancial.

Há uma série de fatores que tornam difícil o mercado de manganês. Não temos reservas próprias, mas podemos contar com a reserva de outros países como do Cero Soviético. O País está a espera.

O SR. FELISBINO — Realmente há um surto de pânico no mundo. É notório, quando tomamos em conta o projeto do Amapá, tal o que está acontecendo no Rio Branco, ficando triste. O Conselho Nacional de Economia fez estudo sobre as possibilidades do Rio Branco. É uma pena. Não há compreensão os comêsses do Amapá, para dar possibilidade ao Executivo.

Realmente há um surto muito grande de progresso. Entretanto, está completamente abandonada, e consequentemente, inaproveitada. Vossa S.ª sabe algo a respeito?

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Não conheço a área do Território do Rio Branco. V. Exa. toca em assunto que me parece a razão de ser desta

Comissão, que visa traçar, de certa forma, a política de minério para o Brasil.

Neste trabalho que passo às mãos de V. Exa. esboço os problemas principais do minério e alguma coisa a ser feita. Preciso realizar um plano de conjunto, para pesquisar intensivamente.

Tenho notícias de que, em Rio Branco, focalizado por V. Exa. há um depósito de minério que poderia libertar o Brasil neste setor. É, portanto, uma reserva de significado muito maior do que as do Amapá e Rondônia.

Uma série de condições idênticas às do Amapá prevalece, também, no Território do Rio Branco. Infelizmente de uns tempos para cá, desde a formação do Ministério de Minas e Energia, criou-se um estado de insegurança, de insegurança, altamente desestimulador de iniciativas, representando tanto sacrifício, tanto risco, inclusive dos indivíduos que demandam êxito nas coisas. Para tal empreendimento, temos necessidade de um clima de segurança de estímulo, para que a iniciativa privada possa se interessar por essas Terras federais.

Como podemos aconselhar as pessoas a fazer tal empreendimento se elas se sentem ameaçadas para empreender uma empresa desse gênero? Somente poderemos aconselhar essas pessoas, se tivermos garantia para tal obra. As pessoas são chamadas de criminosas, quer dizer, que estão espoliando o País.

Na realidade, V. Exa. sabe que um país não conhecido como os Estados Unidos tem em campo cerca de vinte e cinco mil geólogos. A Rússia e a China têm, cada uma, e são também bem conhecidas, mais de dez mil geólogos no campo. O Brasil tem pouco mais de uma centena. Só temos os poucos geólogos da Petrobrás, nada mais. Há necessidade de se traçar uma diretriz. É preciso que tenhamos a coragem de traçar diretrizes.

Se há ocorrência de manganês no Território do Amapá, deve-se traçar um programa de 35 a 20 milhões de dólares por ano, trazendo isso consequências boas para a nossa economia. E isso também deve ser feito em várias outras áreas do Brasil. Mas precisamos criar uma estrutura de apoio. Acredito que não só em minério, mas em outras áreas do Brasil em que a iniciativa privada está travada.

O SR. PRESIDENTE — Ontem ouvimos o Dr. Celso Furtado, Superintendente da SUDENE. Dentre os pontos abordados, citou-se a possibilidade da criação de novas turmas de

O SR. AZEVEDO ANTUNES — Realmente a SUDENE está fazendo um grande esforço no Nordeste.

Sr. Presidente, como disse de início estou muito honrado por ter participado a esta Comissão.

Realmente devido às condições que estamos atravessando, não podemos ficar inertes. Precisamos criar o País para o futuro. V. Exa., com a responsabilidade que tem, procurando os problemas, querendo trazer maior equilíbrio, principalmente a nível econômico, estamos na fase de reatuação. Devemos fazer um grande esforço e criar condições para que as condições possam fazer tudo, ou mais do que nós no Amapá. Se não ocorrer, modificaremos este País do qual para a noite, Deus, transformo a minha confiança no povo do Brasil pode ser desde que os brasileiros tenham espírito público, negão de seu dever para com o futuro.

Agradeço aos Senhores esta oportunidade e quero pôr-me à disposição para qualquer pergunta mais de V. Exa. Neste momento, convidei os Senhores Senadores para uma visita à ICOMI e V. Exa. ficam com a liberdade de convidar outras pessoas se assim achar conveniente. Espero ter o prazer de acompanhar V. Exa. nesta visita.

O SR. PRESIDENTE — Se não fosse os Senhores Senadores desejar fazer outra reunião ou encerrar a sessão acrescentando antes o nome da Comissão a presença do Sr. Azavedo Antunes, que está cuidando de uma lista de brasileiros. Tudo fazemos para agradando o seu desejo comparecer a visita a RCOM.

Nada mais havendo a tratar esta encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos)

ARTIGO QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 221-63, APROVADO NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE OUTUBRO DE 1963

Jornal do Brasil, 6ª-feira, 18-10-63, 1ª Cad. — 7

A PARTE DO MESTRE

Tristão de Athayde

Nunca foi tão grande a responsabilidade dos mestres, desses heróis desconhecidos da história da Sociedade Humana, como em nossos dias. Estamos vivendo um momento em que a humanidade toda procura novos rumos. Temos todos a noção de que estamos vivendo não apenas o fim de uma era mas o início de uma era nova. Tudo em torno de nós tende a desmoronar. E por isso mesmo uma onda de pessimismo varre a face da terra, e a cada acontecimento que os jornais ou os boatos espalham pela cidades acreditamos no fim de um Governo, de um regime ou de uma era.

E, ao mesmo tempo, uma onda de invencível esperança também varre a face da terra. E assim como na atmosfera é o contato das massas frias e das massas quentes que provoca as chuvas fecundantes ou as tempestades destruidoras, assim também na atmosfera social em que vivemos o choque do pessimismo e da esperança provoca os aguaceiros que nos salvarão das secas ou nos destruirão pelos furacões e pelas enxurradas da violência.

Em todo esse choque da era que termina com a que desabrocha, a parte do professor é considerável. Esse herói desconhecido terá que enfrentar com mais coragem ainda a sua vocação de servir à comunidade, de modelar as personalidades, de vencer os vícios, de superar as paixões, de comunicar aos seus filhos pelo espírito, não só o conhecimento intelectual, mas as virtudes morais e intelectuais, capazes de impedir que as forças do mal, da discórdia, da intolerância, da injustiça em suma da violência, se desengadelem.

Estamos, particularmente em nosso Brasil, num desses momentos cruciais de nossa História. Estamos vivendo uma revolução invisível de que sairemos regenerados ou diminuídos. As cascas, os boateiros os pessimistas apressam a cada momento catástrofe destruidoras. E convenhamos que a soma dos nossos erros das nossas levandades das nossas cegueiras, é de molde a tornar possível a conversão dessas ameaças catastróficas em realidade. Para que isso não ocorra não é mister que renunciemos ao futuro, que nos voltamos para o passado como saudosistas que fogem ao imperativo mutacionista e revolucionário de nossa época.

Mas essa revolução que não está para vir porque já veio, ou será feita à brasileira ou não será uma revolução brasileira e apenas um mimetismo, uma renúncia à nossa própria personalidade coletiva, ao nosso modo de ser e de viver ao nosso passado e ao nosso presente mais profundo, pois é aquela que está no fundo de nossos corações.

Essa revolução à brasileira, porém, é acima de tudo a que se faz pelo coração, pela inteligência, pela educação pelo respeito recíproco, pelo bom senso, pelo estudo, pela modéstia, pelo

sacrifício, pelo esquecimento de si mesmo pelo espírito comunitário em suma, que é, por isso mesmo, um espírito inteiramente personalista. Ora, que é tudo isso: não o próprio espírito de vocação magistral? Que é tudo isso senão a vocação do professor, o espírito do professor, os processos do professor, a alma do autêntico humanismo pedagógico? Esse humanismo pedagógico é que tem de ser a base da revolução brasileira à brasileira.

E são esses soldados desconhecidos da mais incruenta das guerras, da única das guerras que devemos admitir e querer contra a ignorância, contra o preconceito, contra a impiedade, contra a imoralidade contra a irresponsabilidade a injúria, o imobilismo, o isolacionismo, contra todas as formas de egoísmo individual e coletivo — são esses soldados desconhecidos da luta incruenta do saber, do querer e, acima de tudo, do amar que nesta semana saudamos e por quem rogamos a Deus a cuja imagem se forma a sua consciência de criadores e formadores de almas e de vidas humanas, que lhes dá a perseverança no seu espírito de sacrifício e a esperança nas grandes messes de amanhã, nas sementeiras que esses gloriosos lavradores anônimos semearam.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão de Constituição e Justiça

36ª REUNIAO, EM 23 DE OUTUBRO DE 1963.

As 16,00 horas, sob a presidência do Senhor Milton Campos, presentes os Senhores Aloysio de Carvalho, Josaphat Marinho, Argemiro de Figueiredo, Bezerra Neto, Edmundo Levy, Silvestre Péricles, Jefferson de Aguiar, Ruy Carneiro e Lobão da Silveira, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça. Deixa de comparecer o Senhor Eurico Rezende.

E' lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

O Senhor Presidente anuncia a seguinte distribuição:

— ao Senhor Josaphat Marinho o Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1963, que eleva o Território Federal do Amapá à categoria de Estado e dá outras providências; — e Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1963, que proíbe o uso da expressão "Brasília", pelas sociedades mercantis de natureza imobiliária, e dá outras providências.

— ao Senhor Aloysio de Carvalho o Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1963, que reconhece jurisdição nas Ilhas Oceânicas;

— ao Senhor Lobão da Silveira o Projeto de Lei do Senado nº 143, de 1963, que autoriza o exercício da função de despachantes, junto às Coleções Federais e dá outras providências;

— ao Senhor Silvestre Péricles o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 1963, que modifica o artigo 37 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), e Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1962, que Regula a Profissão de Corretores de Seguros;

— ao Senhor Ruy Carneiro o Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativo do Centenário da Associação Comercial do Pará, e Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1963, que determina a inclusão nos Cursos de História Natural das Faculdades de Filosofia da Cadeira de Genética como anexo da Cadeira de Biologia;

— ao Senhor Jefferson de Aguiar o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1963, que modifica o artigo 227 do De-

creto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho);

— ao Senhor Bezerra Neto o Projeto de Lei do Senado nº 140, de 1963, que concede ao empregado dispensado antes de completar 12 meses de trabalho o direito à título de férias proporcionais; e;

— ao Senhor Eurico Rezende o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel a Prefeitura Municipal de Aquidauana, Estado de Mato Grosso.

Inicialmente o Senhor Bezerra Neto lê parecer contrário, aos Projetos de Lei do Senado nº 122, de 1963, que altera o artigo 633, do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho, e, Projeto de Lei do Senado nº 126, de 1963, que define o que seja menor-aprendiz, face ao Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), e dá outras providências. A Comissão aprova o parecer.

O Senhor Silvestre Péricles dá os seguintes pareceres:

— favorável à emenda apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1963, que concede pensão vitalícia de Cr\$ 30.000,00 mensais à Fausta da Gama Ribeiro, viúva do ex-Deputado Eurico Ribeiro da Costa; e;

— favorável à emenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1963, que inclui na relação descritiva a que se refere a lei nº 2.975, de 27 de novembro de 1956 a rodovia Mineiros — Coxim — Corumbá.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Com a palavra o Senhor Aloysio de Carvalho emite os seguintes pareceres:

— favorável à emenda apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1961, que dá nova redação ao nº 2, da letra "b", do artigo 102, do Estatuto dos Militares, Decreto-lei nº 9.693, de 2 de setembro de 1963 e dá outras providências;

— favorável à emenda substitutiva apresentada ao Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1950, que aprova o Acordo sobre Privilégios e Imunidades da Organização dos Estados Americanos, firmado pelo Brasil a 22 de setembro de 1949. A Comissão aprova os pareceres.

Ainda o Senhor Aloysio de Carvalho dá parecer ao Requerimento nº 182, de 1963, de Adélia Leite Pereira e outras oficiais Bibliotecárias, que solicitam reconsideração do Ato que lhes negam gratificação de nível universitário.

Em discussão a matéria sugere o Senhor Argemiro de Figueiredo seja oficiada a Diretoria do Pessoal do Senado Federal a fim de informar se os referidos funcionários já pertenciam ao Quadro da Secretaria do Senado Federal e se já eram diplomados, ao tempo em que a Lei nº 3.789, estendeu seus benefícios aos funcionários de nível universitário. A Comissão aprova a sugestão do Senhor Argemiro de Figueiredo.

Finalmente o Senhor Jefferson de Aguiar apresenta os seguintes pareceres:

— favorável às emendas apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1963, que altera o dispositivo da Lei nº 3.242, de 13 de agosto de 1957, que organiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro de Pessoal e dá outras providências;

— favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1963, que prorroga até 31 de dezembro de 1964, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1960; e,

— pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1963, que altera o Decreto-lei nº 1.995, de 1º de fevereiro de 1940 que, concede franquia postal e telegráfica as Prefeituras e Câmaras Municipais e dá outras providências.

A Comissão aprova os pareceres. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a Reunião lavrando eu, Renato de Almeida Chermont, Secretário, a presente Ata que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão de Agricultura

ATA DA 9ª REUNIAO, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1963.

As vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e três, às quatorze horas e trinta e cinco minutos, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Eugênio Barros, Vice-Presidente, no exercício da presidência, presentes os Senhores Senadores Antônio Carlos, Dix-Rosado, José Feliciano e Raul Giuberti, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Agricultura. Ausentes, por causa justificada, os Senhores Senadores Eduardo Catalão e Lopes da Costa. E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior. Acertos os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Raul Giuberti para, como relator, proferir o seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1962 (Projeto de Lei nº 594-B, de 1959, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o tráfego de embarcações com arqueação até 60 toneladas em serviços nos altos rios e dá outras providências", concluindo, com base em razões expostas no parecer, pela rejeição do projeto. Em discussão usam da palavra os Senhores Senadores Antônio Carlos e José Feliciano, que se manifestam favoráveis a proposição. Pôsto em votação e verificado o empate, o Senhor Presidente, usando das atribuições que lhe confere o artigo 135, § 2º, do Regimento Interno, aplica o voto de minerva desempalando em favor do relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerra os trabalhos, e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário lavrei a presente Ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão de Economia

15ª REUNIAO, EXTRAORDINÁRIA, EM 25 DE OUTUBRO DE 1963.

As 14,00 horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Filinto Múler, presentes os Senhores Senadores Eugênio Barros, Adolfo Franco, Júlio Leite, Melo Braga, Sebastião Archer e Bezerra Neto, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Atilio Fontana, Jefferson de Aguiar, Oscar Passos e Lopes da Costa.

E' lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente, a palavra é concedida ao Senhor Senador Júlio Leite que, proferir os seguintes pareceres, aprovados pela Comissão:

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1963, que aprova o texto do Acordo entre o Brasil e a França sobre a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos.

Pela audiência do Ministério da Indústria e Comércio, do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 1963, que dá nova redação a dispositivos do Código de Propriedade Industrial (Decreto-Lei nº 7.903, de 17 de agosto de 1945).

A seguir, o Senhor Presidente submete à apreciação dos demais membros, a subemenda do Senador Atilio Fontana, o Voto em Separado do Senador Ermírio de Moraes, e o parecer do Senador Sebastião Archer, sobre o Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1961, que altera o Decreto-lei nº 913, de 1º de dezembro de 1938, retificado pelo Decreto-Lei nº 1.061, de 20 de janeiro de 1939, que dispõe sobre o imposto de Vendas e Consignações, define a competência dos Estados para sua cobrança e arrecadação, e dá outras providências.

Por decisão unânime, a Comissão resolve aprovar o parecer de autoria do Senador Sebastião Archer, rejeitando o Voto em Separado e a subemenda, respectivamente, do Senador Ermírio de Moraes e Atilio Fontana.

Prosseguindo, a palavra é concedida ao Senador Eugênio Barros que, emite parecer favorável, aprovado pela Comissão, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1963, que aprova o Acordo de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e a República da China, assinado no Rio de Janeiro a 28 de dezembro de 1962.

Continuando, o Senhor Senador Júlio Leite solicita seja publicado para estudos, o parecer do Senador Jefferson de Aguiar às emendas apresentadas em plenário, ao Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 1962, que isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, os veículos especiais destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos que as incapacitem para a utilização dos modelos comuns.

Esgotada a matéria constante da pauta, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cid Bruggier, secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão de Redação

40ª REUNIÃO REALIZADA AOS 22 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 1963.

As dezesseis horas do dia vinte e dois do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e três, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Dix-Huit Rosado, presentes os Senhores Senadores: Júlio Leite e Walfredo Gurgel. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Sebastião Archer e Padre Calazans.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Júlio Leite apresenta a redação dos seguintes projetos:

a) Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1963 (nº 14-A de 1963, na Casa de origem), que aprova o texto da Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Portuguesa, assinado, em Lisboa, a 9 de agosto de 1960;

b) Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1963 (nº 31-A de 1963 na Câmara), que aprova o texto do Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Chile, assinado, no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1961.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

41ª REUNIÃO REALIZADA AOS 24 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 1963.

(EXTRAORDINÁRIA)

As vinte e duas horas do dia vinte e quatro do mês de outubro do ano de

mil novecentos e sessenta e três, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Senador Dix-Huit Rosado, presentes os Senhores Senadores Walfredo Gurgel, Sebastião Archer, e Júlio Leite.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Padre Calazans.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os seguintes pareceres:

I — do Senhor Senador Walfredo Gurgel:

a) Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1963 (nº 1 135 de 1963, na Casa de origem), que abre, ao Poder Legislativo, Senado Federal o crédito suplementar de Cr\$ 1.068.245.000,00 como reforço das verbas que enumera;

II — do Senhor Senador Júlio Leite:

a) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1963 (nº 160-A de 1962, na Câmara), que ratifica o Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha, firmado no Rio de Janeiro, aos 29 de agosto de 1957;

b) redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1963 (nº 4.589-C de 1963, na Casa de origem), que concede pensão especial de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), mensais a Herundina Martins da Silva, filha do ex-tesoureiro aposentado Francisco Josephino Maria da Silva;

c) redação final, digo, redação do vencido em primeiro turno, ao Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1962, que dispõe sobre a aquisição, no estrangeiro, de automóveis de passageiros para revenda entre motoristas profissionais.

III — Senador Sebastião Archer:

a) redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1963 (nº 4.307-B de 1962, na Casa de origem), que concede isenção de direitos de importação e outros, para mercadorias doadas pela General Conference of Seventh-Day Adventists, dos Estados Unidos da América do Norte à União Sul-Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia;

b) redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1963 (nº 2.794-C de 1961, na Casa de origem), que transforma a 2ª Coletoria Federal do Estado do Rio em Coletoria Federal de Miguel Pereira e a Coletoria Federal de Itabapirana, no Estado do Espírito Santo, em Coletoria Federal de Apicacá.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão de Educação e Cultura

ATA DA 14ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1963.

As dezesseis horas do dia vinte e três de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e três, na Sala das Comissões, sob a presidência eventual do Senhor Senador Mem de Sá, presentes os Senhores Senadores Walfredo Gurgel, Antônio Carlos e Adolpho Franco reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Padre Calazans, Menezes Pimentel e Pessoa de Queiroz.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente, em exercício, dá a palavra ao Senador Walfredo Gurgel, que emi-

te parecer referente ao Projeto de Lei do Senado que regula o uso dos livros didáticos nos estabelecimentos de ensino mantidos pela União e nos de ensino secundário e técnicos especializados. Parecer aprovado, por unanimidade, pela rejeição do projeto.

A seguir, o Senhor Senador Antônio Carlos emite parecer oral sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963, que aprova o acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1963. Parecer aprovado, por unanimidade.

Prosseguindo, o Senhor Senador Mem de Sá, Presidente em exercício, passa a emitir os seguintes pareceres:

1º — Projeto de Lei da Câmara nº 83 de 1963, que amplia o alcance do artigo 2º do Decreto-lei nº 5.343, de 25 de março de 1943, que dispõe sobre habilitação para direção de educação física, e dá outras providências. Parecer aprovado, por unanimidade, solicitando audiência ao Conselho Federal de Educação e ao Conselho Nacional de Desportos

2º Projeto de Decreto Legislativo número 21-63, que aprova o texto do Acordo que institui o Centro Latino Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962. Parecer aprovado, favorável ao projeto.

3º Projeto de lei do Senado nº 9-63, que mantem os Colégios Militares sob jurisdição do Ministério da Guerra e dá outras providências. Parecer aprovado, pela rejeição ao projeto.

4º Projeto de Decreto Legislativo nº 27-63, que aprova o texto do Acordo Cultural concluído entre o Brasil e a Polônia, em Brasília, a 19 de outubro de 1961. Parecer favorável, pela aprovação do projeto.

5º Projeto de lei do Senado nº 100-63, que considera de utilidade pública a Associação dos Artistas Brasileiros, com sede na Guanabara. Parecer aprovado, favorável ao projeto e à emenda.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Vera de Alvaranga Mafra, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Publicação de Parecer para estudo

Da Comissão de Economia sobre o Projeto de lei da Câmara número 170-62 (PL nº 3.244-R-61 na Câmara — Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, os veículos especiais destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos que se incapacitem para a utilização dos modelos comuns.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar. As Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Economia opinaram pela aprovação do projeto de Lei da Câmara, oriundo de Mensagem governamental número 384, de 1º de agosto de 1961), outorgando isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para os veículos que, pelas suas características e adaptações específicas, se destinaram a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos que as incapacitem para a utilização dos modelos comuns.

O parágrafo único do artigo 1º do Projeto originou-se de emenda preconizada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Essa emenda fixou em cinco (5) anos o prazo da isenção e dela excluiu o material com similar na-

Na discussão do projeto, o Senador José Ernirio de Moraes apresentou a Emenda número 1, eliminando do parágrafo único do artigo 1º a restrição de cinco (5) anos nele se mantém, substituindo a redação do artigo 1º pela seguinte:

“A importação dos veículos somente poderá ser feita por estabelecimentos hospitalares de reconhecida idoneidade, preferencialmente pelas Santas Casas de Misericórdia, e a sua venda será efetuada sempre às mesmas pessoas portadoras de deficiências físicas, comprovada por junta médica oficial.

Parágrafo único — A estação aduaneira só liberará o material importado de cumprido o disposto neste artigo e fiscalizará, ainda, a destinação dos veículos”.

A Comissão de Constituição e Justiça opinou pela constitucionalidade e juridicidade da emenda ora em apreciação.

A emenda número 1 merece aprovação, no que se refere à alteração do parágrafo único do Artigo 1º, por isso que, como é óbvio, não seria lícito admitir-se a fixação de prazo para a obtenção do favor fiscal, no caso de paraplégicos e portadoras de incapacidade física grave, cuja ocorrência não tem prazo, nem previsibilidade possível. Nas hipóteses previstas no projeto, quando houver necessidade de importação de veículos especializados, ela poderá ser efetuada por quem seja portador da incapacidade, em qualquer tempo, pela ocorrência da incapacidade ou pelo agravamento do estado do doente — (Artigo 1º).

O art. 1º cogita d'outra hipótese: venda do veículo importado, porque venha a ser desnecessário ao doente, por recuperação parcial ou cura total. Nessa hipótese, permite-se a alienação do veículo a outro doente (somente a pessoa nas mesmas condições de deficiência física apurada mediante inspeção por junta médica oficial, diz o projeto).

Preocupou-se o ilustre autor do projeto, eloqüentemente, com a possibilidade de fraude à sombra do benefício justo em favor dos paraplégicos ou incapacitados fisicamente, mas tolheria a outorga, caso fossem admitidas as alterações previstas na redação do artigo 2º do projeto, “data venia”. Realmente, restringir-se a importação dos veículos especiais a que alude o projeto aos hospitais e especialmente às Casas de Misericórdia levaria os incapacitados a dependerem de terceiros para o benefício que deveria ser urgente e sem qualquer formalismo, porque a própria decreta ou incapacidade justificaria a importação, plenamente. O privilégio em favor dos hospitais e Santas Casas poderia possibilitar a importação de novos ónus aos paraplégicos ou na impossibilidade de importação, porque nesses nosocomios não pudessem suportar os encargos ou deles não pudessem se encarregar, por várias circunstâncias.

Porém, a emenda número 1, na sua segunda parte, pode permitir a aprovação da seguinte subemenda:

CE — Nº 1

“Inclua-se no artigo 2º o seguinte:

Parágrafo único — Apurada a fraude na importação ou na venda dos veículos importados com a isenção outorgada nesta lei, o infrator pagará os impostos de importação e de consumo, bem como a taxa de despacho aduaneiro, em dobro, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis”.

A redação do artigo 1º deve ser alterada, oportunamente, na sua parte final, desde que os "defeitos físicos" não "incapacitem" para utilização dos cálculos comuns, mas impossibilitem os incapacitados de utilizarem os veículos comuns, por sua incapacidade, ante as correções a que devam atender em vista da deficiência física, específica, de cada um deles. Demais disso, o texto se refere a "paraléticos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos", devendo portanto, reportar-se aos que ficam impossibilitados de utilizar os

modelos comuns. O texto escolhido ficará: *os quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns.* Assim, a Comissão opina pela aprovação da emenda número 1, (primeira parte, alteração da redação do parágrafo único do artigo 1º), com a subemenda à segunda parte, incluindo-se no artigo 2º o parágrafo único, que se indica neste parecer, com a rejeição, pois a alteração de redação do artigo 2º, cujo texto mantém, opina ainda, pela alteração da redação do artigo 1º "in fine", conforme está exposto neste parecer.

Comissão de Finanças

Republique-se por haver saído com incorreções.

Subanexos	Relator
1 — Receita	Sen. Leite Neto
2 — Poder Legislativo	Sen. Argemiro de Figueiredo
2.01 — Câmara dos Deputados	Sen. Argemiro de Figueiredo
2.02 — Senado Federal	Sen. Argemiro de Figueiredo
3 — Órgãos Auxiliares	Sen. Argemiro de Figueiredo
3.01 — Tribunal de Contas	Sen. Argemiro de Figueiredo
3.02 — Conselho Nacional de Economia	Sen. Argemiro de Figueiredo
4 — Poder Executivo	Sen. Bezerra Neto
4.01 — Presidência da República	Sen. Bezerra Neto
4.02 — D.A.S.P.	Sen. Bezerra Neto
4.03 — E.M.F.A.	Sen. Dinarte Mariz
4.04 — C.R.I.F.A.	Sen. Dinarte Mariz
4.05 — S.U.D.E.N.E.	Sen. Dinarte Mariz
4.06 — C.V.S.P.	Sen. Dinarte Mariz
4.07 — Conselho Nacional de Telecomunicações	Sen. Dinarte Mariz
4.08 — Conselho de Segurança Nacional	Sen. Lobão da Silveira
4.09 — S.P.V.E.A.	Sen. Lobão da Silveira
4.10 — S.P.V.E.F.S.P.	Sen. Daniel Krieger
4.11 — Ministério da Aeronáutica	Sen. Dinarte Mariz
4.12 — Ministério da Agricultura	Sen. Lopes da Costa
4.13 — Ministério da Educação e Cultura	Sen. Daniel Krieger
4.14 — Ministério da Fazenda	Sen. Mem de Sá
4.15 — Ministério da Guerra	Sen. Argemiro de Figueiredo
4.16 — Ministério da Indústria e Comércio	Sen. Irineu Bornhausen
4.17 — Ministério de Justiça e Negócios Interiores	Sen. Argemiro de Figueiredo
4.18 — Ministério da Marinha	Sen. Irineu Bornhausen
4.19 — Ministério das Minas e Energia	Sen. Dix-Huit Rosado
4.20 — Ministério das Relações Exteriores	Sen. Mem de Sá
4.21 — Ministério da Saúde	Sen. Bezerra Neto
4.22 — Ministério do Trabalho e Previdência Social	Sen. Bezerra Neto
4.23 — Ministério da Viação e Obras Públicas	Sen. Wilson Gonçalves
4.24 — Órgãos transferidos da União para o Estado de Guanabara	Sen. Dix-Huit Rosado
5 — Poder Judiciário	Sen. Wilson Gonçalves

24ª REUNIAO. ORDINARIA. EM 23 DE OUTUBRO DE 1963

As 16:00 horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador Argemiro de Figueiredo, presentes os Srs. Senadores Bezerra Neto, Mem de Sá, Dix-Huit Rosado, Irineu Bornhausen, Atílio Fontana, Dinarte Mariz, Edmundo Levy, Eduardo Catalão, Aurélio Vianna e Daniel Krieger, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Srs. Senadores Victorino Freire, Lobão da Silveira, Leite Neto, Pessoa de Queiroz, Sigefredo Pacheco, Wilson Gonçalves e Lopes da Costa.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior.

Iniciando os trabalhos o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Dinarte Mariz, que emite pareceres favoráveis, aprovados pela Comissão, ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1963, que proíbe a distribuição dos saldos das autarquias aos seus funcionários; e ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a abrir,

pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr 12.269.000.000.00, para ocorrer ao pagamento da cota de imposto de consumo aos Municípios.

A seguir, a palavra é concedida ao Sr. Senador Bezerra Neto, que manifesta-se pela rejeição das emendas apresentadas em plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1963, que altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

O parecer apresentado é aprovado sem restrições.

Continuando com a palavra o Sr. Senador Bezerra Neto relata favoravelmente o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1963, que inclui na relação descritiva a que se refere o art. 20 da Lei nº 2.975, de 27 de novembro de 1956, a rodovia Assis Brasil — Brasília — Xapuri, (BR-29).

Em discussão, por proposta do Senador Mem de Sá, a Comissão resolve ouvir o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, sobre a conveniência e oportunidade da matéria.

Prosseguindo, usa da palavra o Sr. Senador Eduardo Catalão que apresenta parecer favorável, aprovado pe-

la Comissão, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1963 que aprova o Convênio de Cooperação Econômica e Técnica, firmado entre o Brasil e a Bolívia, em 29 de março de 1958.

Continuando com a palavra o Sr. Senador Eduardo Catalão apresenta parecer favorável, aprovado pela Comissão, nos termos da emenda sugerida ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 28.279.000.000,00 destinado a atender às despesas com as obras complementares da Rodovia Rio — Bahia (BR-4).

A seguir, de acordo com o preceito do Regimento Interno, o Sr. Senador Argemiro de Figueiredo passa a presidência ao Sr. Senador Irineu Bornhausen, a fim de apresentar os seguintes pareceres:

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1963, que considera patrimônio Nacional a "Chácara do Visconde" situada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.

Sem restrições a Comissão aprova o parecer.

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1963, que inclui no Plano Rodoviário Nacional a ligação entre Rio Verde no Estado de Goiás (BR-19), a Campo Grande, no Estado de Mato Grosso (BR-16) e ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1963, que dá nova discriminação às rodovias BR-23 — BR-24 — BR-51 — BR-76 e BR-96, e dá outras providências.

Em discussão, por proposta do Senador Mem de Sá, a Comissão resolve seja ouvido previamente o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem sobre a conveniência e oportunidade da matéria.

Reassumindo a presidência o Senhor Senador Argemiro de Figueiredo submete à consideração da Comissão, que acolhe por unanimidade, o voto de lóuor ao Sr. Senador Eduardo Catalão, por sua destacada atuação na Comissão de Finanças durante o tempo de exercício da suplência de mandato senatorial, sugerido pelo Senador Aurélio Vianna.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cid Brügger, secretário a presente ata que, uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

35ª REUNIAO EXTRAORDINARIA. REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1963.

As 10 horas, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Argemiro de Figueiredo, Presidente, presentes os Senhores Senadores Daniel Krieger, Mem de Sá, Bezerra Neves, Irineu Bornhausen, Dix-Huit Rosado, Lino de Matos, Aurélio Vianna, Eduardo Catalão e Dinarte Mariz, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Victorino Freire, Lobão da Silveira, Sigefredo Pacheco, Wilson Gonçalves e Leite Neto.

E' dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior.

O Sr. Presidente, iniciando os trabalhos, concede a palavra ao Senhor Senador Dinarte Mariz que lê pareceres favoráveis ao Projeto de Lei da Câmara número 100 e 101, ambos de 1963, que abre ao Poder Legislativo — Senado Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.068.245.000,00 como reforço das verbas que enumera e que abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 2.241.410.000,00, ao Orçamento da União para o exercício financeiro, respectivamente de 1963.

Em discussão, são aprovados os pareceres, votando com restrições o Sr. Senador Aurélio Vianna.

Em seguida, o Sr. Senador Mem de Sá relata favoravelmente, com

emendas o Subanexo 4.2 — Anexo 4 — Poder Executivo, referente ao Ministério das Relações Exteriores. O parecer é aprovado, votando contra a emenda apresentada pelo Sr. Senador Guido Mondin os Senhores Senadores Aurélio Vianna e Daniel Krieger.

Com a palavra o Sr. Senador Bezerra Neto, pronuncia parecer favorável, com emendas, ao Subanexo 4.63 — Poder Executivo — Anexo 4, referente ao Estado Maior das Forças Armadas. Em discussão, é aprovado o parecer, votando contra emenda supressiva o Senhor Senador Dinarte Mariz.

Prosseguindo, o Sr. Senador Bezerra Neto relata favoravelmente, com emendas, o Subanexo 4.04 — Anexo 4 — Poder Executivo, referente à Comissão de Recaptagem dos Incapazes das Forças Armadas.

Em discussão o parecer é aprovado por unanimidade.

Finalmente, usa da palavra o Sr. Senador Dinarte Mariz, que pronuncia parecer favorável, com emendas, ao Subanexo 4.08 — Anexo 4 — Poder Executivo, referente ao Conselho de Segurança Nacional.

Em discussão o parecer é unanimemente aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Eurico Jacy Auler, Secretário "ad-hoc", a presente Ata, que, uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão Especial de Emenda à Constituição nº 8, de 1963, que dá nova redação o parágrafo 1º do artigo 28 da Constituição Federal (Autonomia dos Municípios)

1ª REUNIAO, DE INSTALACAO. REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1963.

As 17 horas, do dia vinte e três de outubro de mil novecentos e sessenta e três, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores Jefferson de Aguiar, Ruy Palmeira, Lobão da Silveira, Bezerra Neto, Edmundo Levy, Argemiro de Figueiredo, Milton Campos, Aloysio de Carvalho, Josaphat Marinho e Júlio Leite, reúne-se a Comissão Especial de Emenda à Constituição número 8, de 1963.

Em obediência ao preceito regimental, assume a presidência o Sr. Senador Júlio Leite que, declarando instalada a Comissão Especial, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto, por cédulas uninominais, previsto no artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando o Sr. Senador Josaphat Marinho como Escrutinador.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Votos:

Senador Milton Campos 9
Senador Josaphat Marinho 1

Para Vice-Presidente:

Votos:

Senador Júlio Leite 9
Senador Bezerra Neto 1

O Sr. Presidente, após agradecer seus pares a sua eleição, designa relator da matéria precípua à Comissão Especial o Sr. Senador Josaphat Marinho.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Eurico Jacy Auler, Secretário "ad-hoc", a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DOS TRABALHOS DA PROVA DE REVISÃO DE DEBATES DO CONCURSO INTERNO PARA TAQUIGRAFO-REVISOR DA SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Aos trinta de setembro e aos quatro de outubro de mil novecentos e sessenta e três, no Plenário do Senado Federal, em Brasília, realizou-se a prova de Revisão de Debates do Concurso Interno para Taquígrafo-Revisor da Secretaria do Senado Federal para preenchimento de vaga existente no Quadro. Presentes os Senhores Senador Catete Pinheiro, Presidente da Banca Examinadora, Glória Fernandina Quintela, Diretora de Publicações, e José Campos Brício, Diretor da Taquígrafia, examinadores, e Antônio de Araújo Costa, designado secretário da Banca, os dois candidatos habilitados na prova anterior foram submetidos à prova, que, segundo as Instruções, consistiu de apanhamento taquigráfico, em dois períodos de quinze minutos cada um, de discursos proferidos pelo Senhor Atilio Fontana. Findo o apanhamento e munidos do material necessário, os candidatos deram início à revisão. Antes de decorrido o tempo de duas horas estabelecido para cada período, os candidatos entregaram as provas, acompanhadas das respectivas notas taquigráficas, tendo ambos assinado as listas de entrega. Na presença dos mesmos foram cerrados os cartões de identificação, e as provas rubricadas posteriormente pelos membros da Banca Examinadora. Concluíram-se, assim, no dia quatro de outubro de mil novecentos e sessenta e três, os trabalhos da prova de Revisão de Debates do Concurso Interno para Taquígrafo-Revisor da Secretaria do Senado Federal; e, para constar, eu, Antônio de Araújo Costa, servindo de secretário, lavrei a presente ata, que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos membros da Banca Examinadora e por mim. — Brasília, aos quatro de outubro de mil novecentos e sessenta e três. — (as.) Catete Pinheiro — José Campos Brício — Glória Fernandina Quintela — Antônio de Araújo Costa.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos do Diretor Geral

PORTARIA Nº 82, DE 24 DE OUTUBRO DE 1963

O Diretor Geral, de acordo com o disposto no item IV do artigo 213 da Resolução nº 6, de 1960, resolve suspender, por 15 dias, com prejuízo

das demais providências na espécie, Nino Gonçalves Martins, Motorista-Auxiliar, PL-10, que, no dia 22 de outubro do corrente ano, às 18 horas, dirigindo com imprudência a arca da lância do Senado, chapa 48-44, atropelou, no local destinado ao estacionamento dos carros dos Senadores um Deputado Federal, conforme comunicação do Primeiro Secretário daquela Casa do Congresso.

Secretaria do Senado Federal, em 24 de outubro de 1963. — (a) Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral. O Diretor-Geral, concedeu, de acordo com os respectivos Laudos Médicos, licença para tratamento de saúde aos seguintes funcionários:

Francisco Olímpio Gomes, Auxiliar de Portaria — PL-9, 15 dias a partir de 1º de setembro de 1963 (Processo DP-230-63);

Ronaldo Ferreira Dias, Oficial Legislativo, PL-8, 15 dias a partir de 12 de setembro de 1963 (Processo DP-229-63);

Genoveva Fonseca Ayres, Auxiliar Legislativo, PL-9, 15 dias a partir de 12 de setembro de 1963 (Processo DP-233-63); e

Roberto do Amaral Furlan, Auxiliar de Almoxarifado, PL-7, 7 dias, a partir de 8 de setembro de 1963.

Concedeu salário-família aos seguintes funcionários:

Roberto das Neves, Guarda de Segurança, PL-9, em relação a sua filha Solange, a partir de outubro de 1962 (Processo DP-203-63); e

Aquiles Vieira de Castro, Auxiliar de Limpeza, PL-11, em relação a sua filha Selma, a partir de setembro de 1963 (Processo DP-196-63).

Abonou de acordo com os artigos 160, item II, e 302 do Regulamento da Secretaria as seguintes faltas relativas ao mês de agosto de 1963:

De Léa Augusta da Silveira Lôbo Castro, Oficial Legislativo, PL-8, nos dias 27 e 28;

De Beatriz Correia de Mello, Taquígrafa de Debates, PL-3, nos dias 27 e 28, considerando licença para tratamento de saúde o dia 29;

De Manoel Isidoro Pereira, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 29; e De Helena Brown, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 29.

Abonou, ainda, as faltas relativas ao mês de setembro de 1963:

De Claudionor de Araújo Barros, Rádio-Técnico, PL-9, no dia 6.

De Wilson Pereira de Carvalho, Auxiliar de Portaria, PL-10, no dia 6 (seis);

De José Soares Cavalcante, Auxiliar de Limpeza, PL-10, no dia 16;

De Francisco Gonçalves de Araújo, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 9, 10 e 11;

De Jorge Manoel Azevedo, Taquígrafa de Debates, PL-3, nos dias 11, 12 e 13;

De Arthur Botelho Casado Lima, Oficial Legislativo, PL-8, nos dias 9, 10 e 11;

De Nilton Siqueira da Silva, Auxiliar de Limpeza, PL-11, nos dias 12 e 13;

De Vitor Lôbo, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 13;

De Francisco de Assis Ribeiro, Oficial Legislativo, PL-7, no dia 13;

De Vital Martins Ferreira, Redator, PL-3, nos dias 12 e 13;

De Geraldo Lima Aguiar, Oficial Legislativo, PL-8, no dia 13;

De Silvia Mirazi Montovani, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 27; e

De Elza Loureiro Gallotti, Oficial Legislativo, PL-4, no dia 13.

Secretaria do Senado Federal, em 9 de outubro de 1963. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

O Diretor-Geral concedeu, de acordo com os respectivos Laudos Médicos, licença para tratamento de saúde aos seguintes funcionários:

— Maria D'Aparecida Jordão, Taquígrafa, PL-3 30 dias a partir de 10 de agosto de 1963 (Proc DP-50 e 137-63);

— Aurislan Ramos Cajado, Dentista, PL-4, 15 dias a partir de 14 de agosto de 1963 (Proc. DP-56-63);

— Pedro Leão Gonella, Auxiliar de Portaria, PL-9, 10 dias a partir de 31 de julho de 1963 (Processo DP-64-1963);

— Adonias Pedro da Costa, Motorista-Auxiliar, PL-10, 14 dias, em prorrogação, a partir de 11 de agosto de 1963 (Proc. DP-53-63);

— José Coutinho de Araújo, Motorista, PL-8, 20 dias a partir de 7 de agosto de 1963 (Proc. DP-47-63).

Concedeu salário-família aos seguintes funcionários:

— Geraldino Alves Pôrto, Auxiliar de Portaria, PL-10, em relação a sua esposa e a seus filhos Maria Dulce Arlindo e Maria Oriêta, a partir de Maio de 1963 (Proc. DP-160-63);

— José Aristides de Moraes Filho, Auxiliar Legislativo, PL-9, em relação a seu filho Rogério, a partir de julho de 1962 (Proc 682-62).

— de Maurício Pereira Vasques, Taquígrafa de Debates, PL-4, em relação a sua esposa e a seus filhos Claudia Fernando e Guilherme, a partir de agosto de 1963 (Proc DP-167-63).

Deferiu, ainda, os seguintes requerimentos:

DP-157-63 — de Dalva Bastos Lopes, Enfermeira PL-7, em que solicita licença-gestante, a partir de 2 de setembro de 1963;

DP-159-63 — de Romeu Arruda, Auxiliar Legislativo, PL-9, em que solicita abono de suas faltas ocorridas no período de 1º a 17 de agosto de 1963, por motivo de exames escolares;

DP-11-63 — de Jacy de Brito Fietre, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Ministério da Aeronáutica, num total de duzentos dias.

— Concedeu férias relativas a 1962 a Antônio de Araújo Costa, Oficial Legislativo, PL-7, a partir de 16 de setembro de 1963.

— Abonou de acordo com os artigos 160, item II e 302 do Regulamento da Secretaria as seguintes faltas relativas ao mês de agosto de 1963:

— de Ruth de Souza Castro, Redatora, PL-4, no dia 19;

— de Francisco Gonçalves de Araújo, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 19;

— de Beatriz Correia de Mello, Taquígrafa de Debates, PL-3, nos dias 21 e 22;

— de Maria Ignez Brown, Oficial Legislativo, PL-8, no dia 22, considerando, licença para tratamento de saúde a do dia 23;

— de Celso Luiz Ramos de Medeiros, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 22 e 23;

— de Ronaldo Ferreira Dias, Oficial Legislativo, PL-8, no dia 23;

— de Genoveva Fonseca Ayres, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 23;

— de Antônio Augusto Gentil Cabral, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 23;

— de João Batista da Costa, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 26;

— de Edila Macedo Ribeiro, Taquígrafa de Debates, PL-3, nos dias 27 e 28;

— de Luiz Fernando de Sá Mendes Vianna, Redator, PL-4, no dia 28;

— de Mary Faria de Albuquerque, Oficial Legislativo, PL-7, no dia 28.

Exarou o seguinte despacho no Requerimento nº 102, de 1963, em que Eleonora Duse Villaboa Noronha Luz, Oficial Bibliotecária, PL-3, solicita licença especial:

"Indeferido, por haver sido interrompido o decênio 1950 — 1960, na conformidade do disposto no artigo 284, § único, item II e III, letra A, da Resolução nº 6-60, de acordo com a informação da Diretoria do Pessoal".

Secretaria do Senado Federal, em 10 de outubro de 1963. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.